



INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE - CAMPUS ARACAJU
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA

INGRID FABIANA DE JESUS SILVA

INTERCULTURALIDADE, EDUCAÇÃO E IDENTIDADE:
UMA ANÁLISE ACERCA DA LEI 10.639/2003 NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA DO INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE - CAMPUS ESTÂNCIA

Aracaju – SE

2023

INGRID FABIANA DE JESUS SILVA

INTERCULTURALIDADE, EDUCAÇÃO E IDENTIDADE:
UMA ANÁLISE ACERCA DA LEI 10.639/2003 NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA DO INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE - CAMPUS ESTÂNCIA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo campus Aracaju do Instituto Federal de Sergipe, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Área de concentração: Organização e Memórias de espaços pedagógicos em EPT.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Sônia Pinto de Albuquerque Melo.

Aracaju – SE

2023

Silva, Ingrid Fabiana de Jesus.
S586i Interculturalidade, educação e identidade: uma análise acerca da lei
10.639/2023 na educação profissional e tecnológica do Instituto Federal de
Sergipe – Campus Estância. /Ingrid Fabiana de Jesus Silva. – Aracaju,
2023.
127 f.: il.

Dissertação – Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica –
Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Sergipe – IFS.
Orientadora: Prof.^a Dr.^a Sônia Pinto de Albuquerque Melo.

1. Educação Intercultural. 2. Educação – Profissional e
Tecnológica. 3. Cultura afro-brasileira. I. Instituto Federal de
Educação Ciência e Tecnologia de Sergipe - IFS. II. Melo, Sônia

INGRID FABIANA DE JESUS SILVA

**INTERCULTURALIDADE, EDUCAÇÃO E IDENTIDADE:
UMA ANÁLISE ACERCA DA LEI 10.639/2003 NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA DO INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE - CAMPUS ESTÂNCIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), do Instituto Federal de Sergipe - campus Aracaju, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Área de concentração: Organização e Memórias de espaços pedagógicos em EPT.

Aprovado em 30 de Outubro de 2023.

COMISSÃO EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 **SONIA PINTO DE ALBUQUERQUE MELO**
Data: 02/01/2024 08:55:00-03:00
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Prof.^a Dr.^a Sônia Pinto de Albuquerque Melo (Presidente/Orientadora)

Documento assinado digitalmente
 **ELZA FERREIRA SANTOS**
Data: 29/12/2023 17:14:24-03:00
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Prof.^a Dr.^a Elza Ferreira Santos (examinadora interna/IFS)

Documento assinado digitalmente
 **CARLOS MENEZES DE SOUZA JUNIOR**
Data: 29/12/2023 13:00:01-03:00
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Prof. Dr. Carlos Menezes de Souza Junior (examinador interno/IFS)

Documento assinado digitalmente
 **VINÍCIOS SOUZA DE MENEZES**
Data: 29/12/2023 16:32:46-03:00
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Prof. Dr. Vinícios Souza de Menezes (examinador externo/UFS)



INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO PESQUISA E
EXTENSÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE MESTRADO
PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA



INGRID FABIANA DE JESUS SILVA

ODARA PODCAST

Produto Educacional apresentado ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), do Instituto Federal de Sergipe - campus Aracaju, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Área de concentração: Organização e Memórias de espaços pedagógicos em EPT.

Validado em 30 de Outubro de 2023.

COMISSÃO EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente



SONIA PINTO DE ALBUQUERQUE MELO
Data: 02/01/2024 08:55:00-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.^a Dr.^a Sônia Pinto de Albuquerque Melo (Presidente/Orientadora)

Documento assinado digitalmente



ELZA FERREIRA SANTOS
Data: 29/12/2023 17:14:24-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.^a Dr.^a Elza Ferreira Santos (examinadora interna/IFS)

Documento assinado digitalmente



CARLOS MENEZES DE SOUZA JUNIOR
Data: 29/12/2023 13:01:20-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Carlos Menezes de Souza Junior (examinador interno/IFS)

Documento assinado digitalmente



VINÍCIOS SOUZA DE MENEZES
Data: 29/12/2023 16:32:46-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Vinícios Souza de Menezes (examinador externo/UFS)

*Dedico esse trabalho a Deus, aos Orixás, a Ana Maria,
Claudia Dantas e Suenize, companheiros e
companheiras
de ontem, hoje e por toda uma vida.*

AGRADECIMENTOS

A gratidão é um ato que somente quem sente entende o quanto é importante o ter. Sinto em meu coração plena gratidão por quem, deste percurso chamado mestrado, fez parte direta e indiretamente; mesmo sofrendo um pouco, às vezes chorando, às vezes sorrindo, com medo, mas sempre confiante, agradecida, com fé e com esperança.

Com amor e fé agradeço imensamente a Deus, aos Orixás e à espiritualidade pela oportunidade de aqui estar, pelos caminhos, aprendizado e pelo que ainda virá, pois já são bênçãos. Hoje reconheço a importância de não baixar a cabeça sem lutar e isso devo aos Orixás: suas histórias e suas lutas são grandes exemplos de amor ao próximo, gratidão!

Amo e sou grata imensamente a minha mãe Ana Maria e a minha tia Claudinha, exemplos de perseverança e humildade, pelas orações e por apoiar-me naquilo que podem com a parte física e estrutural, algo tão importante para poder estar em paz e equilíbrio.

Agradeço à vida por ter colocado em meu caminho Suenize, um amor companheiro, que trouxe maturidade, aprendizado, leveza e sentido aos meus dias.

Agradeço, também, aos meus irmãos e irmã, por juntos estarmos vencendo batalhas e trilhando caminhos que antes achávamos impossíveis; somos hoje o reflexo de uma nova manhã, gratidão!

Às minhas sobrinhas e ao meu sobrinho, agradeço por todo carinho e amor.

Meus agradecimentos são de todo coração à minha orientadora Prof.^a Dr.^a Sônia Albuquerque, por toda atenção, paciência e carinho, sei o quanto lhe dei dor de cabeça, mas você sempre esteve ali me trazendo do mundo das ilusões, gratidão!

Agradeço demais aos Professores do ProfEPT, sempre serei grata, por todos os encontros online, as risadas e os aprendizados além da tela. Vocês contribuíram bastante com o meu desenvolvimento e amadurecimento.

Agradeço em especial à Professora Elza por todos os momentos de escuta e partilha.

Agradeço, igualmente, ao Professor Vinícios Souza e ao Professor Carlos Menezes por fazerem parte desse momento, pela contribuição e ensinamento, gratidão!

Além disso, ter sido representante de turma foi algo significativo, uma vez que tive de conversar com todos, levando e trazendo as demandas mesmo de maneira remota, criando um vínculo seja na alegria ou na tristeza, como no caso do gatinho de Isaletê; da mãe de Marilene “minha Anja”, etc.

Mesmo sem querer, acabei criando vínculos preciosos, como no caso do Anildo e da

Tatiana, que sempre estiveram comigo nesse percurso do mestrado, me motivando e até mesmo abraçando minhas reclamações. A esses amigos queridos, só posso dizer obrigada, e, como diz Tati: “Amo vocês!”.

Para todos os colegas do Mestrado, meu muito obrigada, e de maneira especial muito obrigada de coração a Daniela, Daiane, Marilene, Joelma, Gilcilene, Isaete e Jessé.

Agradeço também a Lu Silva, amiga, companheira de trabalho, fruto de inspiração para mim, pois quando eu achei que estava sem norte, ela veio e me ajudou a encontrar o caminho, sou extremamente grata.

Sou grata também às meninas que compõem o gabinete da direção do Campus Estância, vocês foram a dopamina quando “o gás acabava”.

Agradeço ao amigo, narrador, colaborador e incentivador Paulo Ricardo, que foi uma participação além da instituição, e um homem do axé tão necessário para construção do Podcast Odara, um produto de valorização da vida, gratidão!

Agradeço aos amigos Jhon, Maurício, Michel e Wagner pela força e o apoio. Vocês foram e são importantes na minha caminhada, gratidão amigos.

Agradeço o apoio da Direção Geral de Bibliotecas (DGB) e da Reitoria do IFSE.

Agradeço, igualmente, à Professora Adrielma e a minha amiga Rita por todo apoio.

Gratidão às amigas: Valéria; Mariana; a outra Valéria; Jamile; Hamona; Angelina, Conceição; Shirleyde; Cassiana; Ana; Patrícia; Paula e Suellen, obrigada amigas por serem a chama quando a minha queria apagar, Deus abençoe vocês!

Quero agradecer imensamente à Professora Lorena, pois sua grandiosa participação, humildade, atenção e apoio foram essenciais na construção desta pesquisa.

Agradeço também aos alunos do terceiro ano de Eletrotécnica e Edificações, pois sem vocês esta pesquisa não teria sentido, gratidão!

Por fim, porém não menos importante, quero agradecer de coração a cada um que faz parte direta e indiretamente do Instituto Federal de Sergipe/Campus Estância: vocês estão em meu coração.

“Orí eni ní um' Ni j'oba”

A cabeça de uma pessoa faz dela um rei!

(Provérbio Yorubá)

RESUMO

A presente pesquisa aborda a implementação da Lei n.º 10.639/2003 no contexto da Educação Profissional e Tecnológica, especificamente, no Instituto Federal de Sergipe/Campus Estância. O estudo tem como objetivo principal analisar como essa lei é aplicada no ensino de História para alunos dos cursos de Eletrotécnica e Edificações, ingressantes em 2021.1, visando desconstruir preconceitos contra a cultura afro-brasileira. Para tanto, busca-se: mapear eventos históricos e atuais relevantes para a criação e aplicação da Lei n.º 10.639/2003; identificar fatores que facilitam ou dificultam a aplicação da lei; realizar pesquisa bibliográfica sobre a aplicação da lei na Instituição, especialmente na Educação Profissional e Tecnológica. Além disso, o estudo envolve a realização de ações voltadas para os estudantes negros do Instituto Federal de Sergipe/Campus Estância, incluindo a criação de um *podcast* informativo chamado Odara, que visa fortalecer a identidade afrodescendente. Para tal, foram adotadas metodologias qualitativas e colaborativas, incluindo pesquisa bibliográfica, análise documental e a aplicação de questionário aos estudantes ingressantes em 2021.1 dos cursos de Eletrotécnica e Edificações. O trabalho baseia-se em teorias de educação, cultura africana e afro-brasileira, questões raciais e identitárias, com referências a pesquisadores como Antônio Flávio Moreira; bell hooks, Paulo Freire; Vera Maria Candau; Fernanda Lícia de Santana Barros e Kabengele Munanga, dentre outros. Nessa perspectiva, esta pesquisa busca contribuir para uma educação mais inclusiva e promover o respeito à diversidade, especificamente à cultura afro-brasileira, na busca por uma sociedade mais equânime. O *podcast* Odara foi desenvolvido em colaboração dos estudantes da amostragem dos ingressantes em 2021.1 dos cursos supracitados, abordando temas de história e cultura afro-brasileira no contexto da Educação Profissional e Tecnológica.

Palavras-chave: Educação Intercultural. Cultura Afro-brasileira. Lei 10.639/03. Ensino Profissional e Tecnológico (EPT).

ABSTRACT

This research addresses the implementation of Law 10,639/2003 in the context of Professional and Technological Education, specifically, at the Federal Institute of Sergipe/Campus Estância. The main objective of the study is to analyze how this law is applied in teaching History to students on Electrical Engineering and Buildings courses, entering in 2021.1, aiming to deconstruct prejudices against Afro-Brazilian culture. To this end, we seek to: map historical and current events relevant to the creation and application of Law 10,639/2003; identify factors that facilitate or hinder the application of the law; carry out bibliographical research on the application of the law in the Institution, especially in Professional and Technological Education. Furthermore, the study involves carrying out actions aimed at black students at the Instituto Federal de Sergipe/Campus Estância, including the creation of a podcast newsletter called Odara, which aims to strengthen Afro-descendant identity. To this end, qualitative and collaborative methodologies were adopted, including bibliographical research, document analysis and the application of a questionnaire to students entering in 2021.1 of the Electrical Engineering and Buildings courses. The work is based on theories of education, African and Afro-Brazilian culture, racial and identity issues, with references to researchers such as Antônio Flávio Moreira; bell hooks, Paulo Freire; Vera Maria Candau; Fernanda Lícia de Santana Barros and Kabengele Munanga, among others. From this perspective, this research seeks to contribute to a more inclusive education and promote respect for diversity, specifically for Afro-Brazilian culture, in the search for a more equitable society. The Odara podcast was developed in collaboration with students from the 2021.1 sample of the aforementioned courses, addressing themes of Afro-Brazilian history and culture in the context of Professional and Technological Education.

Keywords: Intercultural education. Afro-Brazilian culture. Law 10.639/03. Vocational and technological education (EPT).

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Tipos de cursos oferecidos pela educação profissional e tecnológica	26
Figura 2 – Dialogia intercultural.....	34
Figura 3 – Tirinha de Mafalda para refletir sobre questões raciais	36
Figura 4 – Percepções sobre o racismo no Brasil	37
Figura 5 – Inter-relação na sociedade intercultural	43
Figura 6 – Educação Intercultural.....	44
Figura 7 – Cartaz de divulgação do Grupo de Estudos Yalodê.....	57
Figura 8 – Cartaz de divulgação do 1º Encontro com o Saber Ancestral	57
Figura 9 – Cartaz de divulgação do 2º Encontro com o Saber Ancestral	58
Figura 10 – Encontro com a turma do 3º ano de Eletrotécnica.....	62
Figura 11 – Encontro com a turma do 3º ano de Edificações	62
Figura 12 – Imagem do material apresentado para as turmas	63
Figura 13 – Produto educacional: Podcast Odara.....	63
Figura 14 – Arte do Produto Educacional: Podcast Odara.....	70
Figura 15 – Exu: o princípio dinâmico	71
Figura 16 – Oxum é Odara.....	72
Figura 17 – Estúdio de gravação	73
Figura 18 – Arte do Podcast PodvimPô	74
Figura 19 – Apresentação do roteiro podcast Odara.....	74
Figura 20 – Apresentação do episódio 1 do podcast Odara	75
Figura 21 – Amostra do encontro com a turma de Eletrotécnica	76
Figura 22 – Amostra do encontro com a turma de Edificações	77
Figura 23 – Amostra do material apresentado nas turmas	78

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Questões sobre o conteúdo trabalhado.....	81
Tabela 2 – Respostas sobre o <i>podcast</i> Odara	82
Tabela 3 – Respostas sobre o aprendizado trazido pelo <i>podcast</i> Odara.....	84

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Procedimentos da pesquisa de campo.....	50
Quadro 2 – Perfil dos participantes do grupo amostral.....	52
Quadro 3 – Distribuição dos discentes quanto à etnia	52
Quadro 4 – Ações de Preparação para o Produto Educacional	56
Quadro 5 – Ementa da disciplina de História por curso e por anos.....	58
Quadro 6 – Questionário aplicado para amostragem.....	64

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Média de idade dos alunos.....	79
Gráfico 2 – Média de gênero sexual dos alunos.....	80
Gráfico 3 – Média de manuseio da ferramenta podcast.....	80
Gráfico 4 – Respostas sobre o conteúdo trabalhado	82
Gráfico 5 – Respostas sobre o podcast Odara	83
Gráfico 6 – Sobre a aprendizagem.....	84

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	17
2 REFERENCIAL TEÓRICO	23
2.1 Educação Profissional e Tecnológica (EPT) e a Lei n.º 10.639/2003 na Base Curricular da Educação Básica	23
2.2 Interculturalidade, multiculturalismo, racismo e identidade na educação	32
3 METODOLOGIA	46
3.1 Metodologia de Pesquisa	46
3.1.1 Pesquisa bibliográfica	47
3.1.2 Pesquisa documental	49
3.1.3 Pesquisa de Campo	50
3.1.4 Amostragem	51
3.2 Materialidade da pesquisa	54
3.2.1 Percurso Metodológico	55
4 PRODUTO EDUCACIONAL	66
4.1 <i>Podcast</i> Odara: mãos que se unem e corações que se abraçam	70
4.2 Odara: construindo um caminho	78
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	88
REFERÊNCIAS	90
APÊNDICE A – Entrevista com a professora ministrante da disciplina de história	99
APÊNDICE B – Material apresentado nas intervenções com o grupo focal	103
APÊNDICE C – Questionário com estudantes para validação do Produto Educacional	107
APÊNDICE D – Roteiro dos episódios do <i>Podcast</i> Odara	111
ANEXO A – Documento de aprovação do Comitê de Ética	125

1 INTRODUÇÃO

A educação pode dar sentido e significado à vida de qualquer cidadão, sendo primordial na construção da sociedade, porém, no percurso histórico do negro no Brasil, ela sempre foi algo raro e proibido para essa população, que, diante do processo de escravidão, estava na base do sistema econômico, como mão de obra escravizada, sendo considerada, para aquela sociedade, um “produto” ou “moeda de troca” com valores e importâncias similares ou até inferiores aos de um animal doméstico. Esse cenário impossibilitava ao negro pensar sobre a educação como um bem necessário, uma vez que, para o negro escravizado, o maior desafio era como viver/sobreviver a esse sistema.

O sistema conduzia a situação do trabalho enquanto força de exploração e acentuava a desculturação; para Pinsky (2021), a experiência vivida pelo negro era em função das tarefas do seu senhor, sua condição de humano era limitada a uma rotina diária com cerca de quinze a dezoito horas de trabalho, passando sede, fome e desprovido de qualquer suporte, ou seja, uma condição subumana. A luta por melhorias levava a população negra a inúmeras revoltas e rebeliões, passando a ser algo frequente em seu cotidiano, e, na visão de Mattos (2012), os escravos passaram a reagir contra toda forma de violência e opressão principalmente por meio das fugas, sendo essas partidas e revoltas a base fundamental para formação dos quilombos: já que a população escravizada costumava fugir em grupos, o quilombo foi o princípio do primeiro Movimento Negro organizado em prol da negritude.

Estamos diante de fatores históricos que compõem e distinguem a população brasileira, sendo esta constituída em sua maioria por negros e que – até 1837, conforme a Lei nº 1 de 14 de janeiro de 1837 – eram proibidos de frequentar as escolas públicas, mesmo aqueles que já eram “livres ou libertos”. Desse modo, podemos inferir que o processo de interação social na educação faz parte de um conjunto de medidas necessárias ao longo do desenvolvimento da sociedade. Porém, em uma sociedade desigual, como a nossa, essa interação pode trazer à tona questões sociais ainda não resolvidas, como a segregação racial fruto da reprodução do racismo estrutural.

Neste íterim, compreender o processo de educação brasileira, diante das inúmeras medidas adotadas, ao longo da história, se mostra desafiador e, por vezes, inacessível. Este processo toma vulto, a partir de nosso recorte de pesquisa, na análise do modo como o conceito de identidade negra, interculturalidade e a Lei n.º 10.639/2003 vem sendo discutido e trabalhado no contexto da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) do Instituto Federal de Sergipe (IFS), mais especificamente, no Campus Estância.

Houve tentativas de extermínio da população negra por meio do processo brutal de escravização, exclusão social e intelectual, juntamente com o processo de clareamento populacional, por meio do movimento eugenista, que “até meados do século XIX, os vários cruzamentos realizados e observados pelos seres humanos ao longo da história permitiam formar a percepção de que crias reproduziam características de seus progenitores” (Cont, 2008, p. 201).

O método eugenista foi uma tentativa brutal de mudança forçada da constituição social, um processo de seleção humana, que levava à descaracterização racial, à desvalorização social e intelectual, sendo esse processo direcionado à população negra como uma necessidade de embranquecimento.

Diante dessa tentativa de desconstrução, vimos ser criada uma sociedade que, para Munanga (2000, p. 21), resulta em uma “sociedade plural constituída de mestiços, negros, índios, brancos e asiáticos, cujas combinações em proporções desiguais dão ao Brasil seu colorido atual”.

Porém, na visão de Jacino e Goes (2022), esse movimento partia de uma tentativa burguesa e capitalista, no final do século XIX, que dava celeridade ao processo de urbanização, por meio da “higienização” e expurgo da população negra para às margens da sociedade. No Brasil, esse processo ajudou a constituir os morros, as comunidades empobrecidas e marginalizadas; já na Europa, o processo de urbanização levou trabalhadores à pauperização e “ao afloramento do movimento operário”.

Este processo histórico trouxe reflexo à sociedade em diferentes setores e, de acordo com o censo de 2021, por exemplo, constatamos que pretos e pardos representam em nosso país 56% da população brasileira, porém ainda são alvos dos mais diversos preconceitos e intolerâncias frutos do racismo, que são refletidos mesmo entre seus pares. Esse levantamento indica fortemente que a população no Brasil é formada por um país essencialmente miscigenado.

Sendo assim, trazemos a questão para o contexto da Educação, a qual não pode ser uma ferramenta de difícil acesso, em especial, para negros e pardos. Ao contrário, a Educação, como intercultural, deve prezar pelas particularidades, expressões, aptidões e diversos olhares, pois, direcionam para uma proposta pedagógica que busca desenvolver relações de cooperação, respeito, aceitação, entre diferentes culturas e sujeitos, visando dessa forma, preservar as identidades culturais, com o objetivo de proporcionar a troca de experiências, e o enriquecimento mútuo (Rajobac; Romani, 2011, p. 68).

Nesse contexto, estamos produzindo este trabalho visando à pesquisa em Organização e

Memória de Espaços Pedagógicos na EPT, tendo como estudo o Macroprojeto 5, que trata da Organização do currículo integrado na EPT; com isso, abrigando projetos que trabalham na perspectiva da organização e planejamento do currículo integrado. Dessa maneira, trabalhamos com os jovens acerca da importância de uma educação intercultural, tendo como parâmetro a Lei n.º 10.639/2003.

A ideia é dar uma contribuição para a compreensão da realidade concreta dos conceitos da EPT e das diversas ações de ensino, tendo como pilares o trabalho, a ciência, a tecnologia e a cultura, com suporte da interdisciplinaridade e das variadas relações existentes no mundo do trabalho. Ao final, há, como produto educacional, um *Podcast*, tendo como base as diversas ações do ensino, a tecnologia e a cultura, em especial, a cultura afro-brasileira.

Aos moldes de uma sociedade constituída de personalidades diversas, estamos longe de desvincularmos a reprodução inconsciente da diversidade racial na escola, sendo uma necessidade de expressão da inclusão e resistência, por parte do Movimento Negro, o qual mostra os moldes da construção de um espaço de pertencimento, construído a partir de uma epistemologia crítica ao eurocentrismo¹.

O despertar pelo objeto deste estudo partiu da análise e observação em relação à aplicabilidade da Lei n.º 10.639/2003 no Instituto Federal de Sergipe/Campus Estância, da sua importância na constituição da cultura afro-brasileira e de uma sociedade equânime, para os jovens e, em especial, aos jovens do terceiro ano dos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio de Eletrotécnica e de Edificações, os quais fazem parte do nosso objeto de estudo.

Nessa perspectiva, os jovens estabelecem uma relação de ensino-aprendizagem, mostrando-nos quão significativos são os percursos do conhecimento, difundido, no decorrer de sua existência, em particular na sala de aula e na instituição, por meio de uma educação intercultural e tecnológica.

Outros fatores que me levaram ao interesse pelo objeto de estudo vinculam-se à minha vivência, enquanto mulher, negra e filha de mãe solteira, dos passos dados em minha vida, das dificuldades e principalmente das diversas situações de preconceito e racismo.

Com o passar do tempo, algumas leituras e palestras que participei despertaram a real necessidade em lutar contra as discriminações e o preconceito. No campo profissional, em

¹ Desde o século XX, os estudos sobre a cultura negra no Brasil, e em outros países latinoamericanos, colonizados por negros, em seus processos de luta contra o preconceito racial, tomaram o termo “decolonial” como corrente de pensamento, que tem como objetivo, libertar a produção de conhecimento da episteme eurocêntrica, centrada no processo de desvinculação da cultura eurocêntrica, no âmbito científico, social, político, entre outros. A decolonialidade é, em outras palavras, *o descentramento epistêmico, político e cultural das formas de pensar e dos modos de existir no mundo colonizado pelo padrão eurocêntrico, antropocêntrico e cristão* (Jardim; Voss, 2021).

espaços institucionais, tive a ingrata percepção de estar inserida em um ambiente não laico, pois, nesses espaços, ao falarmos da cultura afro-brasileira, eram e são trazidos à tona atitudes de repulsa e preconceito/racismo religioso; com isso, passei a exercer ações voltadas para a identidade do estudante preto e pardo, como o Café Literário e o Cine Mulher². Essas vivências e ações serviram de aporte empírico para tal pesquisa, pois fez com que eu percebesse a necessidade urgente no processo de ensino e aprendizagem de desenvolver um movimento de cunho cultural e social voltado para as questões raciais.

Ao observar a situação referente ao objeto estudado – ou seja, uma educação baseada em uma formação plural voltada ao processo étnico-racial – foi possível perceber que, com o passar dos anos, esta passou a ser um elemento de instrução essencial na construção do ensino e da aprendizagem ao que compete uma educação com viés antirracista, uma vez que é tema fundamental na inserção de uma pedagogia inclusiva, trazendo, do ponto de vista social, práticas de equidade as atividades educativas, as quais levarão as investigações e buscas por responder o problema de pesquisa deste estudo que é: “Como a adequada aplicação da Lei 10.639/2003 e do conceito de interculturalidade podem contribuir para a promoção da Educação Étnico-Racial e da Educação Antirracista?”.

Partimos da hipótese de que a falta, ou ineficácia, de aplicação da Lei n.º 10.639/2003 por parte do corpo docente do IFS/Campus Estância impacta na construção de uma educação não-identitária e, conseqüentemente, enfraquece as discussões sobre multiculturalismo, interculturalidade, identidade negra e racismo estrutural. Por isso, o objetivo geral desta pesquisa é analisar como a Lei n.º 10.639/2003 é aplicada no ensino de História para alunos dos cursos de Eletrotécnica e de Edificações, ingressantes em 2021.1, visando desconstruir preconceitos sobre a cultura afro-brasileira.

Especificamente, busca-se: (i) realizar pesquisa bibliográfica sobre a aplicabilidade da Lei n.º 10.639/2003, em Instituições Federais, especialmente no contexto da Educação Profissional e Tecnológica; (ii) identificar fatores que facilitam ou dificultam a aplicação da Lei, principalmente em aulas de história, no contexto da Educação Profissional e Tecnológica, por meio de pesquisa empírica (grupo focal) para coleta e análise de informações acerca da inserção do ensino de cultura e história afro-brasileira em sala de aula; e (iii) desenvolver ações voltadas aos estudantes negros e pardos no Instituto Federal de Sergipe/Campus Estância para a promoção da Educação Étnico-Racial e da Educação Antirracista, gerando um produto informativo (*podcast*) que fortaleça a identidade afrodescendente e, simultaneamente,

² Essas atividades fazem parte das ações do Plano Anual de Trabalho do Campus Estância e são desenvolvidas pela Biblioteca do Campus com o apoio da Instituição.

vislumbre a promoção da Educação Antirracista como papel de todos em uma sociedade.

No que tange à relação étnico-racial, o ensino e a Lei n.º 10.639/2003, mais especificamente, temos a intenção de observar como referida lei, incluindo seus aspectos históricos e atuais, está inserida no contexto da Educação Profissional e Tecnológica; além da pretensão de identificar fatores que facilitam e dificultam a aplicabilidade da Lei n.º 10.639/2003.

Metodologicamente, para atingir os objetivos (geral e específico) supracitados, desenvolvemos ações voltadas aos estudantes pretos e pardos do Instituto Federal de Sergipe/Campus Estância, e, a partir delas, geramos um produto educacional informativo (*podcast*), a fim de fortalecer a identidade afrodescendente; realizamos pesquisa empírica (grupo focal) com os alunos dos cursos Técnico Integrado de Eletrotécnica e Técnico Integrado de Edificações, matriculados em 2021.1, para coleta e análise de informações acerca da aplicação da educação afro-brasileira, nos moldes da Lei n.º 10.639/2003, considerando o impacto do conteúdo do *podcast* no horizonte intercultural dos estudantes.

Com relação à justificativa, é sabido que a concepção de igualdade racial e educação profissional/tecnológica são vertentes que podem e devem dialogar com a premissa construtiva do ser e saber, desvelando a interculturalidade dessas concepções, bem como sua conexão com a educação humanista, sustentada pela Lei n.º 10.639/2003, visando uma formação plural, multi e intercultural, que compreendida assim, será de suma importância na Educação Profissional e Tecnológica (EPT).

Para tanto, é preciso se construir uma “pedagogia” apropriada no campo do ser e saber, que investigue quais necessidades e conteúdos relevantes, estruturados e organizados dentro de uma perspectiva humanista, irão facilitar a busca pela equidade. Diante disso, a pesquisa será fundamental do ponto de vista acadêmico e científico, no sentido de discutir as questões referentes à Lei n.º 10.639/2003 e a interculturalidade no espaço educacional, com o intuito de agregar ao processo de ensino-aprendizagem e, conseqüentemente, de promoção da Educação Antirracista, um instrumento pedagógico fundamental na amplitude do ensino cultural e científico.

Nessa conjuntura, o incentivo ao ensino da cultura afro-brasileira no Instituto Federal de Sergipe (IFS) irá ser salientado com o intuito de acentuar as diretrizes voltadas ao ensino da cultura africana e afro-brasileira. Esse pressuposto pode contribuir para o ensino dos discentes do IFS Campus Estância na temática, mais especificamente na disciplina de história dos terceiros anos dos cursos de Eletrotécnica e de Edificações.

A ideia é que tal abordagem possa reverberar nas demais disciplinas, a partir de uma

proposta educacional caracterizada por seu perfil integrador e interdisciplinar, trazendo como base um produto educacional: o *Podcast* Odara. Este contém episódios com questões relacionadas à história e cultura afro-brasileira, além de vincular-se diretamente a diversas sugestões (ações) agregadoras ao ensino como palestras, cursos, grupos de estudo e de leitura.

Nossas fontes primárias foram documentais, como a Lei n.º 10.639/2003, planos de aulas, projetos de extensão e documentos internos do Instituto Federal de Sergipe/Campus Estância. Além disso, dispomos de conteúdos relevantes ao assunto na História, na Sociologia, na Antropologia e na Educação. O levantamento dessas fontes serviu de sustentação para o aprofundamento do objeto de pesquisa, além de contribuir para uma coleta dos dados mais apropriada, como também na posterior análise e triangulação desses dados.

A estrutura do estudo divide-se em quatro capítulos, sendo que o primeiro corresponde à introdução, situando o leitor acerca de: temática, problema de pesquisa, objetivos, hipótese e justificativa. O segundo capítulo comporta o aporte teórico, dividindo-se em duas partes, são elas: (i) Educação Profissional e Tecnológica (EPT) e a Lei n.º 10.639/2003 na Base Curricular; e (ii) Interculturalidade, multiculturalismo, racismo e identidade na educação.

O terceiro capítulo, por sua vez, aborda as questões metodológicas, como os procedimentos técnicos e as abordagens utilizadas na estruturação do projeto e desenvolvimento do produto educacional, bem como a materialidade do percurso metodológico da presente pesquisa. O quarto capítulo aborda o produto educacional propriamente dito e sua relevância ao ensino. Por fim, seguimos para as considerações finais sobre a pesquisa realizada e o produto gerado, além de reflexões com relação ao ensino da cultura afro-brasileira (garantido por Lei) como promotor da Educação Étnico-Racial e Educação Antirracista.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O segundo capítulo deste estudo está organizado em duas partes: (i) uma que tratará da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) e sua relação com a Lei n.º 10.639/2003 na Base Curricular da Educação Básica; e (ii) uma parte que abordará conceitos importantes para esta tese, tais como a interculturalidade, o multiculturalismo, o racismo e a identidade cultural. Isso posto, passemos à primeira seção.

2.1 Educação Profissional e Tecnológica (EPT) e a Lei n.º 10.639/2003 na Base Curricular da Educação Básica

A educação é instrumento fundamental na construção da sociedade, tendo em sua base o processo de aprendizagem e da apropriação de um saber. Nessa esteira, para este estudo, versamos sobre os sentidos estruturantes da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) no Instituto Federal de Sergipe – Campus Estância, a partir da Lei n.º 10.639/2003 e da relação entre a identidade negra e a educação, constituindo um diálogo significativo entre a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) e a Lei n.º 10.639/2003. Para tanto, não podemos deixar de ressaltar o contexto histórico, com o qual a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) foi constituída, versando sobre a história da educação e sua contribuição ao trabalhador, mesmo que nos moldes do capitalismo.

Primeiramente, cabe destacar que a formação para o trabalho, em nosso país, ocorreu desde o tempo da colonização, com as casas de fundições e casas de moedas, nos centros de aprendizagem de ofícios artesanais para Marinha do Brasil e outras instâncias que prezavam por essa “educação profissional” mais incipiente, durante o ciclo do ouro, no período do Império (1822 a 1889), sendo os registros de primeiros indícios da relação educação para o trabalho, para uma profissão.

No entanto, essa “educação profissional” contrastava com a realidade dos negros da época, pois até 1837, conforme a Lei n.º 1 de 14 de janeiro de 1837, eles eram proibidos (mesmo aqueles considerados “livres ou libertos”) de frequentar as escolas públicas.

Nesse período, caminhávamos lentamente com as questões relacionadas à população negra, enquanto, por outro lado, para o restante da sociedade (não negros), havia um crescimento e desenvolvimento de diversas áreas da época, principalmente, quanto à educação para o trabalho; tendo em vista que, em 1909, na República, foram criadas dezenove “Escolas de Aprendizes Artífices”, atribuídas ao ensino profissional, primário e gratuito, sendo

estabelecidas como marco de início da Educação Profissional e Tecnológica por meio do Decreto nº 7.566 de 23 de setembro.

Dando seguimento a esse processo, em 1927, é aprovada, no Congresso Nacional, a oferta das escolas primárias subvencionadas, sendo prevista uma instância de Inspeção do Ensino Profissional Técnico com a criação, em 1930, do Ministério da Educação. A educação ofertada nas décadas de 20 e 30 do século XX poderia compreender a educação integral. De acordo com Cavaliere (2010, p. 249), isso estava presente na obra de Anísio Teixeira como uma associação da Educação em Tempo Integral, ou seja, uma educação escolar ampliada em suas tarefas sociais, culturais, físicas, intelectuais, cívicas e espirituais, sendo uma educação para além dos limites da alfabetização.

Por meio desse percurso histórico, é possível observar que, em 1937, foi assinada a Lei 378, na qual o ensino profissional é concretizado a partir da criação de Liceus Profissionais, sendo tratada na Constituição Federal, em seu artigo 129, na época do Governo de Getúlio Vargas. Logo, a educação profissional e industrial era dever do Estado, definindo-se que as indústrias e os sindicatos econômicos deveriam criar escolas de aprendizes na esfera da sua especialidade.

Na contramão dos avanços socioeducacionais e profissionais, estavam os negros, os quais lutavam para provar sua sanidade corporal com relação a higiene, saúde e sua capacidade intelectual, pois estávamos diante de um movimento forte, elitista e articulado, o Movimento Eugênico e seu boletim segregado. Segundo Souza (2022, p. 99), “o Boletim de Eugenia, periódico de propaganda eugênica que circulava até 1933. Criado e dirigido por Renato Kehl para promover a eugenia, o Boletim serviu como instrumento oficial do movimento eugênico, sobretudo do grupo reunido em torno de seu editor”.

Esse movimento foi uma tentativa cruel de extermínio da população negra, no quesito racial; felizmente sem sucesso, porém com consequências até os dias atuais aos “mecanismos psicológicos, intactos no inconsciente coletivo brasileiro, rodando sempre nas cabeças dos negros e mestiços” (Munanga, 2000, p. 21).

Em 1942, houve a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), surgido como consequência de avanços no âmbito do trabalho, inclusive decorrentes da guerra e de sua necessidade mercadológica. Em 1943, é instituída a Lei Orgânica do Ensino Comercial; em 1946, a Lei Orgânica do Ensino Agrícola, ano em que foi criado o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC).

Em 1959, foram instituídas as Escolas Técnicas Federais como autarquias a partir das escolas industriais e técnicas mantidas pelo Governo Federal, as quais hoje compõem a Rede

Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Ademais, a partir de 1961, a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) passou a permitir que os concluintes de cursos de educação profissional, organizados nos termos das Leis Orgânicas do Ensino Profissional, pudessem continuar estudos no ensino superior.

Todos esses caminhos levaram à criação da Lei n.º 11.892 de 29 de dezembro de 2008, ou seja, a Lei de criação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, definindo-a como uma modalidade de ensino, tendo como registro na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – n.º 9.394/1996 (Brasil, 1996). Seu artigo 3º (capítulo III, Título V) passa a denominar como Educação Profissional e Tecnológica, com suas diretrizes e bases da educação e profissionalização de jovens e adultos, sendo uma categoria de ensino possuidora de natureza jurídica autárquica, detentora de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar.

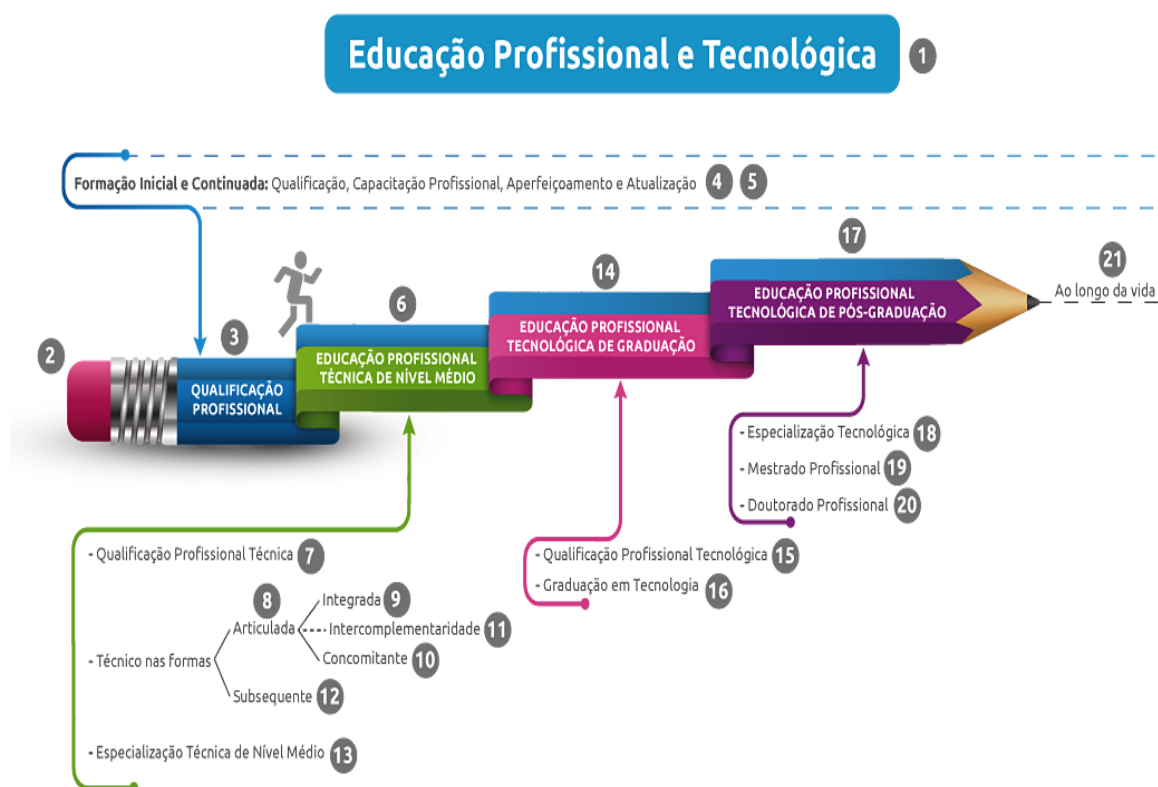
Ademais, em 2011, em sua segunda fase de expansão, o Governo Federal, junto ao Ministério da Educação, concebeu o Instituto Federal de Sergipe – Campus Estância, tendo os cursos de Eletrotécnica e de Edificações, além do curso de Recursos Pesqueiros, como sendo os primeiros cursos integrados ao Ensino Médio do Campus. Para esta pesquisa, abraçaremos apenas as turmas dos terceiros anos dos cursos de Eletrotécnica e de Edificações, ingressadas em 2021.1.

De acordo com a Lei n.º 11.892 de 29 de dezembro de 2008, no seu artigo 2º, os Institutos Federais são descritos como:

Instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas (Brasil, 2008).

A Figura 1 representa os tipos de cursos ofertados pela Educação Profissional e Tecnológica.

Figura 1 – Tipos de cursos oferecidos pela educação profissional e tecnológica



Fonte: Página do Ministério da Educação em Cursos da EPT

Na Figura 1, é notório como a construção de uma estrutura educacional traz uma reflexão a respeito da dualidade entre trabalho e educação. Porém, a separação entre escola e produção, do ponto de vista educacional, é algo ainda desafiador, pois é perceptível o quanto a conjuntura educacional vai de encontro ao contexto social. Na análise do aporte de Moura, Lima Filho e Silva (2015, p. 1059), fica claro que:

A formação é produto das relações sociais e de produção, e a escola, espaço institucionalizado onde também existe parte dela, é fruto de tais relações. Dessa forma, não foi essencial, inicialmente, mas um luxo, porque foi concebida para atender aos interesses de uma determinada classe, a dos dirigentes. Por ter em sua gênese esse corte de classe e não da totalidade social, a escola tende a descolar-se da sociedade, ao mesmo tempo em que reflete suas contradições (Moura; Lima Filho; Silva, 2015, p. 1059).

Pensando na formação humana e no contexto desse projeto naquilo que tange a EPT e suas linhas de desenvolvimento, temos a omnilateralidade como recurso facilitador do diálogo no processo educacional, mostrando a importância da ampliação do ser e dos diversos caminhos na sua construção. Trata-se de perspectiva que abrange o conhecimento, o que faz da formação um processo de inclusão, respeito e dignidade à diversidade humana.

Com base no glossário da EPT (2020), desenvolvido por Pereira, a palavra “omnilateral” vem do latim e significa “de todos os lados, por todas as dimensões”; esse sentido etimológico vem reafirmar a necessidade de o homem desenvolver-se de maneira plena, tendo como parâmetro a utilização de todas as formas e dimensões do conhecimento, não como algo múltiplo, mas como algo a ser completo em sua essência.

De acordo com Pereira, no Glossário da EPT (2020), temos a omnilateralidade assim definida: “a afirmação de que o processo formativo deve encontrar seu sentido no ser humano integral, rico não pela posse de coisas, mas pela apropriação total de seu próprio ser, desenvolvido socialmente pelo total cultivo de suas possibilidades, para a sua total realização”. Nesse sentido, o presente estudo vem mostrar a importância de um currículo intercultural na formação do ser humano pleno e detentor dos saberes. Sobre isso, reforça Ciavatta (2014, p. 202):

No campo da educação e do trabalho, implica uma nova qualidade de educação universalizada para toda a população. De modo específico, busca-se contribuir para um futuro em que a superação da dualidade de classe social traga um padrão digno de vida e de conhecimento [...] O ensino médio precisa de uma elaboração relativa à integração de conhecimentos no currículo, ou seja, um currículo integrado.

É preciso olhar a educação para além dos muros da escola, entendendo que a concepção de aprendizado é algo muito mais amplo. Segundo Ramos (2011, p. 776), “no trabalho, ciência e cultura, como dimensões da vida humana, as quais devem ser integradas ao currículo”.

Para Frigotto (2008, p. 9), a classe burguesa brasileira – de cultura e mentalidade escravocrata, colonizadora e historicamente associada e subordinada à classe burguesa dos centros hegemônicos do capitalismo – impediu, por diferentes mecanismos, a universalização da educação escolar básica (fundamental e média), pública e laica, mesmo nos limites dos interesses de um capitalismo avançado; ou seja, a burguesia brasileira nunca colocou de fato o projeto “real” de uma escolaridade e formação técnico-profissional.

Outrossim, o processo de interação social na educação faz parte de um conjunto de ações adotadas ao longo da história da sociedade. Todavia, a existência de situações adversas, nesse processo, prima por trazer uma reflexão à configuração do currículo educacional, o qual deve ser voltado para todos, pois, de acordo com Veiga (2002, p. 27), “o currículo é uma construção social do conhecimento, pressupondo a sistematização dos meios para que esta construção se efetive; a transmissão dos conhecimentos historicamente produzidos e as formas de assimilá-los”.

Nesse contexto, foi possível captar como o conhecimento produzido diverge do saber

pedagógico, ou seja, esses conhecimentos deveriam ir além do tecnicismo, partindo de uma formação voltada ao contexto social de uma linha mais humanista. Para Pereira (2004, p. 5):

O cenário atual da educação brasileira aponta para uma estruturação curricular que articula teoria e prática, o científico e o tecnológico, com conhecimentos que possibilitem ao aluno atuar no mundo produtivo em constante mudança, buscando a autonomia e desenvolvendo o espírito crítico e investigativo.

Assim, é necessário pontuar a importância de se construir um currículo de acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) no dispositivo da Pluralidade Cultural (Brasil, 2000, p. 131), que em um dos temas transversais, mostra-nos como a seleção curricular é determinante, sendo marcada por fatores culturais, sociais e políticos.

Para Comenius, em seu livro *Didactica Magna* (1621-1657), o processo do aprender passa pelos professores, porém estes também podem errar nessa formação dos jovens, pois ao quererem realizar essa formação “ditando muitas coisas e mandando-as aprender de cor, antes de as terem explicado devidamente. Erram também aqueles que as querem explicar, mas não sabem como” (Comenius, 1621-1657, p. 69).

Consequentemente, vemos a importância da formação e profundidade com a qual a educação é desenvolvida em seus diversos saberes, salientando o estudo dos profissionais de educação como ponto significativo para construção de um currículo diversificado. A Lei n.º 9.394/1996 traz em sua descrição essa formação como:

Título VI – ‘Dos profissionais da Educação’, que define os níveis exigidos para formação docente e a descreve em seus artigos como sendo estes: Art.61-A formação de profissionais da educação, de modo a atender os objetivos dos diferentes níveis e modalidades de ensino e às características de cada fase do desenvolvimento do educando, terá como fundamentos: A associação entre teorias e práticas, inclusive mediante a capacitação em serviço; II - Aproveitamento da formação e experiências anteriores em instituições de ensino e outras atividades. Art. 62- A formação de docentes para atuar na educação básica superior, em curso de licenciatura de graduação plena, em universidades e instituições superiores de educação, admita, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade normal (Brasil, 1996).

Porém, é no currículo que introduzimos a ação intelectual na instituição, pois este dita as regras do conhecimento escolar. No entanto, o currículo, por si só, não efetivará a dissolução daquilo que separa o conhecimento escolar do conhecimento cultural, pois é atravessado por várias interrupções. Para a sua existência administrativa e pedagógica, é necessária a construção de um Projeto Político Pedagógico (PPP) que seja a base fundamental de princípios e valores escolares, dos quais os princípios de igualdade e qualidade sejam imprescindíveis para a

inclusão da Lei n.º 10.639/2003 no ensino.

De acordo com Veiga (2002, p. 22), “a escola é concebida como espaço social marcado pela manifestação de práticas contraditórias, que apontam para a luta e/ou acomodação de todos os envolvidos na organização do trabalho pedagógico” (Veiga, 2002, p. 22).

Ademais, para o presente estudo, partindo do objeto e do problema de pesquisa, os quais abordam diretamente a Lei n.º 10.639/2003, no processo de ensino, a referida lei, decretada e sancionada pelo então presidente da república, Luís Inácio Lula da Silva, altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências), acrescentando os arts. 26-A, 79-A e 79-B, que estabelecem:

Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira; § 1º O conteúdo programático a que se refere o *caput* deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil; § 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como ‘Dia Nacional da Consciência Negra’ (Brasil, 2003).

O processo de construção democrática compõe de maneira coletiva a escola, seu currículo, sua estrutura social e pedagógica, enfatizando a participação popular na luta por uma formação plural. De acordo com o texto da Lei n.º 10.639/2003, esta prima pela necessidade por parte da sociedade afrodescendente de inclusão cultural; responsabilidade, nesse processo, da escola e do seu currículo.

A inserção da temática de história e cultura afro-brasileira garante uma reflexão social e histórica que descortina a realidade sofrida em torno de um arcabouço ancestral, desmistificando pré-conceitos relacionados à população negra e frutos de um racismo estrutural, como veremos na próxima seção deste capítulo.

A antropofagia cultural existente no meio educacional é, para Cândido e Silvestre (2016, p. 2), “um instrumento literário, fato que contribui para o reconhecimento da alteridade na proporção em que, esta parte do pressuposto da devoração da cultura do outro” (Silvestre, 2016, p. 2). Nessa esteira e seguindo os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) no dispositivo da Pluralidade Cultural (Brasil, 2000, p. 132), vemos “que todo e qualquer indivíduo nasce no contexto de uma cultura e, ao longo de sua vida, ajuda a produzi-la. Não existe homem sem

cultura, mesmo que não saiba ler, escrever e fazer contas” (Brasil, 2000, p. 132).

O aumento da polivalência erigida nos arranjos industriais neoliberais (Scherer, 2007, p. 1159) levou ao avanço tecnológico e às exigências interacionistas entre o homem e a máquina. Assim, desenvolveram-se em contraponto ao processo educacional, embora importe considerar uma análise neutra da politécnica.

O processo democrático norteia-se pela concepção de uma educação unitária que parta de uma estrutura ainda em vias de construção, mas que pode não se desenvolver, em razão de estarmos vivendo um processo de acumulação flexível, ou seja, novas maneiras de norteamo do trabalho. Com a ascensão do neoliberalismo econômico, houve “o impacto neoliberal na educação, a partir da intensa mercantilização dos serviços educacionais e a proposição de reformas e mudanças nos processos educativos que visam atribuir uma direção capitalista e essencialmente econômica à educação” (Gomes, 2020, p. 1).

A presença do capitalismo neoliberal, na construção social, afeta diretamente o ser e sua cultura, reproduzindo as dinâmicas capitalistas e estruturas sociais patriarcais, sendo como modelo, através do qual a sociedade organiza sua forma de vida, política, econômica, mercadológica, cultural e simbólica.

A partir disso, o que vemos é o reflexo de uma cultura voltada à negação da realidade social, estruturada na negação do outro e arquitetada em ganhos monetários, deixando no ostracismo as diversas formas de expressão cultural, sendo, na visão de Charlot (2014, p. 28), um respaldo da “globalização que é, antes de tudo, um processo socioeconômico. Trazendo também consequências culturais, através do encontro entre culturas e do aparecimento e espalhamento de novas formas de expressão”.

Para Fleuri (2003, p. 17), esse processo se dá por uma “multiplicidade de perspectivas que interagem e não podem ser reduzidas por um único código e um único esquema a ser proposto como modelo transferível universalmente”. Essa afirmativa leva-nos à reflexão e urgência de um processo de educação inclusiva e diversificada, na qual se acentua a importância da pluralidade cultural na educação, afirmando a necessidade de inserção da cultura afro-brasileira, na perspectiva de um ensino laico, construído a partir dos movimentos culturais populares, engajados pela luta por direitos educacionais para todos.

Vivemos uma demanda político-cultural, buscando ressaltar a necessidade da mudança significativa do olhar para as questões étnicas e raciais, construindo uma educação fora dos moldes coloniais; na visão de Avila (2021, s. p.), “o colonialismo, configurou a dominação de determinados países sobre outros, mais precisamente, o domínio das metrópoles sobre as colônias, estabelecendo uma relação de superioridade dos povos colonizadores”.

Desse modo, o homem, concebido em sua estrutura intelectual de base “colonial”, necessita discorrer sobre um pensamento diverso em seu processo socioformador.

Tal concepção, no contexto educacional, levantou a discussão sobre a elaboração de uma lei que pudesse auxiliar na concepção de um pensamento vinculado à sociedade brasileira e sua realidade histórica e cultural.

Então, no dia 9 de janeiro de 2003, o Governo Federal sancionou a Lei n.º 10.639/2003, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional para inclusão da obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira" no currículo oficial da Rede de Ensino, estabelecendo, por conseguinte, sua inclusão na Educação Profissional de Tecnológica (EPT).

A aplicabilidade da Lei n.º 10.639/2003 nas instituições necessita da participação efetiva de todos, demandando um olhar que tenha em vista a importância da materialização da lei e, dessa maneira, ampliar o debate, fortalecendo um processo entre ensino e cultura, no qual o trato com o outro ocorrerá numa perspectiva multicultural e intercultural, versando pela concepção histórica e sociocultural do povo negro.

Nesse sentido, percebemos durante a pesquisa a necessidade efetiva de inserção da Lei n.º 10.639/2003 no Instituto Federal de Sergipe (IFS) e, em particular, no Campus Estância, tendo em vista o trabalhar das políticas adotadas com a efetivação das ações afirmativas.

Cabe destacar a importância do desenvolvimento de ações a partir do Projeto Político Pedagógico da Instituição, uma vez realizadas, tais questões poderão oferecer modificações significativas, a partir de um esforço coletivo (o ideal seria que essas ações fossem abraçadas por todas as instâncias da Instituição de Ensino) que acarrete um pensamento pedagógico que reflita o processo educativo, visando à perspectiva pluralista, pautada no respeito, promoção de diálogos e estratégias pedagógicas que venham a dirimir a desigualdade, o preconceito, a violência e a evasão escolar:

Os Institutos Federais, na construção de sua proposta pedagógica, façam-se com a propriedade que a sociedade está a exigir e se transformem em instrumentos sintonizados com as demandas sociais, econômicas e culturais, permeando-se das questões de diversidade cultural e de preservação ambiental, o que estará a traduzir um compromisso pautado na ética da responsabilidade e do cuidado (Pacheco, 2020, p. 6).

A partir da compreensão da necessidade de se desenvolver uma educação democrática e antirracista no âmbito social, histórico, pedagógico e cultural, esta pesquisa vem em conjunto com a educação profissional e tecnológica e com o pensamento intercultural, complementar o currículo escolar introduzindo a história e cultura afro-brasileira aos estudantes dos cursos

pioneiros no ensino integrado na instituição do Campus Estância, visando a uma educação humanista, que se nutre de marcadores sociais, culturais e educacionais para formulação de um Projeto Político Pedagógico que estabeleça a escola como um território voltado à produção de práticas, saberes e narrativas baseadas na diversidade e pluralidade de vozes e demais agrupamentos sociais que constituem a sociedade cultural brasileira.

2.2 Interculturalidade, multiculturalismo, racismo e identidade na educação

Conduzidos por uma análise intercultural, trazemos o olhar de interação entre os pontos aqui elencados, mesmo mediante o silêncio entoado de gritos abafados, da exclusão murmurante em conteúdos negados, os quais entoam em cada negro o fervilhar de uma movimentação rompante, na busca de valores e saberes contrários a uma soberania cultural.

No entanto, é preciso romper com os paradigmas que desconstroem o prenúncio de uma educação construída pelas práticas e saberes plurais, os quais constituem a sociedade e em particular os estudantes; para isso, precisamos ir além das discussões e refazer as práticas político-pedagógicas, como já citado, enfatizando um currículo voltado à interculturalidade.

Nesse sentido, a educação é um instrumento primordial para libertação, por meio da qual podemos adquirir uma sociedade mais justa, sendo preciso ter uma proposta de estruturação do currículo da Educação Profissional e Tecnológica (EPT). De acordo com Pacheco (2020, p. 17), trata-se de uma educação mais ampla, norteadas por princípios, valores e conhecimentos, visando derrubar as barreiras entre o ensino técnico e o científico, articulando trabalho, ciência e cultura na perspectiva da emancipação humana, sendo um dos objetivos basilares dos Institutos Federais.

Neste processo de construção, os caminhos podem ser bem abrangentes, cabendo a cada entidade desenvolver seu papel adequadamente, para que o saber seja multiplicado e globalizado, livre de preconceitos e inverdades. Todo ser é dotado de conhecimento, construído e alimentado diariamente, não somente na escola, mas por meio da cultura que o cerca, seja nos conhecimentos populares, nas crenças, nos ritos que são passados de geração em geração. Importante pontuar, entretanto, que esse tipo de conhecimento não está nos livros nem em sala de aula, pois faz parte de uma relação de valores culturais, emocionais, identitários de agregadores imensuráveis na formação humana.

De acordo com a Constituição Brasileira de 1988, a educação é direito de todos, e, como tal, a perspectiva do termo “inclusão” se torna tautológica. Ora, se todos têm direito à educação, então nenhum indivíduo deve deixar de apreciá-la; porém, a história da educação brasileira foi

construída segundo os moldes da segregação (racial, de pessoas com deficiência física ou cognitiva e de tantas outras camadas da sociedade, em termos econômicos).

Nesse sentido, é importante ressaltar que a diversidade deve estar presente nos conteúdos discutidos em sala de aula, pois, de acordo com Candau (2008, p. 16), “as questões culturais não podem ser ignoradas pelos educadores e educadoras, sob o risco de que a escola cada vez se distancie mais dos universos simbólicos, das mentalidades e das inquietudes das crianças e jovens de hoje”. Com esse direcionamento, o processo de ensino, na escola, terá como base a riqueza cultural que cada aluno traz consigo e o reconhecimento do outro enquanto ser. Para Pacheco (2020, p. 22):

Na compreensão de seu trabalho coletivo, os institutos, da diversidade sociocultural, reúnem princípios e valores que convergem para fazer valer uma concepção de educação em sintonia com os valores universais do ser humano, daí a importância de assegurar, nos Institutos Federais, o lugar da arte e da cultura.

Diante dessa realidade, vemos, no Campus Estância (assim como em muitas instituições), a necessidade de haver na educação uma ferramenta de mudança social, em que a escola tem o papel atuante de maneira democrática e comprometida com a formação do ser humano em sua integralidade, construindo parâmetros na sociedade, tornando evidente sua fundamental relevância na formação da sociedade para abertura de caminhos na ampliação da cidadania dos sujeitos que a compõem. Por essa razão, o papel social da escola é considerado fundamental. Para Freire (2017, p. 25):

A cultura letrada não é invenção caprichosa do espírito; surge no momento em que a cultura, como reflexão de si mesma consegue dizer-se a si mesma, de maneira definida, clara e permanente. A cultura marca o aparecimento do homem no largo processo da evolução cósmica. A essência humana existencial-se, autodesvelando-se como história. Mas essa consciência histórica, objetivando-se reflexivamente, surpreende-se a si mesma, passa a dizer-se, torna-se consciência historiadora: o homem é lavado a escrever sua história.

O pensamento de Freire (2017) fortalece a importância de examinarmos os critérios de uma concepção analítica da possível avaliação histórica da prática intercultural afrodescendente no Instituto Federal de Sergipe, em especial no Campus Estância, com as turmas dos terceiros anos integrados ao Ensino Médio dos cursos de Eletrotécnica e de Edificações. Temos, no contexto dos cursos integrados, o espaço necessário para a produção do conhecimento e mobilização de práticas pedagógicas, além da abordagem da interculturalidade, a partir da perspectiva da dialogia, tal como ilustrado na Figura 2.

Figura 2 – Dialogia intercultural



Fonte: Interculturalidade (S. d.).

As relações interculturais e sua construção pautam-se pelo respeito à diversidade, embora o aparecimento de conflitos seja inevitável e imprevisível, estes podem ser resolvidos mediante respeito, diálogo e assertividade. De maneira sucinta, pode-se definir a interculturalidade como um conceito existente nas concepções conectadas a uma educação humanista, que, nesse caso, está permeada pela Lei n.º 10.639/2003, a qual insere ao currículo oficial da grade escolar a inclusão da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, propiciando o desenvolvimento de uma relação significativa e agregadora com a população negra, ressurgindo, assim, memórias e saberes, além dos já acrescentados em sala de aula.

No Brasil, o processo de Educação Popular foi desenvolvido a partir de movimentos sociais, que se alicerçaram no reconhecimento e valorização das culturas de diferentes “grupos sociais, subalternos e excluídos”; esse pensamento freireano trata das diferenças (do opressor e do oprimido), além da significativa relação cultural, desenvolvendo assim, segundo Fleuri (2003, p. 22):

Modo particular no Brasil, a partir dos anos de 1950, os movimentos de ‘cultura popular’ – e que posteriormente vieram a ser denominados de ‘educação popular’ – contribuíram significativamente para promover processos educativos tomando-se por base os componentes culturais dos diversos grupos populares. No início da década de 1960, na onda de grandes mobilizações urbanas e camponesas, floresceram numerosos trabalhos educativos que valorizavam a cultura popular.

Uma educação mais equânime passa pela ideia da “importância de garantir uma escola mais igualitária nos impulsiona a uma pedagogia que venha fomentar críticas e reflexões relativas às práticas vivenciadas” (Dias, 2020, p. 9), inserindo, assim, nas palavras de Aguado Odina (2009, p. 43), uma “educação intercultural que propõe uma prática educativa que coloca as diferenças culturais de indivíduos e grupos como foco de reflexão e inquérito em educação”.

Para Fleuri (2003), a Educação Intercultural, na Europa, tem salientado um processo de diálogo entre as diferentes culturas, sendo um fator pedagógico importante; no entanto, assim

como o multiculturalismo e o antirracismo, foi desenvolvida uma estreita relação com a presença de imigrantes, que buscaram se inserir no mercado de trabalho e na vida social de vários países.

Para Aguado Odina (2009, p. 44), a Educação Intercultural se direciona pela adoção de medidas que favorecem a igualdade de oportunidades, além de testar nossa capacidade de tolerância e valorização da diversidade como força valiosa, e não como uma fraqueza a ser superada. É importante que as escolas sustentem medidas que favoreçam essa igualdade de oportunidades, mas não é menos relevante que tal igualdade seja também defendida em todas as diligências adotadas no local de trabalho, na família e na sociedade como um todo.

Dessa forma, entendemos a educação intercultural como elemento essencial no processo de igualdade e ligação democrática, a ser trabalhada com os diversos estudantes existentes na instituição, em especial no IFS/Campus Estância. Nessa perspectiva, a manifestação das diversas culturas será inserida no âmbito educacional, para que todos se sintam abraçados e respeitados, desenvolvendo nesses estudantes uma união de saberes.

A integração cultural, como foi colocada, mostra a amplitude dos tipos de trocas interculturais que podem existir no homem, o que expande o debate em torno da necessidade de inclusão do negro e, conseqüentemente, o desenvolvimento de leis, diretrizes e mudanças necessárias para inserir a cultura, história e filosofia africanas e suas vertentes em sala de aula.

Para Munanga (2020), essa integração demonstra a importância da junção e da troca de pensamentos, identidade, fidelidade e solidariedade com a cultura negra africana, uma vez que consolida uma luta realizada para além dos parâmetros legais, pois é preciso respeitar e honrar a realidade social e a experiência de grupos não brancos, inserindo a educação multicultural, intercultural, em uma realidade que se mostra de modos múltiplos, na qual os educadores possam efetivamente contribuir para a transformação da conduta humana.

A cultura é uma construção que a humanidade vem elaborando ao longo do tempo, assumindo características específicas em cada época histórica assim como em cada espaço geográfico. Dentro da construção, cada ser humano nasce, cresce e morre. Cada um e a coletividade assimilam, reproduzem e renovam essa herança: é por meio do processo de assimilação, reprodução e renovação da cultura que os indivíduos, como sujeitos e a humanidade, como um todo, se desenvolvem e caminham. Os conteúdos culturais são elementos fundamentais pelos quais as novas gerações assimilam o legado da humanidade, assim como servem de meio para a formação das convicções sociais e para o desenvolvimento das capacidades cognitivas, uma vez que o desenvolvimento do educando não vai do individual para o social, mas sim do social para o individual (Luckesi, 2008, p. 129).

Para tanto, destaque-se a importância do currículo escolar como instrumento para sustentabilidade da atividade escolar, que quebra as diferenças e dá suporte nas ações

pedagógicas. Para tanto, as ações e os movimentos de busca por igualdade, respeito à diversidade e, nesse caso, a diversidade cultural, trazem reflexões de suma importância, pois, em um país miscigenado como o Brasil desvela-se o domínio “colonizador” ainda enraizado na estrutura social. Apesar de tantos pontos abordados em leis, sabe-se que ainda existem “barreiras”, ou melhor, o racismo, que dificultam um diálogo aberto, respeitoso e colaborativo com as diferenças.

Estamos exemplificando abaixo uma manifestação de racismo entre crianças, essa situação vem fortalecer a inserção de um diálogo intercultural no currículo educacional, porém estamos cientes de que o trabalho unilateral desenvolvido somente em sala de aula não será suficiente para lidar com preconceitos e racismos trazidos do âmbito familiar; o papel educador de cada professor deve ser desassociado de uma única visão do mundo, mas amparado na certeza de ser para os estudantes uma força personificadora dos saberes que eles constroem em todos os estudantes.

Figura 3 – Tirinha de Mafalda para refletir sobre questões raciais



Fonte: Lourenço (2020).

O racismo, segundo a Constituição de 1988, é crime inafiançável e imprescritível, regulamentado pela Lei Caó (Lei n.º 7.716/1989), que define como crime o ato de praticar, induzir ou incitar a discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional.

Porém, cabe salientar que suas raízes, sedimentadas nas entranhas de nossa sociedade, emergem constantemente, trazendo consigo expressões e ações racistas, as quais hoje não são mais praticadas contra aqueles escravizados trazidos em navios, mas “navegam” em redes de diálogos via *internet*, mudando seu *modus operandi*, mas as ações maléficas e suas consequências continuam iguais.

Um questionamento frequente na mente daqueles que lutam por uma educação antirracista, e eu me incluo, é: quem poderá deter aqueles que não temem a lei e continuam

praticando o racismo? Como fica a saúde mental de tantos negros, sejam crianças, jovens, adultos ou idosos, todos vítimas desse processo desumano e epistemicida, que acorrenta?

Negros e negras ouvem desde chacotas e desrespeito com o cabelo, a vestimenta, o colar de guias que refletem a identidade negra, até contestações, menosprezos e desvalorização de suas vitórias e conquistas. Estamos diante de um dilema difícil, o qual requer de nós, enquanto instituição de ensino, medidas de desconstrução e reconstrução, um amparo, um alento ou simplesmente um ato de se ver no outro (empatia).

Segundo dados da pesquisa intitulada “Percepção sobre o racismo no Brasil”, feita pelo Instituto de Referência Negra Peregum e o Projeto Sistema de Educação por uma Transformação Antirracista (SETA), 81% da população concorda que o Brasil é um país racista. A figura 4 traz uma síntese das percepções sobre racismo apontadas na pesquisa.

Figura 4 – Percepções sobre o racismo no Brasil



*Dados coletados entre 14 a 18 de abril, com participantes de 16 anos ou mais. A amostra das pessoas foi proporcional aos perfis representativos da população.

Fonte: Pesquisa... (2023).

Os dados dessa pesquisa, em nossa vivência enquanto população negra, não trazem muitas novidades para as pessoas negras que vivenciam o racismo todos os dias, mas trazem à tona esses números, principalmente, para as pessoas não negras que minimizam e mascaram suas atitudes racistas ou simplesmente pregam um negacionismo quanto ao racismo no Brasil, afirmando que muito do que o negro relata é fruto de vitimismo, e não das reais condições a que foram submetidos: à margem da sociedade desde os primórdios, como destacado na primeira seção deste capítulo.

Ademais, a pesquisa aponta uma situação no mínimo discrepante, pois sabemos que mais da metade da população brasileira é negra; ou seja, diante do Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2018, 56,10% das pessoas se declaram negras no Brasil e, conforme a pesquisa, 51% já presenciou alguma situação de racismo. Isso desassossega, pois mostra uma presumível situação de discrepância no sentido de pessoas negras serem uma maioria e possivelmente estarem refletindo a estrutura racista em que estão inseridos contra seus iguais, sendo “mais um ponto a favor” do movimento eugenista.

O movimento eugenista e a necessidade de embranquecimento da população são pontos tocados nesta pesquisa, uma vez que estamos lidando com informações de cunho histórico, social, político e cultural, os quais acentuam a participação da elite como uma maneira de encobrir seus preconceitos com ações contraditórias diante da população negra.

Munanga (2023, p. 3) expõe que o racismo sempre existiu contra povos em posição de minoria subalternizada e escravizada. Como processo eugênico amparado por uma pseudociência, teve sua organização e ápice por volta de 1920; já suas ações, no caso do Brasil, vêm sendo executadas desde o período colonial.

De acordo com Munanga (2023, p. 4), o racismo é:

O racismo é uma crença na existência das raças naturalmente hierarquizada pela relação intrínseca entre o físico e a moral, o físico e o intelecto, o físico e o cultural. O racista cria a raça no sentido sociológico, ou seja, a raça no imaginário do racista não é exclusivamente um grupo definido pelos traços físicos. A raça na cabeça dele é um grupo social com traços culturais, linguísticos, religiosos, etc. que ele considera naturalmente inferiores ao grupo a qual ele pertence. De outro modo, o racismo é essa tendência que consiste em considerar que as características intelectuais e morais de dado grupo, são consequências diretas de sua característica física ou biológica.

Esses pontos reafirmam a importância de trabalhos e pesquisas que reflitam sobre a educação antirracista, com base na legislação, ou seja, uma educação que traz os valores, saberes e a importância da matriz africana, desmistificando olhares ainda enraizados com os saberes ocidentais, e com isso, desenvolver questões de cunho étnico-racial atreladas ao currículo.

Este estudo vem propor uma pesquisa que reflita sobre a necessidade de se trabalhar a educação antirracista em contexto educacional, com amparo na Lei n.º 10.639/2003 – a qual, além de uma medida reparadora fruto de políticas de ações afirmativas, foi um grande passo para o reconhecimento da importância cultural do povo negro na formação da sociedade brasileira, ao legitimar o ensino, de forma obrigatória, da História e da Cultura Afro-Brasileira e Africana, em sala de aula, em todos os níveis da Educação Básica.

Tal conquista parte de reivindicações do Movimento Negro Educador, no Brasil, que buscou salientar discussões em relação às questões raciais, de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais, e com o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

Os movimentos negros, por meio de suas reivindicações, sempre apontaram diversas situações enfrentadas pela população negra, como o preconceito, o racismo e a discriminação aos afrodescendentes, marcando uma história de dificuldades ao acesso, à permanência e ao êxito nas escolas.

Além disso, cabe salientar que a Lei n.º 10.639/2003 deve ser aplicada em âmbito escolar, tendo em vista a importância de resgatar as raízes culturais afro-brasileiras, apagadas por um modelo de educação elitizado e eurocêntrico, ou seja, que vê nas pessoas mais abastadas financeiramente, pessoas brancas, a base de um conceito social e, na Europa, uma referência cultural, levando ao esquecimento a participação e a importância da população negra.

A partir do exposto, passamos a realizar uma reflexão sobre a Lei n.º 10.639/2003 junto à Educação Profissional e Tecnológica. Para tanto, é possível iniciar um processo de atuação na concepção de equidade racial, desenvolvendo diálogos múltiplos, no contexto escolar, em relação às diversas culturas que formam a identidade brasileira, com destaque para o ensino da cultura afro-brasileira e, dessa maneira, viabilizar a premissa construtiva de uma Educação Libertadora: “uma educação que as colocasse numa postura de autorreflexão e de reflexão sobre seu tempo e seu espaço” (Freire, 1967, p. 36).

A “educação libertadora”, de Paulo Freire, propõe uma amplitude de saberes que passam pela construção de uma educação reflexiva em torno do ensino que considera a sociedade, enquanto devolve a ela indivíduos mais humanizados.

Diante de tantas lutas e discriminações, em 2001, tivemos o Ano Internacional de Mobilização contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, com a III Conferência Mundial de Combate ao Racismo convocada pela ONU e realizada em Durban na África do Sul. Lá, o Brasil, uma das maiores populações negras do planeta (só ficando atrás dos africanos), se comprometeu em implantar Políticas de Ação Afirmativa de combate ao racismo, uma delas é a Lei n.º 10.639/2003, que em:

21 de março de 2003, a Seppir (Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial) instituiu a Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial. Desta forma, recolocou a questão racial na agenda nacional e a importância de se adotarem políticas públicas afirmativas de forma democrática, descentralizada e transversal. O principal objetivo desses atos é promover alteração positiva na realidade vivenciada pela população negra e trilhar rumo a uma sociedade

democrática, justa e igualitária, revertendo os perversos efeitos de séculos de preconceito, discriminação e racismo. O governo federal, por meio da Seppir, assume o compromisso histórico de romper com os entraves que impedem o desenvolvimento pleno da população negra brasileira. O principal instrumento, para isso, é o encaminhamento de diretrizes que nortearão a implementação de ações afirmativas no âmbito da administração pública federal (Brasil, 2004, p. 8).

É importante dizer que embora exista o peso legal, ainda há muitos questionamentos quanto à necessidade de leis como esta precisarem ser criadas com o intuito de respaldar as ações direcionadas aos resgates de valores históricos e culturais do povo negro.

Esse modo de pensar, infelizmente, acarreta o não cumprimento dessas leis, parcial ou totalmente, ignorando-se seu teor dentro de instituições de ensino, ou reduzindo o conteúdo a atividades em datas específicas ou semanas alusivas.

O IFS somente a partir de 30 de abril de 2020, conforme a resolução nº 14/2020/CS/IFS, implantou leis como a Lei n.º 12.288, de 20 de julho de 2010, que institui o Estatuto da Igualdade Racial, destinado a garantir à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica; e a Lei n.º 12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre a oferta de vagas nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e superior, por curso e turno, para pessoas autodeclaradas pretas, pardas e indígenas.

Isto é, o intervalo de uma década (no caso da primeira lei) e de oito anos (no caso da segunda) para cumprimento dessa legislação configura-se uma situação inesperada vinda de uma instituição pública de educação. A percepção, todavia, fortalece a necessidade de se continuar lutando e desenvolvendo pesquisas como esta, pois na esfera educacional provavelmente o IFS não é um caso isolado.

Tal realidade mostra-nos que precisamos encorajar a educação e o processo de identidade negra, os quais não estão somente presentes em datas alusivas como o “Julho das Pretas” ou no “20 de Novembro”. É urgente a necessidade de haver caminhos diários para resgatar os valores históricos e culturais para a construção de uma sociedade livre, justa e igualitária, com oportunidades de direitos para todos.

Fortalecer a identidade cultural negra é uma maneira de ir contra ao modelo eugênico que vê no branqueamento da população a sociedade ideal, sendo epistemicida com a cultura e a história da população negra. Sobre isso:

A identidade negra é entendida, aqui, como uma construção social, histórica, cultural e plural. Implica a construção do olhar de um grupo étnico/racial ou de sujeitos que pertencem a um mesmo grupo étnico/racial sobre si mesmos, a partir da relação com o outro. Construir uma identidade negra positiva em uma sociedade que,

historicamente, ensina ao negro, desde muito cedo, que para ser aceito é preciso negar-se a si mesmo, é um desafio enfrentado pelos negros brasileiros. Será que, na escola, estamos atentos a essa questão? Será que incorporamos essa realidade de maneira séria e responsável quando discutimos nos processos de formação de professores, sobre a importância da diversidade cultural? Nesse sentido, quando pensamos a articulação entre educação, cultura e identidade negra, falamos de processos densos, movediços e plurais, construídos pelos sujeitos sociais no decorrer da história, nas relações sociais e culturais. Processos que estão imersos na articulação entre o individual e o social, entre o passado e o presente, entre a memória e a história (Gomes, 2003, p. 171).

A base educacional vai muito além de saberes segmentados, pois, seguindo algumas regras sociais e institucionais, na visão de Araújo e Frigotto (2015, p. 62), relacionam-se ao “desafio de pensar práticas pedagógicas que nos aproximem de uma leitura ampla da realidade, mesmo que reconheçamos a impossibilidade de uma apropriação cognitiva desse ‘todo’”. Desse modo reafirmo que a educação intercultural nas intuições de ensino é o caminho para libertar o oprimido do opressor:

Quem melhor que os oprimidos, se encontrará preparado para entender o significado terrível de uma sociedade opressora? Quem sentirá, melhor que eles, os efeitos da opressão? Quem, mais que eles, para ir compreendendo a necessidade da libertação? Libertação a que não chegarão pelo acaso, mas pela práxis de sua busca; pelo conhecimento e reconhecimento da necessidade de lutar por ela (Freire, 2017, p. 43).

Nessa luta diária, cabe elencar mais uma reflexão, a da negritude no contexto educacional. Segundo Munanga (2020, p. 55), o termo nasceu há cerca de 70 anos, como conceito e movimento ideológico, formulado por uma definição mítica ligada ao passado africano e por outro lado ligado aos movimentos e ações, com pautas voltadas à problemática negra. A negritude é a condição de combate e reabilitação dos valores e culturas do negro destruídas e negadas.

Diante desse contexto, o desafio a ser vencido é o de proporcionar uma educação intercultural para esses alunos no contexto das instituições federais, e, principalmente no caso da referida pesquisa, nosso grupo focal são os alunos dos terceiros anos dos cursos integrados ao Ensino Médio de Eletrotécnica e de Edificações do IFS/Campus Estância.

Este estudo aposta na hipótese de que a educação intercultural irá levar aos alunos uma diversidade cultural que contribuirá para a desmistificação de pré-conceitos relacionados à cultura negra, fazendo-os compreender que vivem em uma sociedade diversa e que a cultura do outro deve ser respeitada.

Sobre isso, Albó (2005, p. 47) destaca que a relação de interculturalidade é o que ocorre entre pessoas ou grupos sociais de culturas diferentes, mas essas relações interculturais não podem destruir aquilo que é culturalmente diferente, pois tira da população o sentido de

identidade.

Ao desenvolver as ações interculturais, que transitam por caminhos nos quais a cultura foi (e é) palco de reflexão, precisamos tratar da multiplicidade de saberes e do multiculturalismo; de acordo com Albó (2005), o multiculturalismo³, diferente da interculturalidade, é a presença e troca de diversas culturas em um ambiente, e se dá nas sociedades em que recebem muitos imigrantes, o que acaba gerando os choques culturais, que resultam na criação de novas culturas.

Sobre o tema, Candau (2008, p. 17) destaca que:

As relações entre educação e cultura(s) nos provocam a situar-nos diante das questões colocadas hoje pelo multiculturalismo no âmbito planetário e de cada uma das realidades nacionais e locais em que vivemos. As configurações desta problemática são distintas conforme o contexto em que nos situemos e suscitam muitas discussões e polêmicas no momento atual [...]. Na América Latina e particularmente no Brasil a questão multicultural apresenta uma configuração própria [...]. Uma história dolorosa e trágica principalmente no que diz respeito aos grupos indígenas e afro-descendentes.

O multiculturalismo é um fenômeno bastante significativo no processo de construção social, pois agrega diversas culturas distintas. Seguindo o pensamento de Albó (2005, p. 48), podemos ter uma noção de como a interculturalidade é um pensamento promovedor de política que respeita as diferentes culturas e grupos étnicos, além de ter entre esses grupos uma troca positiva, na qual os indivíduos aprendem entre si sem perder seu próprio modo de ser e, em contrapartida, sem impor nada ao outro, já que a ideia é todos se enriquecerem e se transformarem mutuamente, sem deixar de ser o que são.

Essa é a importância de construir uma política na qual a identidade seja trabalhada. Na visão de Trevisam (2022, p. 101), a interculturalidade é uma relação interpessoal, de “convivência na diversidade, seguindo os princípios de igualdade, de diferença e, ainda, de interações positivas”, abrangendo uma inter-relação entre as diversas culturas.

De acordo com o pensamento de Trevisam (2022, p. 132), “o acolhimento e a interação fundam a verdadeira intermediação das diferenças enquanto inter-relação na sociedade intercultural, por meio do diálogo, na recepção do outro como outro, do outro como eu e do eu como outro, numa colaboração mútua, ética e responsável”.

Diante dessa interação, podemos entender que não existe uma relação de superioridade ou exclusão entre os lados da interação, mas uma interação respeitosa entre diversos saberes, com o intuito de agregar e não segregar, pois, para se viver em uma sociedade globalizada e

³ “O multiculturalismo é a **inter-relação de várias culturas** em um mesmo ambiente. É um fenômeno social que pode ser relacionado com a globalização e as sociedades pós-modernas” (Multiculturalismo..., s. d.).

diversa, é preciso que ampliemos o nosso conhecimento e visão do mundo, com amor, como nos passa ainda nos dias de hoje Paulo Freire por meio da sua Educação Libertadora.

No caso da cultura negra, essa inter-relação na interculturalidade lembra-nos a conexão existente com a ancestralidade, pois evoca o círculo na religião de matriz africana, trazendo à tona o princípio basilar da relação de dar e receber ou da conexão com o divino (sagrado), dada a importância dessa conexão ancestral para a religiosidade de matriz africana tão cara à cultura negra.

Figura 5 – Inter-relação na sociedade intercultural



Fonte: Elaborada pela autora (2023).

Observamos, no pensamento de Albó (2005), que muitos se sentem inseridos na cultura do opressor, ou seja, do dominante. Infelizmente, nessa situação, o oprimido sofre, pois vê sua cultura sendo desvalorizada, e assim, o sofrimento com a discriminação traz a necessidade gritante de ser aceito, o que leva à criação de um diálogo permanente entre o centro educativo e a comunidade.

De acordo com Vasconcelos (s. d.), a interculturalidade vem como uma virada cultural, de reconhecimento do outro enquanto campo do saber, tendo como base um conjunto de propostas democráticas, entre diferentes culturas, na busca pela integração entre elas sem anular sua diversidade, respeitando o outro na construção de um projeto comum.

Para Vasconcelos, um exemplo de interculturalidade é a questão afrodescendente, a qual vem de maneira significativa pontuar a forte identidade cultural existente nesse grupo, que teve ao longo de sua história a privação de seus direitos, cidadania e de suas manifestações culturais, sendo um dos maiores contribuintes ao desenvolvimento intercultural em nosso país.

No entanto, toda essa contribuição negra vem sendo excluída e marginalizada, a partir do momento em que o outro (opressor) vê a cultura negra como inferiorizada, sendo, constantemente, demonizada.

Por tudo o que foi exposto, é preciso refletir qual o melhor caminho para se tentar desenvolver, no currículo escolar, esses conhecimentos oriundos da cultura de matriz africana e afro-brasileira. Sabendo que vários caminhos podem ser adotados quando estamos lidando com educação, cabe destacar que estamos observando o campo educacional vinculado à interculturalidade (educação intercultural).

Saliento, mais uma vez, que é preciso reconhecer o outro e com o outro reconhecer-se, como uma ampliação das convivências sociais e culturais, diminuindo as limitações que levam ao preconceito em qualquer instância, seja preconceito relacionado ao gênero ou racial (étnico).

Ainda sobre a Educação Intercultural, Ifadireo (2021, p. 7) destaca:

Educação Intercultural está fundamentada na concepção de uma sociedade multicultural, a qual estaria baseada em dois princípios: o princípio da igualdade e o princípio do reconhecimento. Estes dois princípios também se aplicam à educação intercultural. O princípio do reconhecimento aplica-se a indivíduos particulares enquanto sujeitos importantes da sociedade geral, atribuindo-lhes o valioso prestígio, devido a formas e conteúdos culturais particulares, os quais tornam-se relevantes para a identidade da sociedade multicultural como um todo.

Figura 6 – Educação Intercultural



Fonte: Santos (2023).

Por fim, sublinho que conduzimos esta pesquisa com a compreensão de que os valores e enfoques mais tradicionais, antes abordados no meio educacional, hoje não condizem com a sociedade e a escola atual, pois estamos constantemente em transformações e avanços, sejam culturais, sociais, sexuais ou tecnológicos, como a evolução em massa da inteligência artificial

(IA).

Essa pluralidade de saberes pede o combate do nosso olhar desigual, a fim de que nos entendamos enquanto humanos, a partir da necessidade de estarmos juntos e coletivamente abraçarmos o outro e o seu olhar; quem sabe, desse modo, formamos uma sociedade equânime, justa, igualitária e solidária, na qual a interculturalidade voltada para a questão étnico-racial e a educação sejam abraçadas no combate ao racismo, aos preconceitos e à desinformação.

Com isso, findamos nosso primeiro capítulo que teve o intuito de apresentar nosso referencial teórico, discorrendo sobre a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) e a relação que estamos construindo com a Lei n.º 10.639/2003, sua aplicabilidade na base curricular dos cursos integrados ao Ensino Médio do IFS Campus/Estância.

Ademais, destacamos que essa relação se dará por meio de um trabalho com os conceitos de Interculturalidade, Multiculturalismo, Racismo e Identidade no âmbito da Educação.

3 METODOLOGIA

Neste capítulo, são abordados os procedimentos metodológicos adotados para o presente estudo. Para tanto, faz-se o exercício de descrever o passo a passo de todas as nossas escolhas, detalhando todos os caminhos percorridos e os procedimentos utilizados. Além disso, cabe destacar que o presente trabalho tem a característica de apresentar uma metodologia qualitativa e colaborativa, realizada por meio de pesquisa bibliográfica, análise documental e pesquisa de campo.

O capítulo ainda aborda o procedimento adotado para coleta e análise de dados, a motivação para captação de informações por meio da amostragem, com entrevista semiestruturada e questionário, dá destaque à importância da territorialidade, bem como à justificativa para o uso de teorias utilizadas pontualmente para a análise de dados. Para tanto, o capítulo está dividido em duas seções, são elas: a seção 3.1, que aborda a metodologia de pesquisa, e a seção 3.2, que mostra a materialidade do percurso metodológico da pesquisa.

3.1 Metodologia de Pesquisa

É sabido que a pesquisa científica é a investigação de um fenômeno, sendo um processo sistemático (possui um método) que contribui para a construção do conhecimento. O objetivo de qualquer pesquisa é encontrar a solução para um problema. Para este estudo, o problema de pesquisa é: “como a adequada aplicação da Lei n.º 10.639/2003 e do conceito de interculturalidade podem contribuir para a promoção da educação baseada em um processo étnico-racial e antirracista?” Para responder a esse questionamento, utilizaremos uma metodologia.

Muitos são os métodos utilizados em uma pesquisa que, quanto aos procedimentos técnicos, pode ser caracterizada como: pesquisa bibliográfica, pesquisa experimental, pesquisa documental, pesquisa *ex post facto*, estudo de caso, estudo de corte, levantamento, pesquisa de campo, pesquisa-ação, pesquisa participante, colaborativa etc. Além disso, quanto à abordagem, ou maneira que se faz a análise dos dados, uma pesquisa pode ser classificada como: qualitativa, quantitativa, quali-quantitativa. A pesquisa, quanto à natureza, pode ser básica ou aplicada. Ademais, uma pesquisa, ainda, quanto aos objetivos, pode ser caracterizada como: exploratória, descritiva ou explicativa.

Para este estudo, a metodologia de pesquisa, quanto aos procedimentos técnicos adotados, é uma pesquisa bibliográfica com análise documental, de campo e colaborativa;

quanto à abordagem utilizada na análise dos dados, é uma pesquisa qualitativa. Cabe, nesse ponto, destacar a diferença entre estudo qualitativo e quantitativo, uma vez que isso reflete diretamente em nossa metodologia, principalmente, no que se refere ao grupo de amostra deste estudo.

Nossa escolha é pela pesquisa qualitativa, já que estamos interpretando informações a partir de uma amostra específica, considerando o contexto (território) e a realidade de cada caso, com vistas à identificação de temáticas específicas.

Além do mais, a presente pesquisa, ao reunir um conjunto de procedimentos técnicos, visa, com a pesquisa bibliográfica, garantir a sustentação teórica deste estudo. Já com a pesquisa de campo e com a pesquisa colaborativa, o objetivo é realizar uma entrevista semiestruturada com participação voluntária dos estudantes dos 3º anos dos cursos de Ensino Técnico Integrado ao Ensino Médio de Edificações e de Eletrotécnica.

Cabe salientar que após traçarmos essa parte da estrutura da pesquisa, estabelecemos os objetivos, tendo como direcionamento o problema de pesquisa e o modo como procederemos para chegar aos resultados. A intenção é gerar um produto que, amparado pela Lei n.º 10.639/03, promova para os discentes dos cursos técnicos integrados ao Ensino Médio, do IFS/Campus Estância, a Educação para Relações Étnico-Raciais (ERER) com viés Antirracista.

3.1.1 Pesquisa bibliográfica

A pesquisa bibliográfica se caracteriza como um procedimento exclusivamente teórico que compreende a junção de materiais ou pesquisas como fonte (livros e artigos científicos) que falam sobre determinado tema de pesquisa. Este método é à base de sustentação de qualquer tipo de pesquisa, uma vez que trata do aporte teórico que fundamenta a temática, bem como o objeto de pesquisa, fornecendo aparato para que o problema de pesquisa possa emergir.

Neste estudo, nosso objeto de pesquisa é a Educação Étnico-Racial amparada pela Lei n.º 10.639/03 que, conseqüentemente, acarretará, a promoção de uma Educação Antirracista. Há, assim, um diálogo entre o ser e o saber por meio de algumas linhas de pensamentos (temáticas), diga-se, essenciais para desenvolver o objeto deste estudo, tais como a interculturalidade, a educação e a identidade. A nosso ver, esses conceitos fortalecem, ampliam e sedimentam a presença da cultura afro-brasileira em um contexto socioeducacional, a partir da aplicação eficaz da Lei n.º 10.639/2003 na EPT.

A partir do delineamento do objeto e do problema de pesquisa, cria-se a hipótese que será, posteriormente, constatada ou refutada, qual seja: a ausência da aplicabilidade da Lei n.º

10.639/2003 no processo de ensino (currículo) dos cursos técnicos integrados ao Ensino Médio do Instituto Federal de Sergipe/Campus Estância, principalmente na disciplina de história, acarreta uma educação sem construção identitária (negra), propiciando o enfraquecimento das discussões a respeito do multiculturalismo, da interculturalidade, da identidade negra e do racismo estrutural, o que sinaliza a necessidade de efetivação de aplicação da lei.

Nesse sentido, nosso objetivo geral consiste em analisar de que maneira ocorre a aplicabilidade da Lei n.º 10.639/2003, no Instituto Federal de Sergipe/Campus Estância, a partir do processo de ensino e aprendizagem da disciplina de História, ministrada nos cursos de Eletrotécnica e de Edificações da modalidade Ensino Técnico Integrado ao Ensino Médio, sendo o grupo focal alunos matriculados em 2021.1, e que se encontram como estudantes regulares.

Os objetivos específicos são: (i) realizar pesquisa bibliográfica sobre a aplicabilidade da Lei n.º 10.639/2003, em Instituições Federais, especialmente no contexto da Educação Profissional e Tecnológica; (ii) identificar fatores que facilitam ou dificultam a aplicação da lei, principalmente em aulas de história no contexto da EPT, por meio de pesquisa empírica (grupo focal) para coleta e análise de informações acerca da inserção do ensino de cultura e história afro-brasileira em sala de aula; e (iii) desenvolver ações voltadas aos estudantes negros e pardos no Instituto Federal de Sergipe/Campus Estância para a promoção da Educação Étnico-Racial e Antirracista, gerando um produto informativo (*podcast*) que fortaleça a identidade afrodescendente.

A pesquisa bibliográfica configura o passo inicial do trabalho, relacionando-se diretamente ao primeiro objetivo específico deste estudo, ou seja, a intenção de realizar pesquisa bibliográfica sobre a aplicabilidade da Lei n.º 10.639/2003, em Instituições Federais, sobretudo em relação ao contexto da Educação Profissional e Tecnológica.

Para a elaboração desta estrutura e fundamentação teórica, nos apoiamos em nomes como Antônio Flávio Moreira (2020); bell hooks (2017); Paulo Freire (2020); Vera Maria Candau (2020); Fernanda Lícia de Santana Barros (2016); e Kabengele Munanga (2020), sendo a base teórica para pensar conceitos como o da Interculturalidade, Multiculturalidade, Racismo e Identidade Cultural.

Ademais, a pesquisa bibliográfica também contou com bibliografia referente à Educação Profissional e Tecnológica (EPT), como fonte para a compreensão do contexto (territorialidade) que estamos observando e a própria Lei n.º 10.639/03. Esse levantamento culminou no capítulo 2 deste estudo.

3.1.2 Pesquisa documental

Conforme Souza, Kantorski e Luis (2011, p. 223), a análise documental consiste na identificação, localização, organização e verificação de informações contidas em documentos com o objetivo específico de contextualizar os fatos em determinados momentos. Para as autoras, a análise documental é uma técnica complementar bastante útil para subsidiar pesquisas com abordagem qualitativa, como no caso do presente estudo:

A descrição minuciosa das técnicas utilizadas na pesquisa qualitativa é de suma importância para o entendimento do complexo processo interpretativo nesse tipo de pesquisa, bem como para iluminar a realização de novos estudos qualitativos, pois contribui com o aperfeiçoamento da aplicação desta metodologia. [...] A análise documental e a observação participante mostraram-se como técnicas eficazes, complementares e úteis para subsidiar estudos que pretendam utilizar-se da abordagem qualitativa para compreensão científica dos fenômenos sociais da atualidade (Souza; Kantorski; Luis, 2011, p. 221).

Segundo Dulzaides Iglesias e Molina Gómez (2004), a análise documental também pode ser percebida como um conjunto de procedimentos com vistas à descrição e representação de documentos de modo sistemático com o intuito de facilitar a sua recuperação; ou seja, o tratamento documental tem por intuito apresentar e realizar a descrição do conteúdo dos documentos de maneira distinta, objetivando garantir a recuperação da informação contida no documento e possibilitando seu intercâmbio, uso e difusão.

Sobre isso, Bardin (2016, p. 51) destaca que a técnica da análise documental pode ser caracterizada como o “tratamento do conteúdo de forma a apresentá-lo de maneira diferente da original”, o que facilita a consulta e referenciação; isto é, o intuito é dar forma conveniente de representar a informação analisada, por intermédio de procedimentos de transformação.

Para o presente estudo, são avaliados, além do texto da Lei n.º 10.639/2003, outros documentos oficiais que regem a Educação, no Brasil, bem como as leis que regulamentam a conduta civil em âmbito social, como a criminalização do racismo e o desenvolvimento de leis ligadas à defesa dos negros e pardos, durante a história. Dessa forma, a análise documental tem o papel de reafirmar, com veracidade, a temática discutida, uma vez que não se pode refutar a legislação.

A seguir, encontra-se a listagem das leis observadas para a presente pesquisa:

- Constituição da República Federativa do Brasil – 1988;
- Lei n.º 7.716/1989 – Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor;

- Lei n.º 9.394/1996 – Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional;
- Lei n.º 10.639/2003 – Da obrigatoriedade ao ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena;
- Lei n.º 12.288/2010 – Institui o Estatuto da Igualdade Racial;
- Lei n.º 14.532/2023 – Tipifica como crime de racismo a injúria racial.

3.1.3 Pesquisa de Campo

A pesquisa de campo é o tipo de método que mais aproxima a teoria e a prática, pois permite que sejam coletados dados empíricos sobre determinado território, com finalidades específicas, gerando material a ser analisado e cruzado com as outras informações da pesquisa. Ademais, a pesquisa de campo pode ser considerada uma análise mais profunda de dados coletados de determinado grupo pesquisado, pois, conjuntamente como o levantamento, igualmente, se realiza o questionamento direto às pessoas relevantes para o objetivo da pesquisa. Cabe ao pesquisador realizar a pesquisa pessoalmente, no local (território) onde o fenômeno ocorre, sendo um procedimento que exige bastante disponibilidade do pesquisador.

A realização de uma pesquisa de campo, qualquer que seja a área do conhecimento, tem por objetivo observar fenômenos e fatos da maneira em que ocorrem na realidade ou contexto por meio da coleta de dados nesses contextos. A etapa seguinte à coleta de dados é a análise e a interpretação dos dados coletados com base em uma fundamentação teórica sólida e fundamentada, com o intuito de compreender e explicar o problema que é objeto de estudo da pesquisa.

O território da pesquisa de campo deste estudo é o Instituto Federal de Sergipe – Campus Estância. A finalidade da presente pesquisa de campo é analisar como a Lei n.º 10.639/2003 está inserida no contexto da EPT, identificando fatores que facilitam e/ou dificultam sua aplicabilidade, segundo o objeto de pesquisa deste estudo, observando o desenvolvimento de ações voltadas aos estudantes negros e pardos no IFS/Campus Estância, com o intuito de verificar o fortalecimento da identidade afrodescendente.

O quadro 1 apresenta os procedimentos da pesquisa de campo.

Quadro 1 – Procedimentos da pesquisa de campo

Territorialidade	IFS - Campus Estância
Amostragem	Discentes dos 3º anos dos cursos técnicos integrados ao Ensino Médio de Eletrotécnica e de Edificações

Coleta de Dados	A coleta de dados ocorreu da seguinte maneira, durante a pesquisa de campo: - entrevista com a docente da disciplina de História nos cursos - observação das atividades orientadas aos discentes (pesquisa <i>in loco</i>) - observação do reflexo das ações voltadas à temática e realizadas como suporte para o produto educacional fruto deste estudo - questionário com perguntas e respostas aos alunos dos cursos
------------------------	---

Fonte: Elaborado pela autora, considerando-se o percurso metodológico desta pesquisa (2023).

3.1.4 Amostragem

A amostragem é um procedimento metodológico de pesquisa, sendo nesse estudo um método de abordagem qualitativa em grupo. O intuito é compreender e proporcionar um espaço para discussões e trocas de experiências com a intenção de aprender fenômenos. Ademais, esse tipo de pesquisa possibilita o debate entre os participantes da pesquisa, permitindo que os temas abordados sejam mais bem problematizados do que em uma entrevista individual, dessa maneira temos uma análise de um subconjunto estruturado a partir de um conjunto; nesse caso, a amostragem se dará de um subgrupo de cinco alunos, escolhidos aleatoriamente e voluntariamente, de um grupo de 20 a 30 alunos correspondentes às turmas.

De acordo com Lima Filho (2015), a amostragem é uma técnica de pesquisa na coleta de dados, que, nesse caso, deriva da entrevista e do questionário. A amostragem é formada por dois grupos, sendo amostragem não-probabilística e probabilística; neste estudo, iremos tratar o grupo da amostragem não-probabilística e, dentro do seu universo, iremos abordar a amostragem, a qual trará um grupo de cinco alunos representantes de cada turma, sendo estas os 3º anos Integrados de Eletrotécnica e Edificações.

A amostragem é uma técnica que tem por base a comunicação e a interação, e que, de acordo com Minayo (2017), é bem utilizada em pesquisa qualitativa, cujas regras estão bem definidas e cuja importância encontra-se na vinculação da credibilidade metodológica em uma investigação.

É preciso reunir informações bastante detalhadas sobre determinado tópico trazido pelo proponente da pesquisa a partir de um grupo de participantes selecionados. O pesquisador, assim, busca colher informações que possam proporcionar a compreensão de percepções, crenças, atitudes sobre um tema, produto ou serviços.

Para Minayo (2017), a coleta de dados na pesquisa qualitativa consensual deve ocorrer com, no mínimo, 10 informações, o que ocorreu na devida pesquisa, com o questionário individual, justamente por ter como base a interação entre as pessoas, a fim de que se

obtivessem os dados necessários à pesquisa. A estruturação desse tipo de método obedece a critérios previamente estabelecidos pelo pesquisador, considerando os objetivos da investigação, cabendo ao pesquisador a criação de um ambiente favorável à discussão, que, simultaneamente, propicie aos participantes a possibilidade de manifestar suas percepções e pontos de vista.

Neste ponto da pesquisa, é importante evidenciarmos os sujeitos/participantes/colaboradores deste estudo. Como destacado no quadro 1, a amostragem é formada por discentes dos 3º anos dos cursos técnicos integrados ao Ensino Médio de Eletrotécnica e de Edificações do IFS/Campus Estância. Cabem ressaltar, neste momento, as características desse grupo a partir da análise de dados sobre o perfil das turmas ingressantes em 2021.1. O quadro 2 traz a síntese do perfil dos participantes, discentes dos dois cursos.

Quadro 2 – Perfil dos participantes do grupo amostral

Eletrotécnica	Edificações
A turma do curso técnico de nível médio Integrado em Eletrotécnica do IFS Campus Estância possui 36 (trinta e seis) estudantes matriculados, sendo que 31 (trinta e um) responderam ao questionário, correspondendo a 86,11% do universo amostral. Dos dados culturais e religiosos, 48,4% são católicos, 32,2% são evangélicos / protestantes, 3,2% ateus e 6,4% umbandista / matriz africana.	A turma do curso técnico de nível médio Integrado em Edificações do IFS Campus Estância possui 34 (trinta e quatro) estudantes matriculados, sendo que 26 (vinte e seis) responderam ao questionário, correspondendo a 76,47% do universo amostral. Dos dados culturais e religiosos, 57,7% são católicos, 26,9% são evangélicos / protestantes e 15,4% são ateus. Demais religiões e/ou manifestações culturais não tiveram representatividade.

Fonte: Relatório de Perfil de Estudante Ingressante - Assessoria Pedagógica - Gerência de Ensino - IFS - Campus Estância (2023).

Além das informações trazidas no quadro 2, ainda é possível organizar mais um quadro com informações sobre a etnia dos estudantes regularmente matriculados nos cursos técnicos integrados ao Ensino Médio do IFS – Campus Estância. Essas informações são retiradas dos relatórios de consulta geral de estudantes gerados pelo Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas do IFS – Campus Estância. O quadro 3 apresenta as informações relativas à etnia dos discentes.

Quadro 3 – Distribuição dos discentes quanto à etnia

Etnia	Indígenas	Negros	Pardos	Amarelos	Branços
Total	1	43	208	3	41

Fonte: Relatórios de estudantes dos cursos integrados matriculados por raça - Coordenadoria de Registro Escolar- Gerência de Ensino - IFS - Campus Estância (2023).

Para este estudo, as etapas organizadas para a formação do grupo focal seguiram os seguintes critérios:

- 1) Definição do problema de pesquisa: para este estudo, o problema de pesquisa relaciona-se à reflexão sobre como a adequada aplicação da Lei n.º 10.639/2003 e do conceito de interculturalidade podem contribuir para a promoção da Educação com viés Étnico-Racial e Antirracista? – sendo este o problema que deverá ser respondido pela amostragem.
- 2) Escolha dos participantes: no caso do grupo amostral, os participantes foram os discentes dos cursos técnicos integrados ao Ensino Médio de Eletrotécnica e de Edificações, ingressantes em 2021.1, regularmente matriculados, com as intervenções no grupo focal ocorrendo nas aulas de História.
- 3) Planejamento da discussão e moderação da atividade: sendo a intervenção da pesquisadora, em sala de aula, durante as aulas de História, realizada no grupo focal. Neste momento, a pesquisadora intervém realizando uma conversa com os discentes e apresentando a temática da pesquisa e destacando a importância de aplicação da Lei n.º 10.639/03 nos conteúdos da aula de História, abrindo espaço para discussões com os discentes sobre o entendimento do tema, reflexões sobre vivências e compreensão da importância da Educação para Relações Étnico-Raciais, Educação Antirracista que contribuem para o Letramento Racial. Nesta etapa, também, foi aplicado um questionário, contendo oito (8) perguntas, versando acerca do modo como a Lei n.º 10.639/2003 é trabalhada no território e em sala de aula, bem como sobre o que os estudantes do grupo focal entendem sobre as questões raciais e a Educação Étnico-Racial a partir do aprendizado em sala de aula. Por fim, foi apresentado e executado o produto educacional deste estudo, o *podcast* Odara, aos estudantes com o intuito de verificar a eficácia do produto educacional.
- 4) Análise dos resultados: os critérios de análise dos dados do grupo focal correspondem à observação dos resultados das discussões com os discentes, como também à identificação de elementos (marcas) que refletem a compreensão do discente a partir das perguntas do questionário aplicado.
- 5) Escolha dos participantes colaborativos para a etapa de testagem do produto educacional: etapa organizada ainda durante o grupo focal; seu resultado foi utilizado na fase de testagem da eficácia do produto educacional desenvolvido por este estudo, sendo seus resultados apresentados no capítulo referente ao produto educacional.

Assim, todos os alunos ouviram o *podcast* Odara, mas apenas uma amostra de 5 (cinco) alunos de cada turma participaram desta etapa. É importante ressaltar que a pesquisadora garantiu a liberdade de escolha na hora de selecionar os participantes que testaram a ferramenta (*podcast*). Dessa maneira, os alunos se voluntariaram, o que garantiu um grupo diverso, participantes não necessariamente negros e não necessariamente praticantes de cultura e religiões de matriz africana. A escolha pela diversidade vai ao encontro da proposta deste estudo que é garantir a interculturalidade, e promover uma Educação Antirracista, sendo que esta deve ser abraçada por todos, negros e não negros, para que a nossa sociedade se encaminhe para aquilo que entendemos por justiça social.

3.2 Materialidade da pesquisa

Antes de adentrar ao percurso metodológico desta pesquisa, passamos a descrever, mais detalhadamente, nossos procedimentos metodológicos, pois, até o momento, apenas conceituamos os procedimentos (pesquisa bibliográfica com análise documental, de campo e colaborativa), as abordagens (qualitativa) e os critérios utilizados para a realização da pesquisa. A partir de agora, apresento a materialidade de nossos procedimentos metodológicos.

Primeiramente, é importante dizer que o ponto de partida para esta pesquisa é a minha carreira na instituição, iniciada em 2017; desde aquela época, venho trabalhando com a temática da negritude por uma perspectiva educativa de Letramento Racial. Por mais que o Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (NEABI) da Instituição tenha seu lugar de atuação, este só foi instituído no IFS – Campus Estância no ano de 2023. Anteriormente, as ações afirmativas, principalmente voltadas para a temática da negritude, eram papel de poucos engajados, e me incluo neste seleto grupo; não havia um Núcleo de Ações Afirmativas (NAAf), por mais que se trate de realização bastante difundida nos Institutos Federais Brasil afora.

Ademais, nosso NEABI ainda não possui essa conjuntura de alavancar os alunos quanto à temática, pois o IFS – Campus Estância é uma Instituição muito tecnicista que, por vezes, apresenta um pouco mais de dificuldades e entraves, de modo geral, em trabalhar, principalmente em sala de aula, questões voltadas para o lado humano, de identidade, diversidade, cultura, interculturalidade, etc.

Destaco, também, que a dificuldade em trabalhar com pautas relacionadas à negritude se dá em todas as instâncias da Instituição (IFS – Campus Estância), sejam elas internas ou externas – uma vez que se identificam lacunas desde parte do corpo docente que impõem

dificuldades para abraçar a pauta. Além disso, há, igualmente, a gestão que parte de uma perspectiva mais tecnicista, principalmente, em cursos como o de Edificações e de Eletrotécnica, dificultando a execução da pauta.

Outro óbice é um fator externo que afeta diretamente a pauta: a força protestante e católica – muito avultada dentro da Instituição – forma um grupo mais resistente ao ensino da temática (mesmo que o assunto seja garantido por lei e que sua discriminação represente intolerância, principalmente, religiosa, fruto do racismo estrutural). Isso se dá porque muitos extremistas presentes nesses grupos associam e reduzem a cultura negra apenas como algo relacionado à religiosidade, desconsiderando e descaracterizando seu dado cultural.

Por tudo isso, identifiquei a necessidade premente de falar sobre a temática. Pensei que a melhor maneira de contribuir para isso seria propor uma ferramenta que facilitasse o aprendizado por parte dos alunos dos cursos técnicos integrados ao Ensino Médio, pois estes estão inseridos na Educação Básica, e a Lei n.º 10.639/03 é obrigatória nesse contexto. Ressalto que a escolha da ferramenta *podcast* como produto educacional deste estudo se deu por ser uma ferramenta mais acessível e comumente utilizada entre o público mais jovem.

Assim, pretendo promover um produto educacional desvinculado de ideias preconceituosas com relação à cultura africana e afro-brasileira, de modo a ampliar os horizontes cultural e intelectual dos estudantes por meio de um Letramento Racial (Educação Antirracista).

3.2.1 Percurso Metodológico

Passo, agora, a narrar os caminhos trilhados por esta pesquisa.

Houve muita resistência para abordar a temática no IFS – Campus Estância. Por essa razão, foi necessário realizar ações prévias de sensibilização para dialogar acerca da pauta eleita para esta dissertação.

Tais ações garantiram que, quando fosse aplicado o produto educacional deste estudo, os estudantes já tivessem alguns momentos de contato com a temática, para que não se deparassem de forma abrupta com o tema.

As ações realizadas foram: (i) a criação de um grupo de estudos sobre a temática (o que abraça o tema em uma perspectiva da pesquisa), (ii) palestras, seminários, atividades culturais realizadas para a comunidade interna e externa ao campus (o que abarca o tema em uma perspectiva da extensão) e que “preparam terreno” para o *podcast*, e (iii) o produto educacional (*podcast*) em si, proposto para a dissertação e que tem a finalidade de capacitar, levar ao

aprendizado, ao conhecimento, à informação, ao contato, ao respeito à diversidade e à desmistificação do preconceito, da intolerância e do racismo (o que engloba o tema em uma perspectiva do Ensino), pois é idealizado para os alunos.

A partir do exposto, passo, então, a destacar as ações realizadas previamente com o intuito de criar o ambiente adequado para o produto educacional deste estudo: o *podcast* Odara.

Como forma de sistematizar essas ações, apresento o quadro 4.

Quadro 4 – Ações de Preparação para o Produto Educacional

Ação	Data	Atividade Desenvolvida
Grupo de Estudos Yalodê	11 de abril de 2023	Criação do grupo de estudos em conjunto com a Comissão Local de Heteroidentificação - aberto à comunidade interna e externa ao Campus
Encontro com o Saber Ancestral	24 de maio de 2023	1º <i>Encontro com o Saber Ancestral</i> , tema - Uma breve História do Negro do Brasil - palestra com o prof. Alessandro Eleotério.
Encontro com o Saber Ancestral	26 de julho de 2023	2º <i>Encontro com o Saber Ancestral</i> , tema - Racismo Religioso - palestra com a Profa. Dra. Caroline de Castro Pires e a sacerdotisa de Umbanda Valéria Patrícia dos Santos Nascimento.

Fonte: Elaborado pela autora, a partir dos percursos metodológicos desta pesquisa (2023).

Essas ações foram de suma importância, uma vez que proporcionaram à comunidade acadêmica, sobretudo aos estudantes, momentos de contato com assuntos relacionados à temática da negritude, preparando-os para as reflexões futuras que fariam sobre o tema e sobre a eficácia do produto educacional como meio de promoção de uma Educação Antirracista ao garantir o Letramento Racial tratando de temas relativos à História e Cultura Africana e Afro-brasileira.

As figuras 7, 8 e 9 ilustram essas ações.

Figura 7 – Cartaz de divulgação do Grupo de Estudos Yalodê



Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Figura 8 – Cartaz de divulgação do 1º Encontro com o Saber Ancestral



Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Figura 9 – Cartaz de divulgação do 2º Encontro com o Saber Ancestral



Fonte: Elaborado pela autora (2023).

As ações e o produto educacional respaldam o terceiro objetivo específico deste estudo, qual seja, desenvolver ações voltadas aos estudantes negros e pardos no Instituto Federal de Sergipe/Campus Estância para a promoção da Educação Étnico-Racial e da Educação Antirracista, gerando um produto informativo (*podcast*) que fortaleça a identidade afrodescendente, ao tempo em que vislumbre a promoção da Educação Antirracista como papel de todos em uma sociedade.

Durante esta etapa, ou seja, das ações promotoras de temáticas de negritude que funcionaram como ações geradoras, a pesquisadora fez o levantamento dos planos de ensino da disciplina de História para verificar como a Lei n.º 10.639/03 é abordada ao longo dos anos nos cursos técnicos integrados ao Ensino Médio de Edificações e de Eletrotécnica e encontrou as informações apresentadas no Quadro 5.

Quadro 5 – Ementa da disciplina de História por curso e por anos

Anos	Edificações	Eletrotécnica
1	Conceito de História. Cronologia Histórica. Fontes de pesquisa de História. Pré- História: Paleolítico, Neolítico e Idade dos Metais. Formação das Sociedades da Antiguidade: Egito,	

	Mesopotâmia, Hebreus, Persas e Fenícios. Antiguidade Clássica: Grécia e Roma. Formação da Idade Média: Invasões Bárbaras e o Processo de Feudalização da Sociedade. Império Bizantino, Reino dos Francos e Mundo Muçumano Idade Média: Alta e Baixa Idade Média, A Peste Negra, As Cruzadas e a crise do mundo medieval. Renascimento, Reforma e Contra-reforma, As Grandes Navegações, Estado Moderno Formação das Monarquias Absolutistas, O Iluminismo, As Revoluções Burguesas: Inglesa, Francesa e Industrial.	
2	Brasil Colonial e Brasil Império. Brasil: Proclamação da República e seus conflitos. República Velha. Revolução Russa e Imperialismo 1a Guerra Mundial. Crise de 1929 e 2a Guerra Mundial. A Era Vargas (1930-1945). Brasil: Período Democrático (1945-1964). Ditadura Militar no Brasil (1964-1985) e Brasil Atual. Guerra Fria. Globalização e Neoliberalismo e Crises do Capitalismo Moderno.	Brasil Colonial e Brasil Império. Brasil: Proclamação da República e seus conflitos. República Velha. Revolução Russa e Imperialismo. 1a Guerra Mundial. Crise de 1929 e 2a Guerra Mundial. A Era Vargas (1930-1945). Brasil: Período Democrático (1945-1964).
3	Brasil: Proclamação da República e seus conflitos. República Velha. Revolução Russa e Imperialismo 1a Guerra Mundial. Crise de 1929 e 2a Guerra Mundial A Era Vargas (1930-1945). Brasil: Período Democrático (1945-1964). Ditadura Militar no Brasil (1964-1985) e Brasil Atual Guerra Fria. Globalização e Neoliberalismo e Crises do Capitalismo Moderno.	Ditadura Militar no Brasil (1964-1985) e Brasil Atual Guerra Fria. Globalização e Neoliberalismo e Crises do Capitalismo Moderno.

Fonte: Elaborado pela autora, a partir de dados levantados para esta pesquisa.

Na observação das ementas da disciplina de História, nos três (3) anos dos cursos técnicos integrados ao Ensino Médio de Eletrotécnica e Edificações, observou-se, da aplicação da Lei n.º 10.639/03, nenhuma menção direta, salvo o ensino mais superficial da história e cultura egípcia nos primeiros anos do curso, ou temas pontuais vinculados à História do Brasil.

No entanto, cabe ressaltar que o Egito é estudado sempre quando tratada a temática da Antiguidade Clássica e, muitas vezes, parece ter sua cultura dissociada da História da África.

Como forma de comprovação dessa observação, realizou-se a aplicação de um questionário com a professora Lorena de Oliveira Souza Campello, única docente de História do Campus, e que ministra a disciplina de História para todos os cursos em todos os anos.

É importante dizer que a entrevista realizada com a professora regente da disciplina de História contribuiu muito para o cumprimento do segundo objetivo específico deste estudo, que é identificar fatores que facilitam ou dificultam a aplicação da lei, principalmente em aulas de história, no contexto da EPT, através de pesquisa empírica (grupo focal) para coleta e análise de informações acerca da inserção do ensino de cultura e história afro-brasileira em sala de aula.

Neste ponto, faremos alguns apontamentos relativos às respostas dadas pela professora ao questionário. As questões presentes no questionário foram as seguintes:

1. Qual seu nome é sua função no Instituto Federal de Sergipe - Campus Estância?
2. Você teve acesso à Lei n.º 10.639/2003?
3. Se sim, quais práticas educativas acerca da Lei n.º 10.639/2003 você desenvolve na instituição e em sala de aula?
4. Se não, o que lhe impede de colocar em prática educativa a Lei n.º 10.639/2003 na instituição e em sala de aula?
5. Que tipo de informação você tem a respeito da Lei n.º 10.639/2003?
6. Você já participou de alguma discussão ou reunião, aqui no Instituto Federal de Sergipe - Campus Estância, sobre como contemplar a Lei n.º 10.639/2003 nos cursos integrados? Caso sim, quando foi? Quem era o participante? O que foi combinado?
7. O que você acha do modo como a instituição aborda, atualmente, a formação do educador para tratar, na escola, as questões ligadas à história e cultura afro-brasileiras?
8. Nesse contexto atual, o que significa para você a criação de um produto educacional, voltado para tratar de questões relacionadas à Lei n.º 10.639/2003, abordando a cultura e história afro-brasileiras no Instituto Federal de Sergipe - Campus Estância?
9. Quais têm sido as maiores dificuldades enfrentadas para contextualizar a temática da Lei?
10. Considerando as DCNS- Diretrizes Curriculares Nacionais, seus princípios e a Lei n.º 10.639/2003. O que tem sido feito acerca da implementação das ações educativas de combate ao racismo e todas as formas de discriminação?

Quanto às respostas da docente relacionadas diretamente à Lei n.º 10.639/03 e sua aplicabilidade, é possível afirmar que a professora tem conhecimento e acesso à lei e que a associa com o conteúdo programático da disciplina de História, afirmando que não consegue, devido à falta de tempo (carga horária da disciplina) ir muito além do dado, principalmente, histórico, em detrimento do cultural, mas que já trabalhou de forma mais direcionada o tema a partir de projetos.

De acordo com a docente, a obrigatoriedade da lei não vem acompanhada de condições para sua implementação, pois há uma quantidade excessiva de conteúdos e uma carga horária incompatível, além da exigência de se proporcionar um ensino de qualidade e que promova a reflexão crítica do discente.

Ademais, nas palavras da docente, os exames de seleção nacionais e locais não priorizam a lei, colocando a temática como “menor” aos olhos dos discentes, que cobram os assuntos que mais caem nesses exames. Além disso, a docente destaca que não teve qualquer tipo de formação mais específica sobre a lei, de modo a abordar a legislação e sua implementação, mostrando que as capacitações oferecidas pela instituição (IFS) são insuficientes.

A docente acrescenta que, apesar de um NEABI cada vez mais atuante, falta muita articulação entre as esferas da instituição, tais como ações em parcerias que colaborem para uma formação continuada dos professores, além de condições de trabalho para que possamos implementar o que a legislação preconiza.

Sobre o desenvolvimento de um produto educacional, a docente considera excelente e de grande utilidade, na medida em que ajuda sobremaneira os docentes no trabalho diário em sala de aula e fora do espaço da sala de aula.

Já sobre as dificuldades encontradas para o trabalho com a temática em sala de aula, a docente destaca: (i) a carga horária docente excessiva, (ii) a carga horária da disciplina baixa (2h semanais), (iii) a grande quantidade de conteúdos a serem ministrados, e (iv) a falta de afinamento entre legislação e exames nacionais e estaduais.

Sobre a questão 10, a docente salientou que não ficou muito claro em que esfera a questão se aplicava (se IFS, campus ou sala de aula). A entrevista completa com a professora encontra-se no Apêndice A desta dissertação.

Após a etapa de entrevista com a docente, o passo seguinte foi a intervenção no grupo focal. Dessa forma, a pesquisadora interveio no grupo fazendo, primeiramente, uma fala, destacando a relevância de se discutir sobre a temática da História e Cultura Afro-Brasileira em sala de aula e destacou a importância do tema para um Letramento Racial, para a Educação Antirracista, para a Educação Étnico-Racial, para a interculturalidade, para o respeito às diversidades e para a desmistificação de intolerâncias, preconceitos e desnaturalização do racismo.

Durante a intervenção, a pesquisadora realizou uma apresentação breve sobre a pesquisa, salientando a importância daquele diálogo com as turmas dos cursos técnicos integrados ao Ensino Médio de Eletrotécnica e de Edificações do IFS – Campus Estância (grupo focal), destacou, também, a necessidade de representatividade cultural para uma parcela da população, pessoas negras (pretas e pardas), que representam 56% da população brasileira, segundo dados do IBGE; e, por fim, apresentou o produto educacional desenvolvido para este estudo, o *podcast* Odara.

O material completo apresentado para as turmas que formam o grupo amostral encontra-se no Apêndice B deste estudo. A etapa realizada no grupo focal deu-se em dois dias, 30 de agosto de 2023 (encontro com a turma do terceiro ano integrado de Eletrotécnica) e 6 de setembro de 2023 (encontro com a turma do terceiro ano de Edificações). As figuras 10, 11, 12 e 13 ilustram essa fase.

Figura 10 – Encontro com a turma do 3º ano de Eletrotécnica



Fonte: Autora (2023).

Figura 11 – Encontro com a turma do 3º ano de Edificações



Fonte: Autora (2023).

Figura 12 – Imagem do material apresentado para as turmas



Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Figura 13 – Produto educacional: Podcast Odara



Fonte: Elaborado pela autora (2023).

A etapa final do percurso metodológico foi executar os episódios do *podcast* Odara para o grupo focal com a finalidade de testagem do produto. Após a execução do *podcast*, houve um momento de discussão e reflexão sobre os temas abordados no produto educacional, bem como da percepção do grupo amostral.

Para mensurar a eficácia do produto, a pesquisadora destacou que precisaria de 5 (cinco) participantes de cada turma para responder a um questionário sobre o produto. A pesquisadora deu liberdade para o grupo escolher quem gostaria de participar ou não. Um grupo bastante diverso respondeu de forma assertiva: não formado apenas por alunos negros (pretos e pardos) ou pertencentes à religiosidade de matriz africana, mas também englobando alunos não negros e alguns de outras religiões, como estudantes evangélicos.

Para a pesquisa, esse é um dado muito importante, pois contribui para a promoção de uma Educação Antirracista, papel de todos, negros e não negros.

Ademais, o questionário garante, para a presente pesquisa, material para análise e verificação da eficácia do produto educacional a partir das respostas dadas pela amostra do grupo amostral. O quadro 6 vem retratar o questionário realizado com a amostragem do grupo, 5 (cinco) estudantes do curso de Edificações e 5 (cinco) estudantes do curso de Eletrotécnica, totalizando 10 estudantes.

Quadro 6 – Questionário aplicado para amostragem

QUESTIONÁRIO - ESTUDANTES 1. Idade (em anos): Resposta: 2. Cor/Raça/Etnia: ☐ Branco(a) ☐ Preto(a) ☐ Pardo(a) ☐ Indígena. ☐ Amarelo 3. Sexo: ☐ Feminino ☐ Masculino ☐ outro 4. Você é estudante de qual curso? ☐ Téc. Integrado em Edificações ☐ Téc. Integrado em Eletrotécnica 5. Você sabia que a cultura afro-brasileira é formada por um conjunto de elementos da cultura dos povos africanos de diversas comunidades, que foram trazidos para o Brasil como escravos? ☐ SIM ☐ NÃO 6. Você já teve alguma aula com relação a cultura afro-brasileira? ☐ SIM ☐ NÃO 7. Durante a sua permanência no IFS/Campus Estância participou de algum evento ou ação com relação a cultura afro-brasileira? ☐ SIM ☐ NÃO 8. Você já sofreu algum tipo de discriminação racial no IFS/Campus Estância: ☐ SIM ☐ NÃO
--

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Do total de perguntas do questionário, 5 (cinco) relacionam-se diretamente com a interculturalidade: 2; 5; 6; 7; 8.

Por fim, destacamos que os dados coletados do questionário de entrevista com os

estudantes são mais bem analisados no próximo capítulo deste estudo, referente ao produto educacional, uma vez que o questionário teve por objetivo testar a eficácia do produto.

Com isso, findamos o capítulo relativo aos procedimentos metodológicos.

4 PRODUTO EDUCACIONAL

O produto educacional **Podcast Odara** é a parte significativa da pesquisa aqui apresentada. Vem contemplar nosso terceiro objetivo específico, no sentido de promover ações voltadas à educação da cultura afro-brasileira, utilizando a Lei n.º 10.639/2003, bem como desenvolver a interculturalidade em sala de aula tendo na sua base de construção a Educação Profissional e Tecnológica (EPT), permeada pela omnilateralidade.

Nesse sentido, idealizamos a produção de um *podcast*, já nomeado de Odara, considerando a Lei n.º 10.639/2003 e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que amparam este estudo e suas diretrizes, vislumbrando a princípio a sua validação, por meio dessa ferramenta de comunicação chamada *podcast*, tendo como ciência o avanço tecnológico e seu uso no contexto educacional.

No contexto da Educação Profissional e Técnica (EPT), o produto educacional insere-se na linha de pesquisa dois, correspondente a organização e memórias de espaços pedagógicos na EPT, de macroprojeto 5, em que temos a organização do currículo integrado na EPT. Desse modo, vemos no Podcast Odara a diversidade no processo de ensino, tendo como um dos pilares essenciais, a tecnologia e a cultura, sendo este um suporte ao processo de interdisciplinaridade o qual traz um enriquecimento intercultural ao mundo do ensino, pesquisa, extensão e trabalho.

De acordo com Saidelles *et al.* (2018), estamos diante de um instrumento de tecnologia – o *podcast* – o qual vem se alargando nas últimas décadas, já que possui características particulares, as quais o tornam flexível em seus aspectos de produção e distribuição; esse cenário traz uma presumível ocasião pedagógica, levando a inúmeras formas de contextualização na educação.

O *podcast* acrescenta as informações a serem utilizadas pelos estudantes de maneira rápida sobre os mais variados assuntos, além de favorecer a vida do estudante dando a independência e a possibilidade no uso de outras ferramentas/recursos associados a temas tratados em sala de aula, com isso, possibilitando o manuseio destes recursos em diferentes locais e em tempos distintos por meio de diferentes instrumentos tecnológicos, tornando o acesso à informação mais amplo e fluido.

De acordo com as orientações no site do *Spotify* (2018), sobre o advento do gênero, o formato *podcast* surgiu em 1999 com o RSS, e entre 2001 e 2003, foram criados os primeiros programas por um funcionário americano da MTV. No Brasil, em 2006, surgem o Nerdcast e o Café Brasil, primeiros programas dentro desse formato.

Assim, o *podcast* emerge como uma ferramenta que, ao longo de poucos anos, cresceu

significativamente e vem contribuindo concretamente com o campo da informação e do ensino, sendo disponibilizada por meio das plataformas de *streaming* (transmissão) – cf. *Spotify; Deezer; Google e iTunes*. Para divulgação do *podcast* Odara, nosso produto educacional, vamos utilizar como meio de transmissão a plataforma *Spotify*. Para Lima, Campos e Brito (2020, p. 3), o *podcast* surge:

Como uma tecnologia alternativa com enorme potencial para ser utilizada a serviço do processo de ensino e aprendizagem. O educando pode acessar as informações disponibilizadas pelos educadores e baixá-las no dispositivo móvel, podendo utilizá-la onde e quando quiser. Por se tratar de arquivos de áudios, o PodCast também pode ser adaptado para alunos cegos, o que torna elementar o uso dessa ferramenta (2020, p. 3).

Sendo assim, ao desenvolvermos o projeto por meio de um recurso de áudio, estamos buscando facilitar o aprendizado e uso por parte dos alunos, pois muitos moram em outras cidades e fazem do celular seu companheiro de estrada, além de muitos estudantes já terem o aplicativo ou *streaming*, como o *Spotify*, em seus aparelhos celulares ou computadores.

Pensamos, então, na possibilidade, para quem deseja usar esse aplicativo no processo de ensino e aprendizagem, de utilizar o *podcast*, e, em nosso caso, como uma ferramenta (*podcast* Odara) para o ensino da história e cultura afro-brasileira. Ademais, a tecnologia *podcast*, utilizada enquanto processo de ampliação do saber vem facilitar o trabalho interdisciplinar no currículo institucional, pois é possível pensar uma mudança no currículo tendo em vista as contribuições acrescentadas neste, de acordo com Ramos (2011, p. 775-776):

Sua formulação incorpora contribuições já existentes sobre o mesmo tema, mas pressupõe a possibilidade de se pensar um currículo convergente com os propósitos da formação integrada – formação do sujeito em múltiplas dimensões, portanto, omnilateral – e da superação da dualidade estrutural da sociedade e da educação brasileiras. O currículo assim pensado é uma relação entre partes e totalidade.

Nesse sentido, a inserção do *podcast* Odara junto ao currículo contribui para o processo de ensino-aprendizagem, promovendo a disseminação cultural (no caso, da cultura negra) e de inúmeros saberes. Além disso, sabe-se que várias são as ferramentas que podem ser utilizadas como inclusão digital dentro do processo da EPT, tendo em vista estarmos falando do processo tecnológico, como acentuam Coradini, Borges e Dutra (2020), ao mostrar-nos como os estudantes dessa geração estão à frente das gerações anteriores ao trazer consigo um elemento de concepção – a geração dos nativos digitais, ou seja, já nascem e crescem inseridos no ambiente digital e familiarizados com as tecnologias, ao ponto de interagirem em seu cotidiano

com diversos formatos de conteúdo, além e para além do texto.

Diante do acelerado crescimento tecnológico e da inserção do saber ao currículo de maneira diversificada e interdisciplinar, o *podcast* pode ser um potente instrumento educacional, pela sua rica maneira de trazer a diversidade de conteúdo, a ampliação no acesso à cultura e a facilidade do manuseio tecnológico. Para Lima, Campos e Brito (2020, p. 3):

Tal mídia pode contribuir para os diferentes ritmos de aprendizagem dos alunos, uma vez que, estes podem escutar diversas vezes um mesmo áudio no intuito de compreender melhor do conteúdo abordado; também, possibilita a aprendizagem dentro e fora da sala de aula.

Pensando na contribuição dessa ferramenta para o ensino e, no nosso caso, para os estudantes do 3º ano do ensino médio integrado aos cursos de Eletrotécnica e de Edificações do Instituto Federal de Sergipe/Campus Estância, junto à disciplina de História, criamos e desenvolvemos o **Podcast Odara**. São parâmetros de sua construção: a Lei n.º 10.639/2003; o letramento racial; e o discurso com relação à história e à cultura afro-brasileira, que agregam ao *podcast* conceitos presentes por meio de narrativas, uma Cosmovisão⁴ a partir da mitologia africana, mais especificamente dos *Itans*, que, para Souza e Souza (2018, p. 99), são um “conjunto de mitos e lendas do panteão africano”.

Em Souza e Souza (2018), temos uma rica descrição dos *Itans*, da sua importância a partir do uso da oralidade e linguística, pois estamos lidando com a tradição oral:

A tradição oral e a ancestralidade na África, ou de parte desta, são primordiais e faz parte do seu legado cultural, influenciando decisivamente seu povo e descendentes. Esse fenômeno se confirma desde as comunidades onde a escrita era pouco difundida, até as comunidades onde esta já tinha sido consolidada. A utilização da voz se fazia relevante por manter e fortalecer uma tradição dos ancestrais. Isso revela que a oralidade não se constitui meramente pela falta do registro escrito, mas por ser parte integrante e consolidada do sistema de difusão do conhecimento (Santos Filho; Alves, 2020, p. 8-9).

A oralidade tem uma força de resistência na cultura afro, pois as dificuldades enfrentadas pela população negra eram absurdas; nesse contexto, viver com os costumes, hábitos, cultura e religião alheios – isto é, a visão de mundo do homem branco (colonizador) – foi um ato epistemicida com os negros, uma vez que, de maneira esmagadora, a opressão das

⁴ “O termo cosmovisão refere-se à forma como uma cultura estabelece a realidade, portanto, abrange todos os aspectos da vida de uma pessoa, isto é, sua relação com a natureza e o meio ambiente, a convivência com outros indivíduos, as expressões artísticas, os pensamentos políticos, o sistema econômico e até mesmo os sentimentos. Em outras palavras, é a configuração mental estabelecida pela sociedade à qual pertencemos para interpretar o mundo” (Conceito..., 2023).

culturas eurocêntricas e da inserção social forçosa, associada a uma política severa de embranquecimento da população negra, oprimiu e oprime, até nossos dias, a cultura negra. Para Paulo Freire (2016, p. 76):

A resistência ao descaso ofensivo de que os miseráveis são objeto. No fundo, as resistências – a orgânica e/ou a cultural – são manhas necessárias à sobrevivência física e cultural dos oprimidos. O sincretismo religioso afro-brasileiro expressa a resistência ou a manha com que a cultura africana escrava se defendia do poder hegemônico do colonizador branco.

Desse modo, trazer esses *Itans* é um estímulo e fortalecimento da resistência frente ao colonizador, que conta seus desbravamentos coloniais em tom de exaltação e soberania. Porém, cabe destacar que existem outras percepções e visões a partir de outros povos, ou outras culturas, e é nessas perspectivas que o “desbravamento” se fará por meio de outras percepções, por meio de um olhar intercultural e decolonial.

A concepção e a base existencial do produto educacional proposto por este estudo têm como vertente a tradição da cultura afro-brasileira e, nesse caso mais específico, da cultura Yorubá, a qual revela a criação do mundo, da humanidade, dos Orixás, da ancestralidade e da criação do Candomblé a partir da dialética cosmológica.

Na concepção dos estudos voltados à Ciência Física, a “Cosmologia é a Ciência que estuda a estrutura, evolução e composição do universo” (Rosenfeld, 2005, p. 31). No processo de traslado das pessoas escravizadas da África para o Brasil, tivemos a inserção de diversas nações, como Guiné, Angola e Nigéria, de onde veio a cultura Yorubá. Além disso, trabalhar essa narrativa ancestral fortalecerá a sua contribuição histórica e cultural na sociedade.

Para Souza e Souza (2019, p. 101), “a tradição oral faz uso da memória auditiva e visual que no princípio das civilizações eram os únicos recursos de que dispunham as culturas orais para o armazenamento e a transmissão do conhecimento às futuras gerações”.

Utilizando o recurso da oralidade, iremos dialogar sobre esse saber com os jovens que, no momento de construção desta pesquisa, fazem parte das turmas dos terceiros anos do Curso Integrado ao Ensino Médio em Eletrotécnica e Edificações do IFS/Campus Estância (nosso grupo focal). No entanto, é importante dizer que pretendemos, posteriormente, estender aos demais estudantes da Instituição.

Cabe salientar, também, que a percepção da força da oralidade e de sua resistência devem ser abraçadas como um marco consagrador da existência e sobrevivência da cultura afro-brasileira, o que deve ser entendido enquanto “memória oral, que busca resgatar o modo de vida

afro-brasileiro” (Souza, 2012, p. 74), memória esta aculturada gradativamente até nos espaços de saberes.

Assim, o produto educacional será desenvolvido tendo como base todas essas percepções trazidas até aqui, sendo que, na produção do seu material e manuseio, será levado como reflexão construtiva o modo mais simples e rápido para que os alunos possam avaliá-lo juntamente com seu conteúdo, pois é importante ter em vista a rotina extensa vivenciada por esses alunos na Instituição.

Dito isso, passamos a descrever nossa ferramenta educacional, nosso produto: o **Podcast Odara**.

4.1 Podcast Odara: mãos que se unem e corações que se abraçam

Nesta seção, dimensionamos e conhecemos os caminhos para construção do produto educacional: *Podcast Odara*. Pretendemos nesta passagem mostrar, por meio da descrição do questionário, a relevância do produto educacional junto aos estudantes, considerando a participação destes na validação desse produto educacional, tendo em vista as colocações feitas pelo grupo amostral. Como um sonho manifestado em sua própria existência, nasceu Odara, um produto educacional fruto das percepções arguidas no decorrer de uma vida e, principalmente, no ambiente educacional.

Figura 14 – Arte do Produto Educacional: Podcast Odara



Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Odara foi desenvolvido e elaborado na forma de um *podcast* e, na descrição do seu significado etimológico, é um termo da cultura hindu referente à paz, à tranquilidade, no

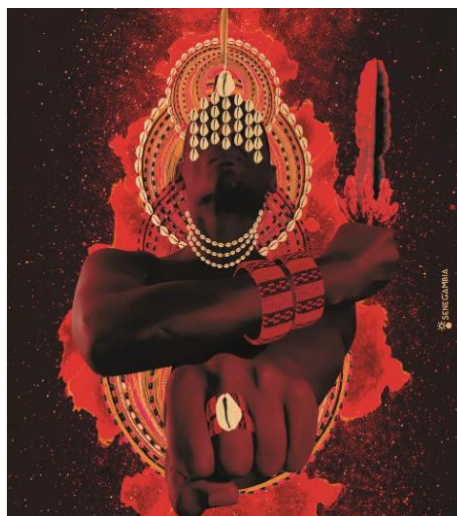
entanto, também tem associação com a cultura Yorubá com o entendimento etimológico de “belo”. Porém, seu significado mais relevante e disseminado dentre os praticantes da religião de matriz africana é que Odara seja uma qualidade de Exu, um ser guia e direcionador ligado aos caminhos.

Como seres educadores e educandos, estamos em constante aprendizado e, nesse processo, devemos direcionar nosso olhar a uma conjuntura de descolonização, o que parte da necessidade de desassociar ou rever antigos conceitos coloniais, os quais afetam e até “matam” a cultura (epistemicídio), ao fazer com que uma cultura oprimida vivencie a cultura alheia (do opressor).

Na perspectiva que adotamos de uma pedagogia decolonial, há primeiramente a necessidade de desassociar Exu (figura 15), um Orixá do panteão africano, da imagem de um “demônio”, sendo esta uma forma de pensar a cultura e mitologia Yorubá tão arraigada na sociedade brasileira, fruto de um racismo epistemicida.

Para tanto, é preciso passar por um processo de desmistificação e desnaturalização do racismo, para que possamos respeitar a diversidade, a partir da interdisciplinaridade, da omnilateralidade, do pluralismo cultural e da Lei n.º 10.639/2003. Afinal, em sala de aula, se estamos nos tornando repetidores de narrativas, colocamos uma barreira entre o estudante e o saber, fazendo de nossa opinião os ditames da verdade.

Figura 15 – Exu: o princípio dinâmico



Fonte: Torres (2022).

Além disso, decidimos enfatizar a presença simbólica dos Orixás na capa do *podcast*, na sua nomenclatura e nas atividades desenvolvidas; com isso, acentua-se a importância de serem trazidas das “sombras” ou dos “porões do cala a boca” as imagens destacadas pelo

produto educacional, as quais podem, até então, não serem conhecidas ou serem pouco conhecidas pelos jovens. Isso fortalece a importância dos símbolos e das imagens no contexto da narração ou da oralidade, já que as figuras acabam desenvolvendo um entendimento maior do que sejam (ou como sejam) os Orixás. Para Rufino (2019, p. 19), no contexto educacional, o Orixá Exu é:

Como a potência codificadora e mobilizadora de uma pedagogia da descolonização é, em suma, um ato de responsabilidade com a vida. Exu é também o primeiro a ser criado e aquele que fundamenta toda e qualquer forma de existência. Assim, compreende-se como um princípio radical que transgride as dimensões explicativas assentes no ocidente europeu uma vez que é o elemento que versa acerca da natureza primeira dos seres.

Outra imagem bem acentuada em nossas ações e atividades é a imagem simbólica da Orixá Oxum (figura 16), associada ao sagrado feminino, ao ventre, à força criadora da mulher, ao belo que reflete aquilo que é essência em seu *abebe* (espelho), mas que na mitologia é também a sua arma. Como destacado, a palavra Odara também significa “o belo”, e, na Orixá Oxum⁵, temos a manifestação do belo, da mãe, da fartura, do carinho, da importância do amor na convivência entre as pessoas.

Figura 16 – Oxum é Odara



Fonte: Oxum... (s. d.).

Esses símbolos, suas abordagens e seus significados trazem consigo histórias que revelam a importância e a conexão realizada entre o espiritual e a natureza, pois o *abebe*, assim

⁵ “O arquétipo de Oxum é de uma mulher graciosa e elegante, com predileção por joias, perfumes e roupas. [...] Oxum representa a deusa da beleza [...]” (Oxum..., s. d.).

como o cedro ou o falo em Exu, são a descrição do belo em Oxum e da força em Exu, no que tange ao espiritual; quanto ao carnal, são símbolos de uma base da luta contra opressões e opressores.

Seguindo essa linha histórica em nosso produto educacional, e salientando que “ninguém faz nada só”, tivemos a graça de encontrar no ambiente de trabalho o artista e colaborador no Instituto Federal de Sergipe/Campus Estância, Paulo Ricardo (Tata Kivonda, na cultura angola).

Ao apresentar o roteiro, falar do produto e dizer da sua importância para o contexto educacional de letramento racial no Campus, ele imediatamente não hesitou em contribuir, sendo o canal vocal pelo qual a oralidade e os *Itans* ganharam vida. A figura 17 mostra nosso momento de interação e gravação do *podcast* Odara em estúdio, espaço onde nosso colaborador narrou os *Itans*:

Figura 17 – Estúdio de gravação



Fonte: Foto registrada pela autora em agosto de 2023

Para o produto educacional, criamos o roteiro pensando nas indagações básicas que pudessem vir por parte dos estudantes, tais como: como surgiu a terra; o mar; os Orixás; etc. Nos episódios, além da narrativa dos *Itans* sobre os mitos e lendas africanas, também realizamos falas que carregassem para um letramento racial, ao contribuir com o fortalecimento do sentido de identidade e negritude existente em cada jovem.

A gravação do *podcast* Odara ocorreu no estúdio do *podcast* PodvimPô, que fica localizado no bairro da Cidade Nova, na cidade de Estância, mesmo bairro onde está situado o IFS – Campus Estância. O *podcast* PodvimPô é um projeto de iniciativa exitosa em nossa cidade, e foi concebido a partir de ideias criativas de três jovens, egressos do curso técnico

integrado ao Ensino Médio do Campus Estância em Eletrotécnica.

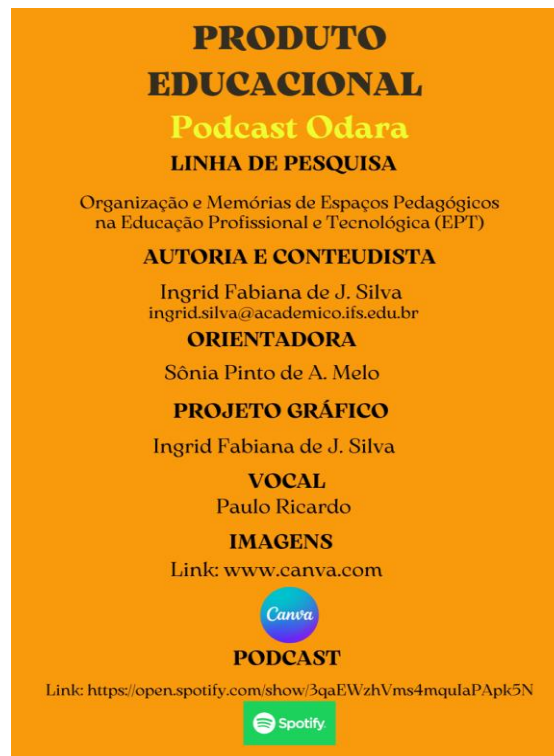
Figura 18 – Arte do Podcast PodvimPô



Fonte: Elaborado por um dos autores do Podcast PodvimPô (2023)

A arte de apresentação do *podcast* faz parte do seu roteiro norteador e contém elementos informativos a respeito da produção do produto educacional, cuja arte foi elaborada pela autora, fazendo uso da ferramenta de *design* gráfico *online* Canva. A figura 19 apresenta a arte do roteiro do *podcast* Odara.

Figura 19 – Apresentação do roteiro *podcast* Odara



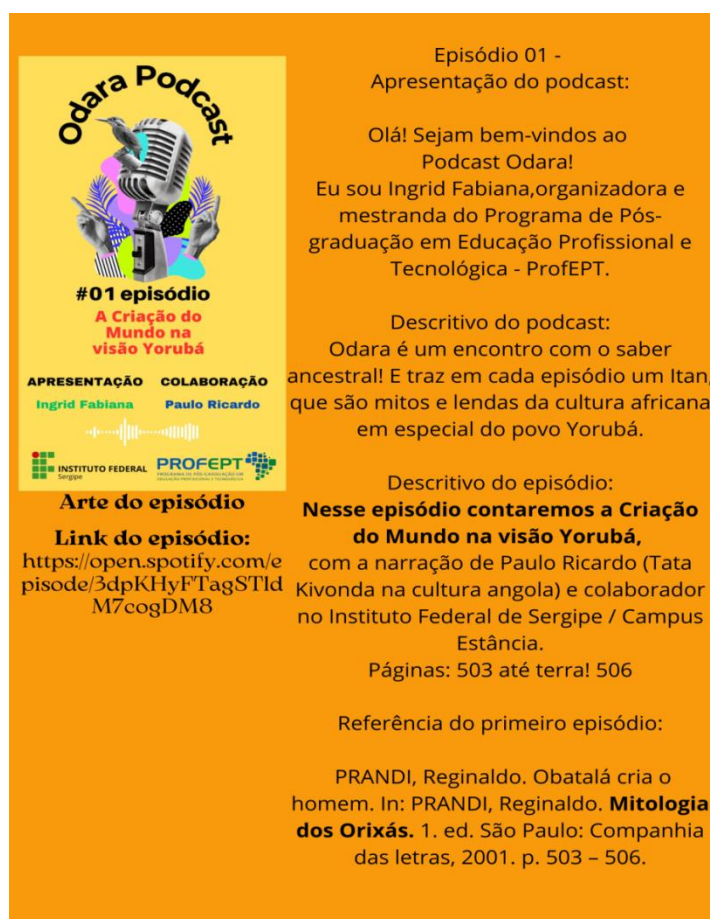
Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Com a elaboração do roteiro em mãos, o processo de organização para o momento de concepção do *podcast* ficou mais fácil, tendo em vista que a maior dificuldade foi encontrar

essa oralidade em escrita, pois, como estamos falando de um processo ancestral transmitido de geração em geração oralmente, a escrita às vezes fica em último plano, já que subentendem a continuidade desse processo e sua eternidade de saber sob uma perspectiva de matriz africana, sendo um olhar diverso daquilo que estamos familiarizados quando falamos de cultura ocidental.

A figura 20 destaca o roteiro do episódio 1; cabe destacar que o roteiro completo dos episódios do *podcast* Odara encontra-se no Apêndice D desta dissertação.

Figura 20 – Apresentação do episódio 1 do *podcast* Odara



Episódio 01 -
Apresentação do podcast:

Olá! Sejam bem-vindos ao Podcast Odara!
Eu sou Ingrid Fabiana, organizadora e mestrandia do Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica - ProfEPT.

Descritivo do podcast:
Odara é um encontro com o saber ancestral! E traz em cada episódio um Itan, que são mitos e lendas da cultura africana em especial do povo Yorubá.

Descritivo do episódio:
Nesse episódio contaremos a Criação do Mundo na visão Yorubá, com a narração de Paulo Ricardo (Tata Kivonda na cultura angola) e colaborador no Instituto Federal de Sergipe / Campus Estância.
Páginas: 503 até terra! 506

Referência do primeiro episódio:
PRANDI, Reginaldo. Obatalá cria o homem. In: PRANDI, Reginaldo. **Mitologia dos Orixás**. 1. ed. São Paulo: Companhia das letras, 2001. p. 503 – 506.

Arte do episódio
Link do episódio:
<https://open.spotify.com/episode/3dpKHfYFTagSTIdM7cogDM8>

APRESENTAÇÃO
Ingrid Fabiana

COLABORAÇÃO
Paulo Ricardo

INSTITUTO FEDERAL
Sergipe

PROFEPT
Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Após desenvolvermos todas as ações de elaboração, construção e acomodação do *podcast* Odara no *streaming* de divulgação em rede *Spotify*, na forma de áudio, dentro do processo do produto educacional proposto.

Além do mais, percebemos a necessidade da divulgação, colocando o produto em rede (e não mais em sonho), a fim de que este começasse a ganhar vida, de modo que os estudantes e a comunidade tivessem acesso ao rico conteúdo afro-brasileiro apresentado no *Spotify*.

Visando dar continuidade e concluir esta etapa da pesquisa, partimos para a fase de

validação do produto, quando fizemos o nosso primeiro encontro com a turma do 3º ano do Ensino Médio do Curso Integrado em Eletrotécnica. Ao trabalhar com essa turma, achei que o produto educacional não seria tão aceito, pois infelizmente falar em educação e relações étnico-raciais ainda causa algum equívoco, pois a cultura acaba sendo confundida com o processo religioso. Nessa turma, por haver muitos protestantes, foi necessário fazer um trabalho didático desmistificando e trazendo o processo histórico, cultural e a Lei n.º 10.639/2003 para os estudantes, mostrando a importância da construção de uma educação laica e plural.

Figura 21 – Amostra do encontro com a turma de Eletrotécnica



Fonte: Acervo próprio (2023).

O encontro com a turma do 3º ano do curso técnico integrado ao Ensino Médio de Eletrotécnica atendeu aos objetivos desta etapa da pesquisa, tendo em vista que o grupo tem 23 estudantes e estava completo no dia da intervenção.

É satisfatório percebermos a recepção e a interação da turma com cada slide apresentado pela pesquisadora, durante a explanação do tema da pesquisa. Nesse momento de interação percebemos o quão satisfatório é, enquanto Professor, sentir a resposta positiva ao tema trabalhado; portanto, essa interação veio fortalecer e corroborar com a aplicação do questionário para validação do produto educacional.

Nessa etapa da pesquisa, percebi que, como pesquisadora, estava desenvolvendo muitos

anseios, pois não adiantaria tanto estudo e planejamento se o produto educacional não fosse efetivo para aquilo que está sendo proposto, ou seja, contribuir com a Educação Profissional e Tecnológica (EPT), visando oportunizar entendimento sobre a identidade racial e cultural, por meio de temáticas que contribuam para a construção racial e educacional diversificada, ampliando práticas educacionais para além do tecnicismo.

A figura 22 traz nosso encontro com a turma de Edificações.

Figura 22 – Amostra do encontro com a turma de Edificações



Fonte: Acervo próprio (2023).

No segundo momento, como mostra a figura 22, tivemos o encontro com a turma do 3º ano do curso técnico integrado ao Ensino Médio de Edificações. O grupo é composto por 20 alunos, mas infelizmente, nesse dia, apenas 50% da turma participou de nossa intervenção.

Fomos informados pela professora de História, responsável por aquele horário, que existe essa oscilação na turma; dentro desse processo de ensino, especialmente no terceiro ano, sabemos que é comum os alunos, em seu processo conclusivo do Ensino Médio, terem diversas atribuições, como formatura; trabalho; atividade escolar; preparação para o ENEM e concursos públicos; além, claro, das atribuições de casa/famílias e dificuldade de deslocamento para a Instituição, pela dificuldade de acesso a transporte gratuito.

Apesar de a validação ter sido realizada com 50% da turma, não houve prejuízo para

alcançar o objetivo desta ação com a respectiva turma, uma vez que a partilha trazida na intervenção teve bastante aceitabilidade com o grupo, que abraçou o produto educacional. Ao final da apresentação, uma estudante se levantou e, entre os colegas, pediu que continuássemos exibindo mais episódios do *podcast* Odara.

Figura 23 – Amostra do material apresentado nas turmas



Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Ao término das experiências com o grupo amostral, cabe destacar que saímos desses encontros com a energia renovada e a certeza da necessidade de se dar continuidade, de alguma maneira, ao trabalho iniciado neste estudo, pois, além de desejarmos que o produto educacional seja abraçado pelos docentes dos cursos integrados ao Ensino Médio, é nosso compromisso enquanto integrantes do IFS contribuir com temáticas voltadas à Cultura e à História Afro-brasileira permeadas por processos interdisciplinares relacionados à Educação Antirracista.

4.2 Odara: construindo um caminho

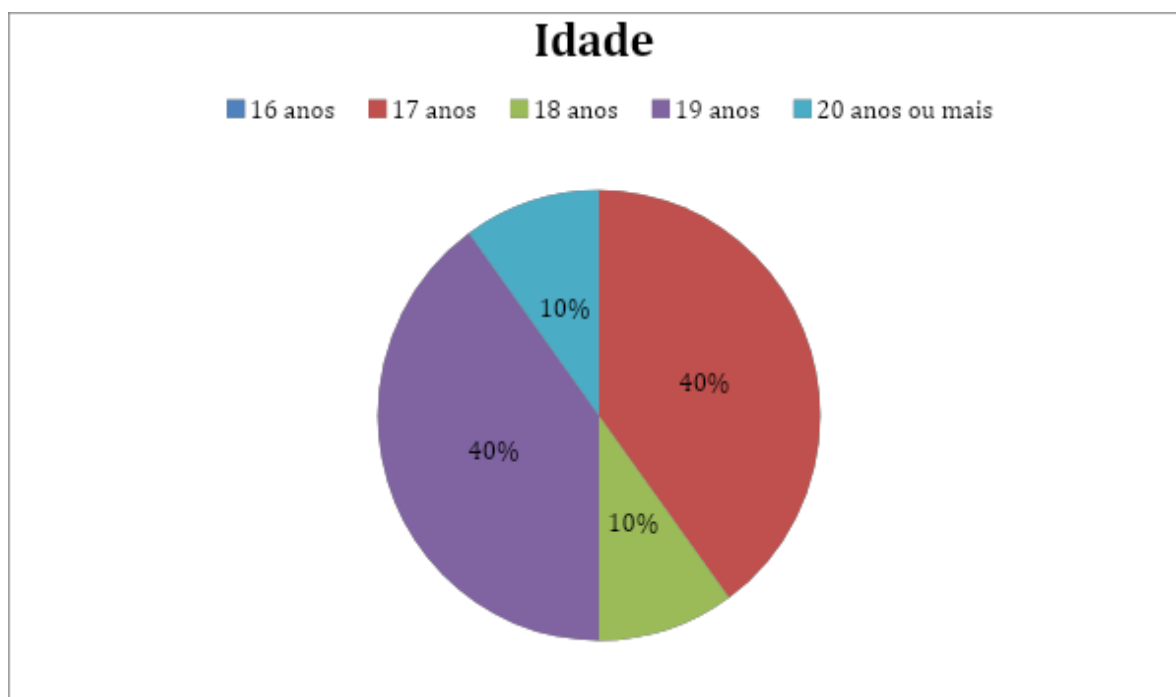
Partindo da percepção daquilo que já foi feito e apresentado nas turmas dos 3º anos integradas ao Ensino Médio Integrado dos cursos de Eletrotécnica e de Edificações do

IFS/Campus Estância, passamos a apresentar os dados de validação do produto educacional com base nas respostas dadas ao questionário pelos alunos participantes do grupo focal. Nesse processo, analisaremos as respostas dadas, após os estudantes participarem da intervenção e interlocução sobre o produto educacional deste estudo, *podcast* Odara.

O questionário foi elaborado com 8 (oito) perguntas direcionadas à amostra do grupo; ou seja, 5 (cinco) alunos do 3º ano do curso técnico integrado ao Ensino Médio em Eletrotécnica, e 5 (cinco) alunos do 3º ano do curso técnico integrado ao Ensino Médio em Edificações.

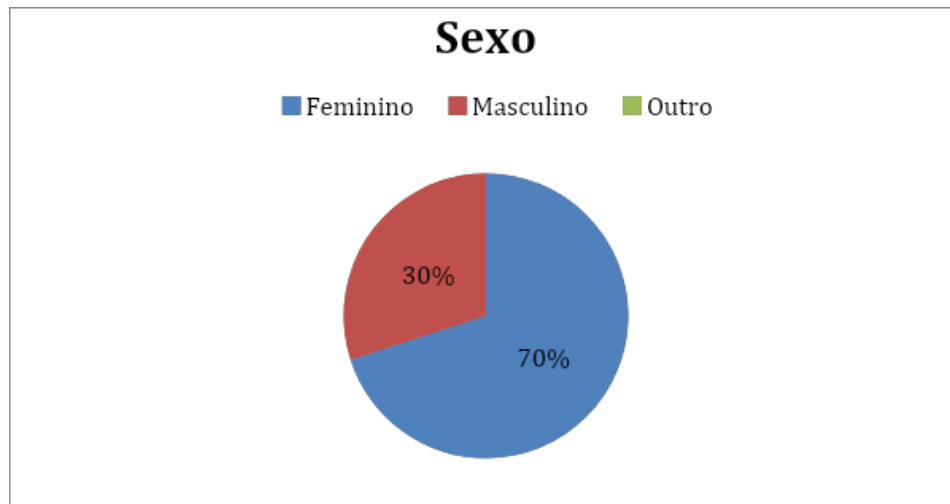
As perguntas abrangem questões relacionadas a informações pessoais dos alunos, tais como idade e gênero e questões voltadas à temática abordada no produto educacional e sobre o produto educacional propriamente dito. Os gráficos 1 e 2 apresentam os dados com as respostas relativas aos valores com informações pessoais dos alunos, isto é, a média de idade dos estudantes participantes da amostra, além de informações sobre gênero.

Gráfico 1 – Média de idade dos alunos



Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Gráfico 2 – Média de gênero sexual dos alunos



Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Cabe destacar que, para a organização da amostra, respeitou-se o processo democrático no espaço educacional, pois, após a intervenção no grupo amostral, preferimos deixar os alunos à vontade para se voluntariar quanto às suas participações na amostra.

A partir da análise das respostas, constatamos que a média de idade desses alunos está entre 17 e 19 anos, sendo que 70% desse público são mulheres e 30% são homens. Esse percentual fortalece a importância de trabalharmos outras vertentes de construção informacional e cultural no processo de uma educação antirracista, ou seja, trabalharmos o feminismo negro e a busca por direitos das mulheres, por exemplo.

Gráfico 3 – Média de manuseio da ferramenta *podcast*

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

O gráfico 3 traz um percentual de amostra do grupo com um universo menos técnico e mais prático, pois foi perguntado aos alunos se eles já tiveram treinamento com relação ao manuseio ou construção de *podcast*, porém somente 2 (dois) responderam que sim, sendo que um deles enfatizou uma atividade já desenvolvida na instituição por meio da disciplina de História.

Apesar de ser uma ferramenta de amplo acesso, em um universo amostral de 10 (dez), 8 (oito) disseram que não tiveram esse contato. Uma hipótese para essa resposta, talvez seja um possível distanciamento desses jovens com ferramentas do gênero ou até plataformas que hospedam *podcasts*.

Isso nos leva a mais um ponto para a importância do desenvolvimento do produto educacional proposto, isto é, promover o contato com esse tipo de recurso que pode ser usado como um facilitador do processo de ensino-aprendizagem. Na tabela 1, fazemos uma análise direta, deixando aberta a possibilidade de uma resposta por extenso, considerando o grau de entendimento com relação ao tema abordado no *Podcast* Odara.

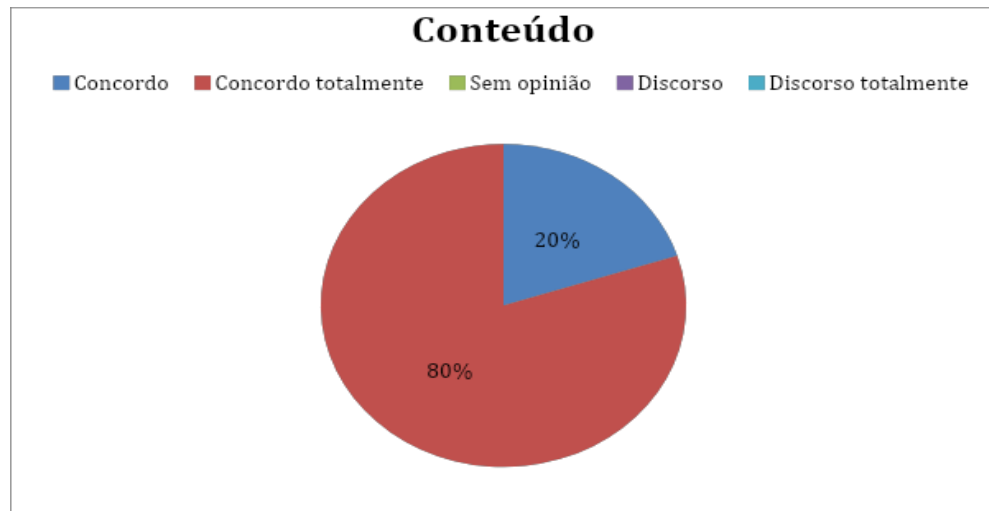
Tabela 1 - Questões sobre o conteúdo trabalhado

	Concordo	Concordo totalmente	Sem opinião	Discordo	Discordo totalmente
Você gostou de ter participado da validação e interlocução do <i>Podcast</i> Odara?	2	8			
O conteúdo trabalhado no <i>Podcast</i> foi compreendido por você?	8	2			
O <i>Podcast</i> abordou assuntos necessários e esclarecedores sobre a cultura afro-brasileira e a Lei n.º 10.639/2003 no IFS/Campus Estância?	5	5			
O conteúdo apresentado no <i>Podcast</i> ampliou o seu conhecimento em relação à cultura afro-brasileira e a lei 10.639/2003?	5	5			

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

A partir das respostas às questões apresentadas na tabela 1, elaboramos o gráfico 4, por meio do qual mensuramos as informações dadas pelos alunos do grupo amostral.

Gráfico 4 – Respostas sobre o conteúdo trabalhado



Fonte: Dados da pesquisa (2023)

Dentro desse universo (amostragem), 20% dos alunos concordam com os conteúdos trabalhados nos episódios do produto educacional, e 80% dos alunos concordam totalmente. Essas respostas demonstram o alto grau de satisfação deles quanto ao conteúdo trabalhado (temática de letramento racial) no *podcast*.

Tabela 2 – Respostas sobre o *podcast* Odara

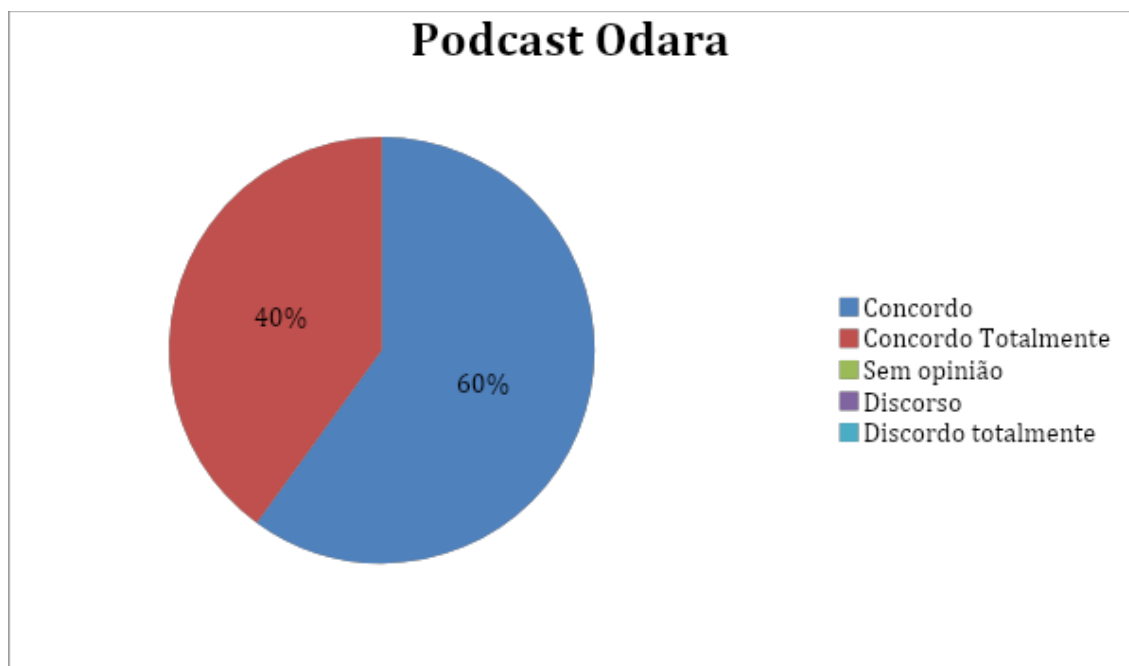
	Concordo	Concordo totalmente	Sem opinião	Discordo	Discordo totalmente
O <i>Podcast</i> é atrativo e de fácil entendimento?	6	4			
Os episódios foram de fácil compreensão?	6	4			
A arte e o conteúdo dos episódios são atraentes e ajudam a entender o conteúdo?	5	5			
Existe lógica na sequência dos episódios com o conteúdo trabalhado?	5	5			
O número de episódios é suficiente para entender o conteúdo?	5	3		2	

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

A partir das respostas às questões apresentadas na tabela 2, sobre o *podcast* Odara,

ênfatizando o próprio produto educacional, elaboramos o gráfico 5; por meio dele, mensuramos as informações dadas pelos alunos do grupo amostral com relação ao produto.

Gráfico 5 – Respostas sobre o *podcast* Odara



Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Nessa análise, tivemos 2 (dois) alunos que discordaram com relação ao número de episódios; um deles expressou durante o preenchimento do questionário a seguinte opinião: “o *podcast* deve ter mais episódios”. Essa fala mostra-nos a sua necessidade e vontade, enquanto aluno, de estar aprendendo acerca desse conteúdo.

A resposta do estudante evidencia, de acordo com seu ponto de vista, que o número de episódios do *podcast* é insuficiente para uma melhor compreensão do assunto. Dessa maneira, relatos como este demonstraram que o *Podcast* Odara cumpriu o seu papel, sendo bem recebido e considerado uma ferramenta auxiliar na construção de conhecimento.

A partir disso, percebeu-se que o produto educacional aguçou, em alguns alunos, a necessidade de se dar continuidade a processos que sejam permeados pelo ensino intercultural, fortalecendo os laços do saber, criando o respeito a uma identidade negra ou/e uma afinidade ancestral relacionada à cultura negra.

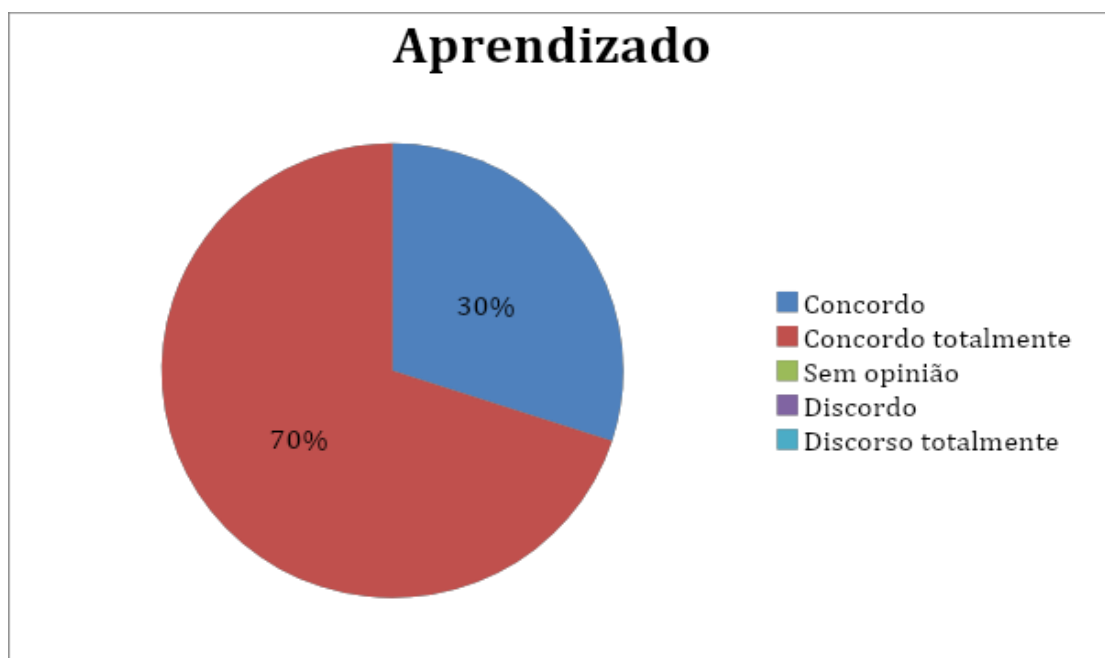
Tabela 3 – Respostas sobre o aprendizado trazido pelo *podcast* Odara

	Concordo	Concordo totalmente	Sem opinião	Discordo	Discordo totalmente
O <i>podcast</i> contribuiu para a divulgação das informações com relação a interculturalidade e a lei 10.639/2003 no IFS Campus Estância?	3	7			
Após participar do <i>podcast</i> você se sentiu motivado(a) a buscar informações sobre a cultura afro-brasileira?	4	5		1	
Recomendaria o <i>podcast</i> Odara para outros estudantes?	4	6			

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

A partir das respostas dadas às questões apresentadas na tabela 3, sobre o aprendizado trazido pelo *podcast* Odara, elaboramos o gráfico 6; por meio deste, mensuramos as informações dadas com relação ao aprendizado trazido pelo produto educacional.

Gráfico 6 – Sobre a aprendizagem



Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Neste gráfico, tivemos uma opinião a qual trouxe uma questão de cunho reflexivo acerca de como esses jovens compreendem a educação antirracista, e de como eles são letrados racialmente, interculturalmente, pois, quando um jovem diz não se sentir motivado a buscar informações sobre a cultura afro-brasileira, isso faz com que percebamos a ausência de familiaridade, afinidade e de informações básicas sobre o assunto.

Essa ausência pode estar relacionada a uma deficiência no âmbito escolar – o que reforça a importância e a necessidade de produtos como o proposto por esta dissertação de mestrado.

Por fim, fizemos a pergunta direta à amostra do grupo focal: *Você tem alguma sugestão ou crítica a fazer com relação ao podcast Odara?* Mais de 70% dos alunos da amostragem opinaram a favor da continuidade do produto educacional.

Diante dessa realidade, é fundamental ressaltar a necessidade da inserção da Lei n.º 10.639/2003 na prática, para facilitar a aprendizagem desses alunos em uma pedagogia plural e, com isso, diminuir concretamente as diferenças históricas gradativamente. Com essa validação do produto educacional, vê-se que temos uma ferramenta no âmbito educacional útil na construção do letramento racial, o qual todos nós devemos ter para podermos lidar, respeitar e entender o significado da luta racial.

Não se trata de ditar as regras do ensino, e sim de trazer uma colaboração ao próprio ensino, sobretudo ao ensino da cultura afro-brasileira, tão renegado nas ementas das disciplinas basilares da área de humanas, nas ações, falas e saberes apresentados aos estudantes.

Sabemos da importância de todas as disciplinas de ensino em uma instituição, porém é essencial termos, na disciplina de História, conteúdos que corroborem com a Lei n.º 10.639/2003, sendo que o *podcast* Odara não é uma atividade afim da disciplina de História, mas um produto educacional que vem contribuir com o Ensino de alunos dos terceiros anos do Ensino Médio integrado dos cursos técnicos de Eletrotécnica e de Edificações, do IFS/Campus Estância.

No processo de intervenção no grupo focal e validação do *podcast*, concluímos que as respostas dadas ao questionário mostraram a importância e a validade de ferramentas como esta, que auxiliam a construção do conhecimento na Educação Básica e na EPT.

Nossa intenção, enquanto parte do processo educacional, é dar continuidade a este produto educacional, além de contribuir com projetos na área do Ensino, Pesquisa e Extensão, com o intuito de trabalhá-lo como curso de extensão, em ações continuadas e dialogadas com os docentes de diferentes áreas do conhecimento. Outrossim, a ideia é buscar, junto ao NEABI, trazer esse produto educacional como uma voz do saber ancestral perpetuado pelo *podcast* Odara.

Para Souza (2019), o grupo amostral é um método de pesquisa qualitativa que reúne participantes que expõem opiniões sobre produtos ou serviços. Assim, o produto educacional em questão busca suscitar novas ideias e métodos para uma EPT, aos moldes de um aprendizado mais dinamizado, especializado, humanizado, seguindo os parâmetros da omnilateralidade.

Cabe recordar que o conteúdo do *podcast* Odara foi desenvolvido e validado a partir de duas entrevistas semiestruturadas direcionadas para 5 (cinco) estudantes de cada turma, os quais tiveram a opção de escolha na participação.

As entrevistas semiestruturadas foram realizadas presencialmente, no território do IFS, na forma de encontros, sendo feitos dois encontros – um com cada turma; em seguida, ocorreu a coleta dos dados das entrevistas. Estes demonstraram a importância de se atualizar a sequência didática seguindo o pluralismo cultural, junto à disciplina de História (e talvez das demais). Esses dois encontros contribuíram de maneira significativa para a validação da ferramenta.

Porém, esse contato entre o grupo e o produto educacional, em processo de desenvolvimento, demonstrou a necessidade da aproximação prévia por parte dos estudantes com a temática, da troca de informações e opiniões entre eles, resultando no fortalecimento do conhecimento sobre a cultura afro-brasileira e em sua legitimidade enquanto temática curricular obrigatória.

Acreditamos que somente após essa “medida de reforço” poderemos propor essas ações de extensão trabalhadas na instituição, de modo que, com o tempo, haja resultados positivos quanto à temática afro-brasileira trabalhada em sala de aula e desenvolvida pelos alunos nas ações de extensão.

Cabe ainda dizer que o produto educacional possui inúmeros benefícios e tem uma grande contribuição social, uma vez que este foi repassado e validado, com a ajuda dos próprios estudantes do grupo focal, e, posteriormente, será possível avaliar o impacto causado em cada um desses alunos e dos demais, enfatizando a importância da diversidade racial em sala de aula.

Segundo a Lei n.º 10.639/2003, de acordo com hooks (2020, p. 49), “o compromisso com a diversidade cultural pode transformar a academia [...] num lugar culturalmente diverso, onde tanto os acadêmicos quanto aquilo que eles estudam abarquem todas as dimensões dessa diferença”.

Por fim, para encerrar este capítulo, é de suma importância enfatizar que o produto educacional tem por finalidade contribuir com a Educação Profissional e Tecnológica (EPT), fazendo emergir a aprendizagem relacionada à temática racial, a qual está garantida por lei, mas nem sempre é retomada, em sala de aula da maneira que deveria – seja pela falta de recursos humanos, tecnológicos, ou do saber.

Para fortalecer essa Educação Antirracista, precisamos de encontros e episódios com informações, materiais de leitura, pesquisa, entre outros recursos para acrescentar de maneira diversificada, compromissada e respeitosa com o desenvolvimento do conteúdo metodológico aplicado ao ensino profissional muito mais humanizado.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O mundo globalizado multicultural mostra-nos a necessidade que temos do saber: o saber intercultural, omnilateral, que inclui e respeita a diversidade e a interdisciplinaridade, bem como traz um compromisso que a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) integrada à Educação Básica deve ter com as diferentes temáticas que abordam o estudo das diversidades, principalmente, a diversidade cultural.

Nesse processo, foram trazidos, nesta pesquisa, conceitos como o da interculturalidade, multiculturalidade, identidade e racismo relativos ao ensino, sobretudo, ao que compete a aplicação da Lei n.º 10.639/2003, observando a precisão de um discurso firmador da equidade no ensino e da valorização da cultura negra/afro-brasileira.

Todo o percurso realizado para este estudo buscou salientar os objetivos traçados de modo que esta pesquisa e seu produto pudessem contribuir com o Ensino (Educação Básica) na Instituição e com a EPT. De modo que, a partir dessa análise e dos dados apresentados neste estudo, os professores e o corpo educacional da instituição percebessem o quanto os jovens necessitam de uma educação plural e diversificada. Ademais, essa educação plural é garantida por lei, logo não estamos “inventando a roda”, mas contribuindo para a garantia de um direito intrínseco a questões educacionais.

A partir de nossa observação de demandas, sobretudo relativas ao sistema educacional em trazer as questões étnico raciais para sala de aula, nosso intuito foi fortalecer a identidade e o processo de letramento racial e respeito à identidade cultural de negritude junto aos alunos, produzindo informações de valorização da população negra no Instituto Federal de Sergipe/Campus Estância, em especial, aos alunos dos terceiros anos do Ensino Médio Integrado aos cursos técnicos em Eletrotécnica e Edificações, salientando seu tempo e aprendizado já absorvido na instituição.

Nesse sentido, o *podcast* Odara foi pensado para ser uma ponte de saber cultural permanente, afrodescendente e colaborativa, contribuindo com o currículo dos alunos e com as práticas antirracistas, que devem ser papel de todos, em especial, por parte da instituição, com ações afirmativas, fortalecimento do NEABI. Além disso, mediante nossa proposta de um Projeto Integrador permanente, não vinculado a ações pontuais em datas específicas, mas para todos os dias do ano.

Verificou-se, também, durante as etapas desta pesquisa, que o produto educacional teve um papel essencial para a formação omnilateral dos alunos, alinhada a um currículo despido de preconceitos e tragado de negritude. Isso mostrou o quanto a educação precisa se desvencilhar

do processo capitalista, o qual acentua as desigualdades, as quais afligem a sociedade e fazem com que a educação não consiga cumprir seu papel social.

Sei das dificuldades encontradas, dos caminhos tortuosos, das palavras mal explanadas, porém o processo educacional é um ato reflexivo e de trocas mútuas, pois, quando se aprende, se ensina, e quando se ensina, se aprende. Isso deve ocorrer com a EPT, em especial, em relação ao produto educacional proposto.

Esta pesquisa buscou trazer elementos que descrevessem o percurso desenvolvido para construção e validação do produto educacional, o *podcast* Odara, tendo como referência a história da Educação Profissional e Tecnológica, e o possível contraponto existente na educação, em especial, naquela voltada à população negra em nosso país. Com isso, elencamos alguns caminhos para se trabalhar na educação a partir de uma educação intercultural, com base na Lei n.º 10.639/2003.

Foi no momento de construção e validação do produto educacional, que o mestrado começou a fazer um amplo sentido, pois ver as ações e expressões de cada aluno ao ter o contato com o conteúdo e, em seguida, com o produto educacional, o *podcast* Odara concretizou a certeza de que o seu papel (do *podcast*) não acabou, pois estamos diante de um cenário voltado ao trabalho, no qual a necessidade humana existente no mundo é constante, fortalecendo, com isso, a interdisciplinaridade na ação de ensino, para um momento de constância do saber.

Diante dessa afirmação, espero poder ter contribuído, por meio deste produto, com um novo conhecimento ou metodologia para se chegar a esse conhecimento voltado para a construção de uma Educação de viés antirracista.

Por fim, esperamos, igualmente, que a pesquisa tenha contribuído ou venha a contribuir, com as dimensões do Ensino, Pesquisa e Extensão, ao fazer uso dessa amplitude de possibilidades de se pensar a temática da diversidade cultural em sala de aula.

Espera-se, com este estudo, diminuir as limitações e barreiras ainda impostas à aplicação efetiva da Lei n.º 10.639/2003, relativa ao ensino da História e Cultura Afro-brasileira, geradoras de desigualdade e epistemicídios da identidade cultural para aqueles que já são oprimidos socialmente. Com este estudo, então, nossa intenção foi dar aos alunos, negros e negras, e não negros do IFS/Campus Estância, uma possibilidade de educação diversa, respeitosa e culturalmente equânime.

Finalizo, então, esta dissertação de mestrado, salientando que o *podcast* Odara vem contribuir com o ensino, a partir da uma Educação Antirracista, com o intuito de enfatizar os saberes, respeitando as tradições históricas e culturais e o seu papel na sociedade.

REFERÊNCIAS

AGUADO ODINA, Teresa. La educación intercultural en la práctica escolar. Investigación en el ámbito español. **Revista de Educación**, v. 7, p. 43-51, 2005. Disponível em: <http://www.uhu.es/publicaciones/ojs/index.php/xxi/article/download/665/1040>. Acesso em: 30 jan. 2022.

ALBÓ S. J., Xavier. **Formação sociopolítica e cultural**: cultura, interculturalidade, inculturação. São Paulo: Editora Loyola, 2005.

ARANDA, Pâmella da Silva; SILVA, Ana Maria de Vasconcelos. Interculturalidade e educação: uma reflexão sobre as políticas multiculturais de educação. **Trajetórias Humanas Transcontinentais**, Especial, n. 4, p. 94-102, 2019. Disponível em: <https://www.unilim.fr/trahs/1634>. Acesso em: 30 jan. 2022.

ARAUJO, Ronaldo Marcos de Lima; FRIGOTTO, Gaudêncio. Práticas Pedagógicas e ensino integrado. **Revista Educação em Questão**, v. 52, n. 38, p. 61-80, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/download/7956/5723>. Acesso em: 30 jan. 2022.

ASSUNÇÃO, Maria Aparecida de (coord.). **Projeto integrador**: orientações gerais. Brasília: Faculdade CNA de Tecnologia, 2015.

AVILA, Milena Abreu. Colonialidade e Decolonialidade: você conhece esses conceitos? **Politize!**, 2021. Disponível em: <https://www.politize.com.br/colonialidade-e-decolonialidade/>. Acesso em: 24 jul. 2021.

BARDIN, Lawrence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70; 2016. 51 p.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2004. Disponível em: [diretrizes_curriculares_nacionais_para_a_educacao_das_relacoes_etnico_raciais_e_para_o_ensino_de_historia_e_cultura_afro_brasileira_e_africana.pdf](#). Acesso em: 24 jul. 2021.

BRASIL. **Lei n.º 1, de 1837, e o Decreto n.º 15, de 1839, sobre Instrução Primária no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Assembleia Legislativa Provincial, [2023]. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/asphe/article/download/29135/pdf/0>. Acesso em: 13 abr. 2023.

BRASIL. **Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, [2021]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 24 jul. 2021.

BRASIL. **Lei n.º 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2021]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm#:~:text=L10639&text=LEI%20No%2010.639%2C%20DE%209%20DE%20JANEIRO%20DE%202003.&text=Altera%20a

%20Lei%20no,%22%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAs. Acesso em: 24 jul. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação, 23 set. 1909. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/decreto_7566_1909.pdf. Acesso em: 25 ago. 2023.

CÂNDIDO, Wesley Roberto; SILVESTRE, Nelci Alves Coelho. O discurso da antropofagia como estratégia de construção da identidade cultural brasileira. **Acta Scientiarum Language and Culture**, v. 38, n. 3, p. 243-251, July-Sept., 2016. Disponível em <https://www.redalyc.org/journal/3074/307446626003/movil/>. Acesso em: 12 nov. 2021.

CHARLOT, Bernard. **Da relação com o saber às práticas educativas**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2014. (Coleção docente em formação)

CIAVATTA, Maria. O ensino integrado, a politecnia e a educação Omnilateral. Por que lutamos? **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, v. 23, n. 1, p. 187-205, jan-abr, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/9303/6679>. Acesso em: 27 set. 2023.

CIAVATTA, Maria. O trabalho como princípio educativo. In: PEREIRA, Isabel; LIMA, Júlio César França (orgs.). **Dicionário da educação profissional em saúde**. 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: EPSJV, 2008.

COMENIUS, Iohannis Amos. **Didactica Magna**. Portugal: Fundação Calouse Gulbenkian, 1621-1657.

CONCEITO de cosmovisão. **Conceitos: seu novo conceito em dicionário**, set. 2023. Disponível em: <https://conceitos.com/cosmovisao/>. Acesso em: 27 set. 2023.

CONT, Valdeir Del. Francis Galton: eugenia e hereditariedade. **Scientiæ Zudia**, São Paulo, v. 6, n. 2, p. 201-18, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ss/a/nCZxGgFhN8MVtq8C9kVCPwb/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 27 set. 2023.

CORADINI, Neirimar Humberto Kochhan; BORGES, Aurélio Ferreira; DUTRA, Charles Emerick Medeiros. Tecnologia Educacional Podcast na Educação Profissional e Tcewnologica. **Revista Educação Científica Ensino Interdisciplinar**, Mossoró, v. 6, n. 16, abr. 2020. Disponível em: <https://periodicos.apps.uern.br/index.php/RECEI/article/view/1617/1661>. Acesso em: 27 set. 2023.

DANTES, Elias. Os Institutos Federais como Referência para Formação Humana Integral. In: **Semana Acadêmica Revista Científica**, Fortaleza, ed. 228, v. 10, 2022. Disponível em: https://semanaacademica.org.br/system/files/artigos/39_elias_os_institutos_federais_como_referencia_para_formacao_humana_integral._template_2_2.pdf. Acesso em: 27 set. 2023.

DIAS, Paulo Manoel. Barreiras que afetam o pensar criativo: barreiras intelectuais. **WeGov**, 24 jul. 2017. Disponível em: <https://wegov.com.br/eliminando-barreiras-que-afetam-o->

pensar-criativo/. Acesso em: 24 jul. 2021.

DORNELLES, Fernanda Reolon Baldiati; CASTAMAN, Ana Sara; VIEIRA, Josimar de Aparecido. Educação profissional e tecnológica: desafios e perspectivas na formação docente. **Revista Exitus**, Santarém/PA, v. 11, p. 01-22, e020133, 2021. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S2237-94602021000100206&script=sci_arttext. Acesso em: 24 jul. 2021.

DULZAIDES IGLESIAS, María Elinor; MOLINA GÓMEZ, Ana María. Análisis documental y de información: dos componentes de un mismo proceso. **ACIMED**, Ciudad de La Habana, v. 12, n. 2, p. 1-5, mar./abr. 2004. Disponível em: http://scielo.sld.cu/scielo.php?pid=S1024-94352004000200011&script=sci_arttext. Acesso em: 24 jul. 2021.

FLEURI, Reinaldo Matias. Intercultura e educação. **Revista Brasileira de Educação**, n. 23, p. 16-35, Maio/Jun./Jul./Ago., 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/SvJ7yB6GvRhMgcZQW7WDHsx/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 30 jan. 2022.

FREITAS, Camilla. O que é racismo institucional e como podemos combatê-lo? **Uol**, 2021. Disponível em: www.uol.com.br/ecoa/ultimas-noticias/2021/11/15/o-que-e-racismo-institucional-e-como-podemos-combate-lo.htm. Acesso em: 30 jan. 2022.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2014.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 54. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança**: um reencontro com a pedagogia do oprimido. 17. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 63. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação profissional e capitalismo dependente: o enigma da falta e sobra de profissionais qualificados. **Trab. Educ. Saúde**, v. 5, n. 3, p. 521-536, nov. 2007/fev. 2008. Disponível em: www.scielo.br/j/tes/a/P4GFSHpzx6jVDYStftMsbWj/?lang=pt&format=pdf. Acesso em: 24 jul. 2021.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (orgs.). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

GOMES, Livia Daiane. A ascensão do projeto neoliberal no mundo: influências e impactos na educação. **Revista Interface**, v. 17, n. Especial, p. 155-175, nov. 2020. Disponível em: <https://ojs.ccsa.ufrn.br/index.php/interface/article/view/1174/1292>. Acesso em: 30 jan. 2022.

GOMES, Livia Daiane. **O movimento negro educador**: saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis: Editora Vozes, 2021.

HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da liberdade. 2. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2017.

IBIAPINA, I. M. L. M. **Pesquisa colaborativa**: investigação, formação e produção de conhecimentos. Brasília: Líber Livro Editora, 2008. 136 p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (Brasil). **Conheça o Brasil – População Cor ou Raça**. Brasília, DF: IBGE, 2022. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18319-cor-ou-raca.html>. Acesso em: 13 abr. 2023.

INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE (Sergipe). **Obras do novo Campus Estância são finalizadas**. Estância, SE: IFS, 2016. Disponível em: <http://www.ifs.edu.br/ultimas-noticias/2979-obras-do-novo-campus-estancia-sao-finalizadas>. Acesso em: 27 ago. 2023.

INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE. Conselho Superior. **Resolução nº 14/2020/CS/IFS**. Aprova Ad Referendum o Regulamento que estabelece as normas de Heteroidentificação Étnico Racial complementar a autodeclaração étnico racial por candidatos autodeclarados Pretos, Pardos e Indígenas nos Processos Seletivos de Ingresso Discente, no âmbito do IFS. Aracaju: Conselho Superior, 2020. Disponível em: http://www.ifs.edu.br/images/arquivos/Proen/Documentos_Internos/14.2020_-_Aprova_Ad_referendum_o_Regulamento_que_estabelece_normas_de_heteroide.pdf. Acesso em: 13 set. 2023.

INTERCULTURALIDADE. Biblioteca D. Sancho, [S. d.]. Disponível em: <https://bibliotecas-ae.pontevel3.webnode.pt/interculturalidade/>. Acesso em: 27 ago. 2023.

JACINTO, Ramatis; GOES, Weber Lopes. Segregação ou miscigenação: os dilemas da eugenia no Brasil nas primeiras décadas do Século XX. **Aurora**, Marília, v.15, n. 1, p. 191-194, Jan./Jun., 2022. Disponível em: <https://estudogeral.uc.pt/bitstream/10316/103354/1/Segregacao%20ou%20miscigenacao.pdf>. Acesso em: 27 set. 2023.

JARDIM, Hélien de Oliveira Soares; VOSS, Dulce Mari da Silva. Patrimônio negro umbandista dos pampas: decolonialidade e educação antirracista. **RELACult-Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade**, v. 7, n. 3, 2021. Disponível em: <https://periodicos.claec.org/index.php/relacult/article/download/2261/1514>. Acesso em: 10 fev. 2023.

KITZINGER, J. Focus groups with users and providers of health care. In: POPE, C.; MAYS, N. (orgs.). **Qualitative research in health care**. 2. ed. London: BMJ Books, 2000.

KLEIN, Ana Maria; NIGRO, Claudia Maria Ceneviva; GALINDO, Monica Abrantes (orgs.). **Interdisciplinaridade, interculturalidade e intersseccionalidade**: faces negras na escola. 1. ed. Curitiba: Appis, 2020.

LAMEGO, Caio Roberto Siqueira; SANTOS, Maria Cristina Ferreira dos. Formação de professores e educação intercultural: Concepções e Práticas de Licenciandos sobre Diversidade Cultural na Educação Básica. **Revista Contexto & Educação**, v. 34, n. 108, p. 9-25, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.21527/2179-1309.2019.108.9-25>. Acesso em: 27 set. 2023.

LIMA, Kaliandra Maria da Conceição Freitas Mota; CAMPOS, Cazimiro de Souza; BRITO, Aline Lucena de. O podcast como ferramenta ao ensino: implicações e possibilidades educativas. **Rev. Educação em foco**, v. 1, n. 3, p. 56-89, 2020. Disponível em: https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2020/TRABALHO_EV140_MD4_SA19_ID5360_260920221728.pdf. Acesso em: 23 ago. 2022.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do trabalho científico**: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

LIMA FILHO, Luiz Medeiros de Araujo. **Amostragem**. Departamento de Estatística da Universidade Federal da Paraíba [Internet], s/d. Disponível em: <http://www.de.ufpb.br/~luiz/Adm/Aula9.pdf>, 2015. Acesso em: 27 jan. 2024.

LOURENÇO, Beatriz. 7 tirinhas de Mafalda para refletir sobre os tempos atuais. **Revista Galileu**, 30 set. 2020. <https://revistagalileu.globo.com/Cultura/noticia/2020/09/7-tirinhas-de-mafalda-para-refletir-sobre-os-tempos-atuais.html>. Acesso em: 27 ago. 2023.

LUCKESI, C. C. **Avaliação da aprendizagem escolar**: estudos e proposições. 22. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MATTOS, Regina Augusto de. **História e cultura afro-brasileira**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

MELO, Narcisa Castilho. PODCAST: uma nova ferramenta no contexto educacional. **Educação Sem Distância-Revista Eletrônica da Faculdade Unyleya**, v. 1, n. 3, 2021. Disponível em: <https://educacaosemdistancia.unyleya.edu.br/esd/article/download/100/31>. Acesso em: 27 set. 2023.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 7. ed. São Paulo: Hucitec, 2000.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Amostragem e saturação em pesquisa qualitativa: consensos e controvérsias. **Revista pesquisa qualitativa**, v. 5, n. 7, p. 1-12, 2017. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7429265/mod_resource/content/1/amostragem%20e%20saturac%CC%A7a%CC%83o%20pesq%20qualitat%20Minayo%202017.pdf. Acesso em: 26 jan. 2024.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (Brasil). **Cursos da EPT**. Brasília, DF: Ministério da Educação, [S. d.]. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cursos-da-ept>. Acesso em: 27 ago. 2023.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (Brasil). **Histórico da EPT**. Brasília, DF: Ministério da Educação, [S. d.]. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/educacao-profissional-e-tecnologica-ept/historico-da-ept>. Acesso em: 25 ago. 2023.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (Brasil). **Instituições da rede federal**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2021. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/rede-federal-inicial/instituicoes>. Acesso em: 24 jul. 2021.

MOREIRA, Antônio Flávio; CANDAU, Vera Maria (orgs.). **Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas**. 10. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2013.

MOREIRA, M. A. **Teorias de aprendizagem**. 2. ed. São Paulo: E.P.U. Ltda. São Paulo, 2011.

MORGAN, D. L. **Focus group as qualitative research**. London: Sage, 1997.

MOURA, Dante Henrique; LIMA FILHO, Domingos; SILVA, Mônica Ribeiro. Politécnica e formação integrada: confrontos conceituais, projetos políticos e contradições históricas da educação brasileira. **Revista Brasileira de Educação**, v. 20, n. 63, p. 1057-1080, out.-dez., 2015. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/pdf/rbedu/v20n63/en_1413-2478-rbedu-20-63-1057.pdf. Acesso em: 30 jan. 2022.

MULTICULTURALISMO: entenda o que é significado e exemplos. **Enciclopédia Significados**, s. d. Disponível em: <https://www.significados.com.br/multiculturalismo/#:~:text=O%20multiculturalismo%20%C3%A9%20a%20inter,pa%C3%ADses%20apresentam%20uma%20maior%20multiculturalidade>. Acesso em: 27 jan. 2024.

MUNANGA, Kabengele. **Negritude: usos e sentidos**. 4. ed. 2. reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a metiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. 5. ed. rev. amp.; 2. reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

NASCIMENTO, José Uesele Oliveira; ANDRADE, Manoel Ribeiro. “A ÁFRICA VIVE EM NÓS”: a lei 10.639/03 sai do papel e vai ao pátio escola. In: IV CONGRESSO SERGIPANO DE HISTÓRIA E IV ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA DA ANPUH/SE, 4, 2014, Aracaju. **Anais [...]**. Aracaju: Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, 2014. p. 01-12. Disponível em: 1407078445_ARQUIVO_AAFRICAVIVEEMNOSalei1063903saidopapeleleiaaopatioescolar.pdf (anpuh-rs.org.br). Acesso em: 24 jul. 2021.

OLIVEIRA, Avelino da Rosa; GHIGGER, Gomercindo. Filosofia e Educação em Paulo Freire: pensando com práticas de formação de professores. **APRENDER – Cad. De Filosofia e Pisc. da Educação**, Vitória da Conquista, Ano II, n. 3, 2004. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/aprender/article/download/3067/2560>. Acesso em: 27 set. 2023.

OLIVEIRA, Ivanilde Apoluceno de. **Paulo Freire: gênese da educação intercultural no**

Brasil. 1. ed. Curitiba: CRV, 2015.

O QUE É que o podcast (brasileiro) tem?. **Spotify Advertising**, s. d. Disponível em: <https://ads.spotify.com/pt-BR/noticias-insights/o-que-que-o-podcast-brasileiro-tem/>. Acesso em: 22 ago. 2022.

OXUM: quem é, história e significado na Umbanda. **Enciclopédia Significados**, s. d. Disponível em: <https://www.significados.com.br/oxum/#:~:text=Quem%20%C3%A9%20Oxum%3A,e%20do%20jogo%20de%20b%C3%BAzios>. Acesso em: 26 jan. 2024.

PACHECO, Eliezer. Desvendando os Institutos Federais: identidade e objetivos. **Educação Profissional e Tecnológica em revista**, v. 4, n. 1, p. 4-22, 2020. Disponível em: <https://ojs.ifes.edu.br/index.php/ept/article/download/575/437>. Acesso em: 25 jul. 2021.

PEREIRA, L. A. C. A formação de professores e a capacitação de trabalhadores da educação profissional e tecnológica. **Portal MEC**, 2004. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/tema5b.pdf>. Acesso em: 24 jul. 2021.

PESQUISA do Instituto Peregum com o Projeto SETA apresenta dados sobre percepção do brasileiro sobre racismo. **Instituto Peregum**, 27 jul. 2023. Disponível em: <https://peregum.org.br/2023/07/27/pesquisa-do-instituto-peregum-com-o-projeto-seta-apresenta-dados-sobre-percepcao-do-brasileiro-em-relacao-ao-racismo/>. Acesso em 13 set. 2023.

PINSKY, Jaime. **A escravidão no Brasil**. 21. ed. São Paulo: Contexto, 2021.

PODVIMPÔ. [Locução de]: Matheus e Finn. Estância: Estúdio do podcast PodvimPô, 17 mar. 2022. *Podcast*. Disponível em: <https://www.youtube.com/@PodvimPo>. Acesso em: 27 set. 2023.

PRANDI, Reginaldo. **Mitologia dos Orixás**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

RADECK, Ereni. Interculturalidade e educação popular: uma reflexão com base em autores alemães e brasileiros. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, EDUCERE, 2009, Curitiba. **Anais [...]**. Curitiba: PUC-PR, 2009. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/producaoacademica/article/view/3127/9432>. Acesso em: 30 jan. 2022.

RAJOBAC, Raimundo; ROMANI, Simone. Por que debater sobre interculturalidade é importante para Educação? **Revista Espaço Acadêmico**, ano XI, n. 127, p. 65-70, dez. 2011. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/download/12715/8342>. Acesso em: 23 ago. 2022.

RAMOS, Marise Nogueira. Concepção do Ensino Médio Integrado. In: ARAÚJO, R; TEODORO, E. (orgs.). **Ensino Médio Integrado no Pará como Política Pública**. Belém: SEDUC-PA, 2009. p. 144-182. Disponível em: http://forumeja.org.br/go/sites/forumeja.org.br/go/files/concepcao_do_ensino_medio_integrado5.pdf. Acesso em: 27 set. 2023.

RAMOS, Marise Nogueira. O currículo para o ensino médio em suas diferentes modalidades: concepções, propostas e problemas. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 32, n. 116, p. 771-788, jul./set., 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/NrgqwnZ4vG6DP8p5ZYGn4Sm/>. Acesso em: 27 set. 2023.

RODRIGUES, Evandro. Aplicabilidade da Lei 10.639/03 na sala de aula: relação de bibliografias. **EduCAPES**, 2010. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/433109/3/Aplicabilidade%20da%20lei%2010.639-03%20na%20sala%20de%20aula%3A%20rela%C3%A7%C3%A3o%20de%20bibliografias.pdf>. Acesso em: 24 jul. 2021.

RUFINO, Luiz. **Pedagogia das encruzilhadas**. Rio de Janeiro: Mórula Editora, 2019.

SACRISTÁN, Gimeno. **O currículo: uma reflexão sobre a prática**. 3. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

SAIDELLES, Tiago *et al.* A utilização do podcast como uma ferramenta inovadora no contexto educacional. **Redin-Revista Educacional Interdisciplinar**, v. 7, n. 1, 2018. Disponível em: <http://seer.faccat.br/index.php/redin/article/view/1143/724>. Acesso em: 27 set. 2023.

SANTOS FILHO, Eudaldo Francisco; ALVES, Janaina Bastos. A construção e difusão do conhecimento por meio de contos africanos: a tradição oral sobre a cosmologia iorubá. **Revista HISTEDBR On-line**, São Paulo, v. 20, 2020. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8653745/22655>. Acesso em: 27 set. 2023.

SANTOS, Guilherme da Silva dos; MARCHESAN, Maria Tereza Nunes. Educação profissional e tecnológica (EPT) no Brasil e seus docentes: trajetos e desafios. **Linguagens - Revista de Letras, Artes e Comunicação**, Blumenau, v. 11, n. 1, p. 357-374, jan./abr. 2017. Disponível em: <https://proxy.furb.br/ojs/index.php/linguagens/article/view/5477/0>. Acesso em: 24 jul. 2021.

SANTOS, Raiana. Educação intercultural. **Mindmeister**, set. 2023. Disponível em: <https://www.mindmeister.com/pt/users/channel/104377790>. Acesso em: 26 jan. 2024.

SCHERER, Susana Schneid. A politécnica: compreensão e possibilidades para pensar a formação humana no campo escolar. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO, v. 26, 2013. Disponível em: [SusanaScherer-ComunicacaoOral-int.pdf](#) (anpae.org.br). Acesso em: 30 jan. 2022.

SHULMAN, Lee S. Conhecimento e ensino: fundamentos para a nova reforma. **Cadernos Cenpec**, São Paulo, v. 4, n. 2, p. 196-229, dez. 2014. Disponível em: <https://cadernos.cenpec.org.br/cadernos/index.php/cadernos/article/download/293/297>. Acesso em: 30 jan. 2022.

SOUZA, Daniela Barreto de; SOUZA, Adílio Júnior de. Itan: entre o mito e a lenda. **Letras Escreve**, Macapá, v. 8, n. 3, 2º sem., 2018. Disponível em:

<https://www.academia.edu/download/60665098/4258-18989-1-PB20190921-40106-17dw8j2.pdf>. Acesso em: 27 set. 2023.

SOUZA, Ivan de. O que é um grupo focal e como aplicar essa metodologia na sua estratégia de marketing. **Rockcontent**, 3 abr. 2019. Disponível em: <https://rockcontent.com/br/blog/grupo-focal/#:~:text=O%20que%20%C3%A9%20um%20grupo,pesquisa%20muito%20usada%20no%20marketing>. Acesso em: 25 jul. 2021.

SOUZA, Laura Oliveira Carneiro de. **Quilombos: identidade e história**. 1. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.

SOUZA, J.; KANTORSKI, L.P.; LUIS, M.A.V. Análise Documental e Observação Participante na Pesquisa em Saúde Mental. **Revista Baiana de Enfermagem**, Salvador, v. 25, n. 2, p. 221-228, maio/ago. 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/enfermagem/article/download/5252/4469>. Acesso em: 25 jul. 2021.

SPOTIFY. **O que é Spotify?** c2023. Disponível em: https://support.spotify.com/br/using_spotify/the_basics/what-is-spotify/. Acesso em: 16 set. 2023.

TORRES, Bolívar. Campeão na Grande Rio, Exu sem estereótipos influencia artistas, pensadores e jogadores de futebol. **O Globo**, 26 abr. 2022. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/cultura/noticia/2022/04/campeao-na-grande-rio-exu-sem-estereotipos-influencia-artistas-pensadores-jogadores-de-futebol-1-25491396.ghtml>. Acesso em: 27 set. 2023.

TREVISAM, Eliasaide. **Interculturalismo: via para uma convivência ética e responsável**. São Paulo: Novo Século Editora, 2022.

VASCONCELOS, Luciana Machado de. Interculturalidade. **Cult UFBA – Centro de estudos multidisciplinares em cultura**, s. d. Disponível em: <https://www.cult.ufba.br/maisdefinicoes/INTERCULTURALIDADE.pdf>. Acesso em: 30 jan. 2022.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro (org.). **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível**. 14. ed. São Paulo: Papirus, 2002.

APÊNDICE A – Entrevista com a professora ministrante da disciplina de história



INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE (IFS)
Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica Mestrado Profissional em
Educação Profissional e Tecnológica

Roteiro de Entrevista

Prezada participante!

Essa entrevista é parte da metodologia de pesquisa voltada a fomentação de questões relevantes a interculturalidade, educação e identidade: uma análise acerca da lei 10.639/2003 na educação profissional e tecnológica do Instituto Federal de Sergipe - Campus Estância. Dessa forma a entrevista irá contribuir com a conclusão do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT).

Mestranda: Ingrid Fabiana de Jesus Silva

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Sônia Pinto de Albuquerque Melo

Estância - SE 2023

1) Qual seu nome é sua função no Instituto Federal de Sergipe - Campus Estância?

Lorena de Oliveira Souza Cmpello Professora EBTT - História

2) Você teve acesso a Lei 10.639/2003?

Sim

3) Se sim, quais práticas educativas acerca da Lei 10.639/2003 você desenvolve na instituição e em sala de aula?

Do conteúdo programático mencionado na referida lei, a saber: “estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil”, consigo trabalhar sobre a luta dos negros escravizados, libertos e livres, em diversas fases da história do Brasil, aprofundando a temática com laboratórios de História. Sobre a questão da cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil, trabalho em temáticas mais amplas que me deem essa possibilidade. Quando trabalhei de forma direcionada e específica foi por meio de projetos.

Devido ao fato de termos uma enorme quantidade de conteúdo, uma carga horária incompatível com a quantidade de conteúdos e da exigência de se desenvolver um ensino de qualidade e que promova uma atitude reflexiva e crítica do estudante, não consegui ainda dar a devida atenção ao conteúdo “História da África e dos Africanos”, assim como de outros povos importantes para a história da humanidade. Consigo trabalhar as temáticas mencionadas na legislação tratada, de forma interdisciplinar, por meio de projetos interdisciplinares e dos laboratórios de História desenvolvidos ao longo do ano.

O mês da Consciência Negra sempre é trabalhado e festejado no nosso Campus, inclusive sempre participo das comissões e ações voltadas para a temática.

Faço questão de somar em ações que trabalhem com as temáticas já citadas acima, promovidas por outros professores. Inclusive sempre apoio ações de extensão e de pesquisa desenvolvidas por docentes e técnicos da escola ou de fora.

4) Se não, o que lhe impede de colocar em prática educativa a lei 10.639/2003 na instituição e em sala de aula?

A obrigatoriedade do ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira, trazida pela Lei 10.639/2003, não veio acompanhada das condições para sua implementação. Temos uma enorme quantidade de conteúdo, uma carga horária incompatível com a quantidade de conteúdos e da exigência de se desenvolver um ensino de qualidade e que promova uma atitude reflexiva e crítica do estudante. Os exames de seleção nacionais e locais não priorizam a lei, colocando a temática como “menor” aos olhos dos discentes, que cobram os assuntos que mais caem nesses exames.

5) Que tipo de informação você tem a respeito da Lei 10.639/2003?

A historicidade da lei em foco, como a a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que “estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro- Brasileira", e dá outras providências” e as alterações feitas, mediante a Lei 10.639/2003. Inclusive a Lei n. 11.645, de 10 de março de 2008 – posterior à lei abordada na pesquisa em foco, que “Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Essa lei inclui a obrigatoriedade do estudo dos povos originários no nosso país.

6) Você já participou de alguma discussão ou reunião, aqui no Instituto Federal de Sergipe - Campus Estância, sobre como contemplar a lei 10.639/2003 nos cursos integrados? Caso sim, quando foi? Quem era o participante? O que foi combinado?

Não. Para além dos eventos que organizamos, não tivemos nenhum curso presencial (que tenha chegado até mim – 2019/2023) para abordar a legislação e sua implementação. Recentemente tivemos, em curso à distância sobre Direitos Humanos, uma abordagem sobre a lei e as temáticas, mas não julgo suficiente. Embora tenha trazido informações relevantes, acredito na intervenção presencial.

7) O que você acha do modo como a instituição aborda, atualmente, a formação do educador para tratar, na escola, as questões ligadas à história e cultura afro- brasileiras?

Temos um excelente Núcleo que trata da temática, o NEABI, cada vez mais atuante. Mas precisamos de maior articulação entre o NEABI, laboratórios e ações (eles estão trabalhando nisso). Inclusive, o LabHist já é parceiro do núcleo. No entanto, carecemos de uma formação continuada e presencial sobre a temática, além de condições de trabalho para que possamos implementar o que a legislação preconiza.

8) Nesse contexto atual, o que significa para você a criação de um produto educacional, voltado para tratar de questões relacionadas a lei 10.639/2003, abordando a cultura e história afro-brasileiras no Instituto Federal de Sergipe - Campus Estância?

Importantíssimo! Que venham outros que abordem a temática, pois ajuda sobremaneira os docentes no trabalho diário em sala de aula e fora do espaço da sala de aula. O produto que vocês estão desenvolvendo é excelente e será de grande utilidade para todos nós.

9) Quais têm sido as maiores dificuldades enfrentadas para contextualizar a temática da Lei?

Já mencionadas acima.

Carga horária docente excessiva

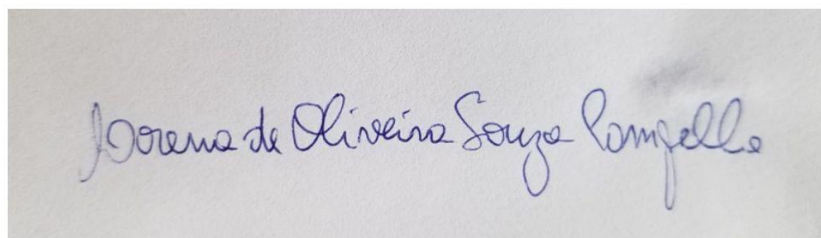
Carga horária da disciplina baixa (2h semanais) Grande quantidade de conteúdos a serem ministrados

Falta de afinamento entre legislação e exames nacionais e estaduais

10) Considerando as DCNS- Diretrizes Curriculares Nacionais, seus princípios e a Lei 10.639/2003. O que tem sido feito acerca da implementação das Ações educativas de combate ao racismo e todas as formas de discriminação?

Onde? No IFS? No Campus? Em sala de aula? Não ficou claro.

Desde já agradecemos e informamos, que as informações coletas com a entrevista estarão presentes no final da conclusão do Mestrado, porém será preservada caso seja solicitada a identidade do (a) entrevistado (a). Muito obrigada pela sua participação.



Jorena de Oliveira Souza Romfello

APÊNDICE B – Material apresentado nas intervenções com o grupo focal



INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE (IFS)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA (PROFEPT)

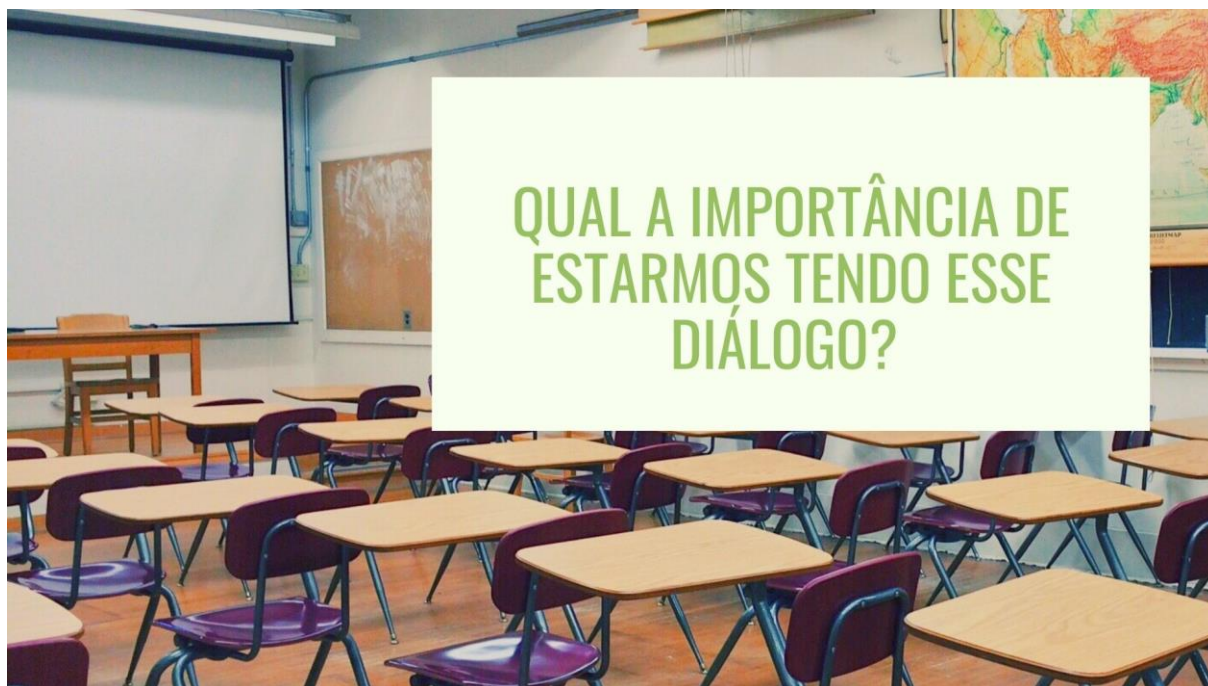


INTERCULTURALIDADE, EDUCAÇÃO E IDENTIDADE: UMA ANÁLISE ACERCA DA LEI 10.639/2003 NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA DO INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE - CAMPUS ESTÂNCIA

Mestranda: Ingrid Fabiana de Jesus Silva

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Sônia Pinto de Albuquerque Melo

ESTÂNCIA - SE
2023



FORMAÇÃO DA POPULAÇÃO



56% NEGROS

LEI 10.639/2003

**OBRIGATÓRIO O ENSINO SOBRE
HISTÓRIA E CULTURA AFRO-
BRASILEIRA**

The background of the lower section is a photograph of a classroom. It shows wooden desks, purple chairs, and a map of Africa on the wall. A white text box is overlaid on the image.

O CONTEÚDO PROGRAMÁTICO A QUE SE REFERE O CAPUT DESTE ARTIGO INCLUIRÁ O ESTUDO DA HISTÓRIA DA ÁFRICA E DOS AFRICANOS, A LUTA DOS NEGROS NO BRASIL, A CULTURA NEGRA BRASILEIRA E O NEGRO NA FORMAÇÃO DA SOCIEDADE NACIONAL, RESGATANDO A CONTRIBUIÇÃO DO POVO NEGRO NAS ÁREAS SOCIAL, ECONÔMICA E POLÍTICA PERTINENTES À HISTÓRIA DO BRASIL.



PRODUTO EDUCACIONAL

PLATAFORMA:

<https://open.spotify.com/show/3qaEWzhVms4mqulaPApk5N>

O QUE SÃO ITANS?



Itan é uma palavra de origem iorubá que significa história ou conto. No Candomblé, especificamente, Itans são histórias contadas de geração em geração falando sobre a vida dos Orixás.

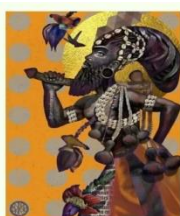
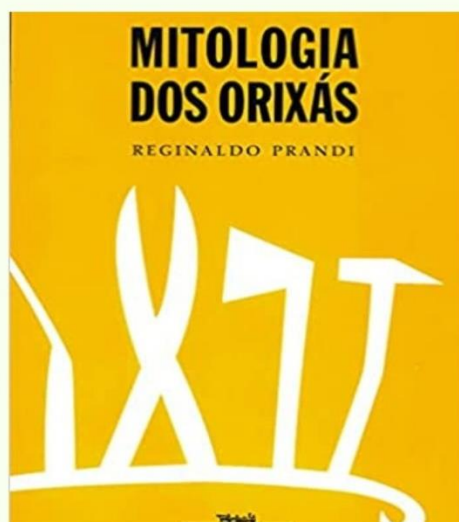
SIGNIFICADO DA PALAVRA ORIXÁ

(Orixá = Ori + xá – Dono da cabeça. Força da cabeça – Luz da cabeça) mostra a relação existente entre o mundo e o indivíduo, entre o ambiente e os seres que nele habitam.

AS NAÇÕES DO CANDOMBLÉ

OS ESCRAVOS BRASILEIROS PERTENCIAM A DIVERSOS GRUPOS ÉTNICOS, INCLUINDO OS YORUBA, OS EWES, OS FONS, E OS BANTUS. COMO A RELIGIÃO SE TORNOU SEMI-INDEPENDENTE EM REGIÕES DIFERENTES DO PAÍS, ENTRE GRUPOS ÉTNICOS DIFERENTES, EVOLUÍRAM DIVERSAS “DIVISÕES” OU NAÇÕES, QUE SE DISTINGUEM ENTRE SI PRINCIPALMENTE PELO CONJUNTO DE DIVINDADES VENERADAS, O ATABAQUE (MÚSICA) E A LÍNGUA SAGRADA USADA NOS RITUAIS.

REFERÊNCIA BASE PARA
CONSTRUÇÃO DO
PRODUTO
EDUCACIONAL



OBRIGADA!



APÊNDICE C – Questionário com estudantes para validação do Produto Educacional

QUESTIONÁRIO DE VALIDAÇÃO DO PRODUTO

EDUCACIONAL - ESTUDANTES (Para todos os estudantes que participaram do grupo focal)

Prezados/as estudantes,

Após participarem na construção e interlocução do “Podcast Odara”! Favor responder os itens abaixo. As respostas devem considerar sua opinião sobre o quanto foi significativo a participação no “Podcast Odara”. Para isso é importante que vocês reflitam sobre os itens abordados e marque um X para cada item, na sua avaliação no questionário. É muito importante à avaliação de TODOS OS ITENS, assim, por favor, assegure que todos sejam respondidos.

Quando sua avaliação for DISCORDO, DISCORDO TOTALMENTE ou SEM OPINIÃO, favor registrar suas sugestões no espaço destinado às considerações para que possamos melhorar o “Podcast Odara”.

Sua avaliação é muito importante para a finalização deste estudo!

Desde já, agradeço a sua colaboração em todas as etapas desta pesquisa.

Atenciosamente,

Ingrid Fabiana de Jesus Silva Mestranda do ProfEP (Tuma 2021.1)

E-mail: ingrid.jesus@ifs.edu.br ou ingrid.silva@academico.ifs.edu.br

1) Qual a sua turma?

() 3º ano/Téc. Integrado em Eletrotécnica

() 3º ano/ Téc. Integrado Edificações

2) Qual a sua idade?

() 16 anos () 17 anos () 18 anos () 19 anos () 20 anos ou mais

3) Qual o seu sexo?

() Feminino () Masculino () Outros

4) Você já teve treinamento com relação ao manuseio e construção de Podcast?

() SIM () NÃO

Se sim, com quem foi: _____

5) CONTEÚDO

	Concordo	Concordo totalmente	Sem opinião	Discordo	Discordo totalmente

Você gostou de ter participado da validação e interlocução do “Podcast Odara?”					
O conteúdo trabalhado no Podcast foi compreendido por você?					
O Podcast abordou assuntos necessários e esclarecedores sobre a cultura afro-brasileira e a lei 10.639/2003 no IFS/Campus Estância?					
O conteúdo apresentado no Podcast ampliou o seu conhecimento em relação cultura afro-brasileira e a lei 10.639/2003?					

Caso tenha marcado DISCORDO, DISCORDO TOTALMENTE ou SEM OPINIÃO, favor registrar abaixo suas sugestões:

6) Podcast Odara

	Concordo	Concordo totalmente	Sem opinião	Discordo	Discordo totalmente
O Podcast Odara é atrativo e de fácil entendimento?					
Os episódios foram de fácil compreensão?					

A arte e o conteúdo dos episódios são atraentes e ajudam a entender o conteúdo ?					
Existe lógica na sequência dos episódios com o conteúdo trabalhado?					
O número de episódios é suficiente para entender o conteúdo?					

Caso tenha marcado DISCORDO, DISCORDO TOTALMENTE ou SEM OPINIÃO, favor registrar abaixo suas sugestões:

7) Aprendizagem

	Concordo	Concordo totalmente	Sem opinião	Discordo	Discordo totalmente
O Podcast Odara contribuiu para a divulgação das informações com relação a interculturalidade e a lei 10.639/2003 no IFS Campus Estância?					
Após participar do Podcast Odara você se sentiu motivado(a) a buscar informações sobre a cultura afro-brasileira?					
Recomendaria o Podcast Odara para outros estudantes?					

OPINIÃO, favor registrar abaixo suas sugestões:

8) Você tem alguma sugestão ou crítica a fazer com relação ao PodcastOdara?

APÊNDICE D – Roteiro dos episódios do *Podcast Odara*



PRODUTO EDUCACIONAL

Podcast Odara

LINHA DE PESQUISA

Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos na
Educação Profissional e Tecnológica (EPT)

AUTORA E CONTEUDISTA

Ingrid Fabiana de J. Silva
ingrid.silva@academico.ifs.edu.br

ORIENTADORA

Sônia Pinto de A. Melo

TEXTO BASE DO PODCAST

‘Mitologia dos Orixás’ por Reginaldo Prandi

VOCAL

Paulo Ricardo

SONORIZAÇÃO E GRAVAÇÃO

Equipe PodVimPô Podcast

IMAGENS

Link: www.canva.com

PODCAST

Link: <https://open.spotify.com/show/3qaEWzhVms4mquIaPApk5N>

ISBN 978-85-9591-172-7

PODCAST ODARA

Roteiro da criação de
pautas do Podcast



PODCAST



**Apresentação do Produto
com a turma do 3º ano de
Eletrotécnica**



**Apresentação do Produto
com a turma do 3º ano de
Edificações**

Link para acesso ao Podcast:

<https://open.spotify.com/show/3qaEWzhVms4mqulaPApk5N>



INSTITUTO FEDERAL
Sergipe



PROFEPT
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

SUMÁRIO

1 Apresentação.....	05
2 Introdução.....	06
3 Objetivo específico.....	07
4 Episódio 01.....	08
5 Episódio 02.....	09
6 Episódio 03.....	10
7 Episódio 04.....	11
8 Episódio 05.....	12
9 Episódio 06.....	13
10 REFERÊNCIA.....	14

Apresentação:

Olá! Sejam bem-vindos ao Podcast Odara! Eu sou Ingrid Fabiana, organizadora e mestranda do Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), do Instituto Federal de Sergipe (IFS) no Campus Aracaju.

Esse roteiro é parte significativa de um trabalho que tem como base a Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos na Educação Profissional e Tecnológica (EPT), visando o desenvolvimento dos Macroprojetos, os quais vislumbram uma educação intercultural com base no fazer trabalho, sem desfazer do saber do outro. Para tal, utilizaremos como base o podcast, uma estrutura em áudio, de baixo custo e de fácil acesso.

Introdução:

O Podcast Odara é um produto educacional, voltado para uma educação equânime e plural no Instituto Federal de Sergipe / Campus Estância, tendo como base a lei 10.639/2003 e a interculturalidade da cultura afro-brasileira.

Objetivo específico:

Contribuir com a cultura afro-brasileira no ensino profissional e tecnológico do Instituto Federal de Sergipe / Campus Estância.



Arte do episódio

Link do episódio:

<https://open.spotify.com/episode/3dpKHyFTagSTldM7cogDM8>

Episódio 01 - Apresentação do podcast:

Olá! Sejam bem-vindos ao
Podcast Odara!

Eu sou Ingrid Fabiana, organizadora e
mestranda do Programa de Pós-
graduação em Educação Profissional e
Tecnológica - ProfEPT.

Descritivo do podcast:

Odara é um encontro com o saber
ancestral! E traz em cada episódio um Itan,
que são mitos e lendas da cultura africana
em especial do povo Yorubá.

Descritivo do episódio:

Nesse episódio contaremos a Criação do Mundo na visão Yorubá,

com a narração de Paulo Ricardo (Tata
Kivonda na cultura angola) e colaborador
no Instituto Federal de Sergipe / Campus
Estância.

Páginas: 503 até terra! 506

Referência do primeiro episódio:

PRANDI, Reginaldo. Obatalá cria o
homem. In: PRANDI, Reginaldo. **Mitologia
dos Orixás**. 1. ed. São Paulo: Companhia
das letras, 2001. p. 503 – 506.



Arte do episódio

Link do episódio:

<https://open.spotify.com/episode/7AP3hCJSIcg460MOrK9wo6>

Episódio 02 - Apresentação do podcast:

Olá! Sejam bem-vindos ao
Podcast Odara!

Eu sou Ingrid Fabiana, organizadora e
mestranda do Programa de Pós-
graduação em Educação Profissional e
Tecnológica - ProfEPT.

Descritivo do podcast:

Odara é um encontro com o saber
ancestral! E traz em cada episódio um
Itan, que são mitos e lendas da cultura
africana em especial do povo Yorubá.

Descritivo do episódio:

**Nesse episódio contaremos a Criação
dos Orixás na visão Yorubá**, com a
narração de Paulo Ricardo (Tata Kivonda
na cultura angola) e colaborador no
Instituto Federal de Sergipe - Campus
Estância.

Páginas: 385 e 386

Referência do segundo episódio:

PRANDI, Reginaldo. Iemanjá dá à luz as
estrelas, as nuvens e os orixás. In:
PRANDI, Reginaldo. **Mitologia dos
Orixás**. 1. ed. São Paulo: Companhia das
letras, 2001. p. 385 – 386.



Arte do episódio

Link do episódio:

<https://open.spotify.com/episode/OnD6e5SCYmYFQ3Xxt4L8hs>

Episódio 03 -

Apresentação do podcast:
Olá! Sejam bem-vindos ao Podcast Odara!

Eu sou Ingrid Fabiana, organizadora e mestranda do Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica - ProfEPT.

Descritivo do podcast:

Odara é um encontro com o saber ancestral! E traz em cada episódio um Itan, que são mitos e lendas da cultura africana em especial do povo Yorubá.

Descritivo do episódio:

Nesse episódio contaremos a importância do Orixá Exu para Criação do Mundo na visão Yorubá,

com a narração de Paulo Ricardo (Tata Kivonda cultura angola) e colaborador no Instituto Federal de Sergipe - Campus Estância.
Páginas: 44 – 45

Referência do terceiro episódio:

PRANDI, Reginaldo. Exu ajuda Olofin na criação do mundo. In: PRANDI, Reginaldo. **Mitologia dos Orixás**. 1. ed. São Paulo: Companhia das letras, 2001. p. 44 - 45.



Arte do episódio

Link do episódio:

<https://open.spotify.com/episode/4tTRVMx5IpW5TuUJknCEl4>

Episódio 04 -

Apresentação do podcast:
Olá! Sejam bem-vindos ao
Podcast Odara!

Eu sou Ingrid Fabiana, organizadora e
mestranda do Programa de Pós-
graduação em Educação Profissional e
Tecnológica - ProfEPT.

Descritivo do podcast:

Odara é um encontro com o saber
ancestral! E traz em cada episódio um
Itan, que são mitos e lendas da cultura
africana em especial do povo Yorubá.

Descritivo do episódio:

Nesse episódio contaremos a Criação do Homem na visão Yorubá,

com a narração de Paulo Ricardo (Tata
Kivonda na cultura angola) e colaborador
no Instituto Federal de Sergipe - Campus
Estância.

Páginas: 196 – 197

Referência do quarto episódio:

PRANDI, Reginaldo. Nanã fornece a lama
para a modelagem do homem. In:
PRANDI, Reginaldo. **Mitologia dos
Orixás**. 1. ed. São Paulo: Companhia das
letras, 2001. p. 196 - 197.



Arte do episódio

Link do episódio:

<https://open.spotify.com/episode/4EdFavC6LBXiMXNLb4O3zb>

Episódio 05 -
Apresentação do podcast:
Olá! Sejam bem-vindos ao
Podcast Odara!

Eu sou Ingrid Fabiana, organizadora e
mestranda do Programa de Pós-graduação
em Educação Profissional e Tecnológica -
ProfEPT.

Descritivo do podcast:
Odara é um encontro com o saber ancestral!
E traz em cada episódio um Itan, que são
mitos e lendas da cultura africana em
especial do povo Yorubá.

Descritivo do episódio:
**Nesse episódio conheceremos Exu - o
comunicador entre os homens e os Orixás
na visão Yorubá,**

com a narração de Paulo Ricardo (Tata
Kivonda na cultura angola) e colaborador no
Instituto Federal de Sergipe - Campus
Estância.

Páginas: 42 a 44

Referência do quinto episódio:

PRANDI, Reginaldo. Exu respeita o tabu e é
feito o decano dos orixás. In: PRANDI,
Reginaldo. **Mitologia dos Orixás**. 1. ed. São
Paulo: Companhia das letras, 2001. p. 42 -
44.



Arte do episódio

Link do episódio:

<https://open.spotify.com/episode/7gwrhlFeQLStTSEdQbWGsM>

Episódio 06 -

Apresentação do podcast:
Olá! Sejam bem-vindos ao
Podcast Odara!

Eu sou Ingrid Fabiana, organizadora e
mestranda do Programa de Pós-graduação
em Educação Profissional e Tecnológica -
ProfEPT.

Descritivo do podcast:

Odara é um encontro com o saber ancestral!
E traz em cada episódio um Itan, que são
mitos e lendas da cultura africana em especial
do povo Yorubá.

Descritivo do episódio:

**Nesse episódio teremos os Orixás como
farol espiritual na terra (Orixás como
religião) na visão Yorubá,**

com a narração de Paulo Ricardo (Tata
Kivonda na cultura angola) e colaborador no
Instituto Federal de Sergipe - Campus Estância.
Páginas: 526 a 528

Referência do sexto episódio:

PRANDI, Reginaldo. E foi inventado o
candomblé.... In: PRANDI, Reginaldo.
Mitologia dos Orixás. 1. ed. São Paulo:
Companhia das letras, 2001. p. 526 - 528.

REFERÊNCIA

Clavatta, Maria. O ensino integrado, a politecnia e a educação Omnilateral. Por que lutamos? **Trabalho & Educação**. Belo Horizonte. V. 23, n. 1, p. 187-205, jan-abr, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/9303/6679>. Acesso em: 27 set. 2023.

Prandi, Reginaldo. **Mitologia dos Orixás**. 1. ed. São Paulo: Companhia das letras, 2001. p. 591

Ramos, Marise. O currículo para o ensino médio em suas diferentes modalidades: concepções, propostas e problemas. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 32, n. 116, p. 771- 788, jul./set., 2011.

ANEXO A – Documento de aprovação do Comitê de Ética

**INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DE SERGIPE/**



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: INTERCULTURALIDADE, EDUCAÇÃO E IDENTIDADE: UMA ANÁLISE ACERCA DA LEI 10.639/2003 NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA DO INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE - CAMPUS ESTÂNCIA

Pesquisador: INGRID FABIANA DE JESUS SILVA

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 69352023.0.0000.8042

Instituição Proponente: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 6.113.474

Apresentação do Projeto:

A presente pesquisa possui metodologias qualitativa e colaborativa, e reúne um conjunto de três tipos de abordagem metodológica: a Pesquisa Bibliográfica como sustentação teórica; a Análise Documental como respaldo oficial dos regimentos abordados e; a Pesquisa de Campo, por meio de entrevista semiestruturada com participação voluntária dos estudantes dos 3º anos do Ensino Médio Integrado de Edificações e Eletrotécnica. Os quais irão executar a produção do produto, o "Podcast - OdaraCast", interpretando sua aplicabilidade, o que levará a uma coleta, análise e verificação dos dados coletados no questionário. O território da pesquisa de campo será o Instituto Federal de Sergipe - Campus Estância, na disciplina de História. Empregaremos o uso do grupo focal, contendo os 5 (cinco) estudantes das turmas de 2021.1 do Ensino Médio Integrado da Educação Profissional de Eletrotécnica e Edificações

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Analisar a aplicabilidade da lei 10.639/2003 no Instituto Federal de Sergipe/Campus Estância, a partir do processo de ensino e aprendizagem da disciplina de História, ministrada no Ensino Médio Integrado aos alunos do 3º ano dos cursos Técnico Integrado de Eletrotécnica e Técnico Integrado de Edificações, matriculados em 2021.1.

Endereço: Avenida Jorge Amado, 1551 - 2º andar sl CEP, Loteamento Garcia

Bairro: Jardins

CEP: 49.025-330

UF: SE

Município: ARACAJU

Telefone: (79)3711-1422

E-mail: cep@ifrs.edu.br

**INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DE SERGIPE/**



Continuação do Parecer: 6.113.474

Objetivo Secundário:

1. Analisar como a lei 10.639/2003, incluindo seus aspectos históricos e atuais, está inserida no contexto da Educação Profissional e Tecnológica;
2. Identificar fatores que facilitam e dificultam a aplicabilidade da lei 10.639/2003, segundo o objeto de pesquisa deste estudo;
3. Desenvolver ações voltadas aos estudantes pretos e pardos no Instituto Federal de Sergipe/ Campus Estância, gerando um produto educacional informativo (podcast) que fortaleça a identidade afro-descendente;
4. Realizar pesquisa empírica (grupo focal) com os alunos dos cursos Técnico Integrado de Eletrotécnica e Técnico Integrado de Edificações, matriculados em 2021.1, para coleta e análise de informações acerca da aplicação da educação afro-brasileira, nos moldes da lei 10.639/2003, considerando o impacto do conteúdo do podcast no horizonte intercultural dos estudantes

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

A pesquisa é eticamente viável.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Não há considerações.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Foram devidamente informados todos os termos de apresentação obrigatória, não havendo discrepâncias significativas que impeçam a continuidade da análise da pesquisa.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Durante a execução deste projeto de pesquisa, ocorrerá uma integração que resultará no desenvolvimento de diversos aspectos do podcast. Esse podcast fornecerá uma variedade de informações e recursos adicionais para enriquecer o conteúdo metodológico dos alunos, com foco nas temáticas étnico-racial, intercultural e na lei 10.639/2003. Considerando ser um projeto viável e sem pendências.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_P	03/05/2023		Aceito

Endereço: Avenida Jorge Amado, 1551 - 2º andar sl CEP_Loteamento Garcia

Bairro: Jardins

CEP: 49.025-330

UF: SE

Município: ARACAJU

Telefone: (79)3711-1422

E-mail: cep@ifse.edu.br

**INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DE SERGIPE/**



Continuação do Parecer: 6.113.474

Básicas do Projeto	ETO_2132503.pdf	22:41:06		Aceito
Outros	Outros.docx	03/05/2023 22:40:48	INGRID FABIANA DE JESUS SILVA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto.pdf	03/05/2023 00:14:36	INGRID FABIANA DE JESUS SILVA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.docx	03/05/2023 00:13:38	INGRID FABIANA DE JESUS SILVA	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	Carta_Anuencia.docx	03/05/2023 00:10:48	INGRID FABIANA DE JESUS SILVA	Aceito
Folha de Rosto	FOLHA_DE_ROSTO_PARA_PESQUIS A_ENVOLVENDO_SERES_HUMANOS assinado.pdf	02/05/2023 23:43:32	INGRID FABIANA DE JESUS SILVA	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

ARACAJU, 13 de Junho de 2023

Assinado por:
Graziela Gonçalves Moura
(Coordenador(a))

Endereço: Avenida Jorge Amado, 1551 - 2º andar sl CEP_Loteamento Garcia
Bairro: Jardins **CEP:** 49.025-330
UF: SE **Município:** ARACAJU
Telefone: (79)3711-1422 **E-mail:** cep@ifrs.edu.br